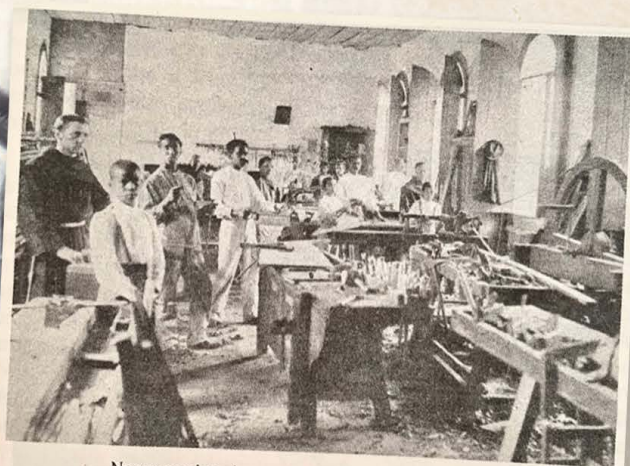


Fabiana Inácia da Silva Assunção
Paula Cristina David Guimarães

Educar para servir:

Masculinidades no Asilo de
São Francisco de Assis
(1888-1940)



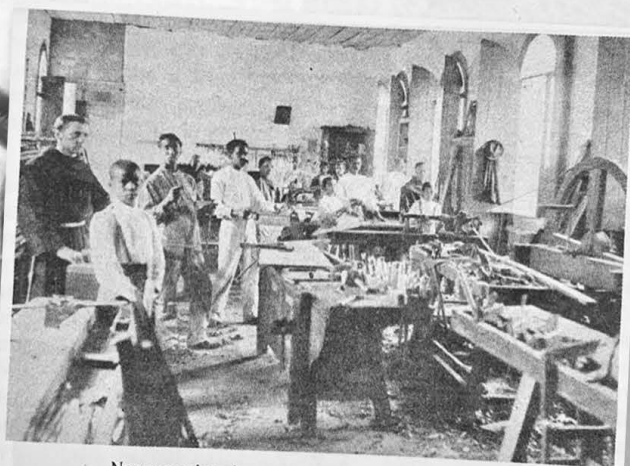
Nossa carpintaria e marcenaria em São João del Rei



Fabiana Inácia da Silva Assunção
Paula Cristina David Guimarães

Educar para servir:

Masculinidades no Asilo de
São Francisco de Assis
(1888-1940)



Nossa carpintaria e marcenaria em São João del Rei



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Assistente editorial

Flávia Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Vilmar Linhares de Lara Junior

Imagens da capa

iStock

Blog São João del-Rei

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Yago Raphael Massuqueto Rocha

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora mantém um compromisso firme com a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, assegurando que os padrões éticos e acadêmicos sejam rigorosamente cumpridos. Adota políticas para prevenir e combater práticas como plágio, manipulação ou falsificação de dados e resultados, bem como quaisquer interferências indevidas de interesses financeiros ou institucionais. Qualquer suspeita de má conduta científica é tratada com máxima seriedade e será investigada de acordo com os mais elevados padrões de rigor acadêmico, transparência e ética.

O conteúdo da obra e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando necessariamente a posição oficial da Atena Editora. O download, compartilhamento, adaptação e reutilização desta obra são permitidos para quaisquer fins, desde que seja atribuída a devida autoria e referência à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Os trabalhos nacionais foram submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial da editora, enquanto os internacionais passaram por avaliação de pareceristas externos. Todos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Educar para servir: masculinidades no Asilo de São Francisco de Assis (1888-1940)

Autoras: Fabiana Inácia da Silva Assunção,
Paula Cristina David Guimarães
Revisão: As autoras
Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Maiara Ferreira
Capa: Luiza Alves Batista
Yago Raphael Massuqueto Rocha
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A851	Assunção, Fabiana Inácia da Silva Educar para servir: masculinidades no Asilo de São Francisco de Assis (1888-1940) / Fabiana Inácia da Silva Assunção, Paula Cristina David Guimarães. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3120-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.206251405 1. Educação. I. Assunção, Fabiana Inácia da Silva. II. Guimarães, Paula Cristina David. III. Título. CDD 370
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Foto da capa retirada da matéria “Os Franciscanos Holandeses em São João Del-Rei (de 1904 a 1924)”
Disponível em: saojoaodel-rei.blogspot.com/2013/12/os-franciscanos-em-sao-joao-del-rei-de.html

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
+55 (42) 3323-5493
+55 (42) 99955-2866
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' é utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra declara, para todos os fins, que: 1. Não possui qualquer interesse comercial que constitua conflito de interesses em relação à publicação; 2. Participou ativamente da elaboração da obra; 3. O conteúdo está isento de dados e/ou resultados fraudulentos, todas as fontes de financiamento foram devidamente informadas e dados e interpretações de outras pesquisas foram corretamente citados e referenciados; 4. Autoriza integralmente a edição e publicação, abrangendo os registros legais, produção visual e gráfica, bem como o lançamento e a divulgação, conforme os critérios da Atena Editora; 5. Declara ciência de que a publicação será em acesso aberto, podendo ser compartilhada, armazenada e disponibilizada em repositórios digitais, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). 6. Assume total responsabilidade pelo conteúdo da obra, incluindo originalidade, veracidade das informações, opiniões expressas e eventuais implicações legais decorrentes da publicação.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite copiar, distribuir, exibir, executar, adaptar e criar obras derivadas para quaisquer fins, inclusive comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos ao(s) autor(es) e à editora. Esta licença substitui a lógica de cessão exclusiva de direitos autorais prevista na Lei 9610/98, aplicando-se os princípios do acesso aberto; 2. Os autores mantêm integralmente seus direitos autorais e são incentivados a divulgar a obra em repositórios institucionais e plataformas digitais, sempre com a devida atribuição de autoria e referência à editora, em conformidade com os termos da CC BY 4.0.; 3. A editora reserva-se o direito de disponibilizar a publicação em seu site, aplicativo e demais plataformas, bem como de comercializar exemplares impressos ou digitais, quando aplicável. Em casos de comercialização direta (por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras), o repasse dos direitos autorais será realizado conforme as condições estabelecidas em contrato específico entre as partes; 4. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza o uso de dados pessoais dos autores para finalidades que não tenham relação direta com a divulgação desta obra e seu processo editorial.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
- Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins
- Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
- Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
- Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
- Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
- Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
- Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
- Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
- Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
- Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
- Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
- Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

EDUCAR PARA SERVIR: MASCULINIDADES NO ASILO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1888-1940)

Este livro constitui-se da análise de uma instituição assistencial, o **Asilo de São Francisco de Assis**, que possuía caráter educacional e de formação para o trabalho; acolhia meninos órfãos da cidade de São João del-Rei, um dos principais centros urbanos de Minas Gerais desde sua fundação, no século XVIII.

A pesquisa contribui para os estudos em História da Educação que se dedicam a analisar as instituições asilares, ampliando o conhecimento do campo, sobre as instâncias educativas que se afirmaram como participantes do processo de modernização da sociedade por meio da perspectiva de educação e civilização da população pobre.

Como outros estudos sobre o tema, as autoras identificaram a iniciativa de caráter filantrópico, envolvendo a parcela política e economicamente influente da sociedade, associada à irmandade religiosa de mesmo nome. A análise ganha complexidade ao serem identificados entrelaçamentos financeiros e administrativos do Asilo com outros estabelecimentos educacionais locais: o Instituto de Humanidades - posteriormente *Gymnásio São Francisco* - e o Instituto Padre Machado. Além do funcionamento contíguo, em diversos períodos a gestão dos estabelecimentos era compartilhada, assim como os asilados frequentavam o *Gymnásio* para receber os estudos primários e ginasiais, gratuitamente. Embora se perceba a ausência de fronteiras bem estabelecidas entre o Asilo e as demais instituições, no seu funcionamento, destaca-se que somente as crianças órfãs recolhidas recebiam a formação para o trabalho: ou seja, para que não se transformassem em problemas para a sociedade futura, deveriam aprender um ofício a partir do qual pudessem viver e “ser útil a si e à pátria”.

A pesquisa se destaca pela originalidade dos documentos mobilizados: o cruzamento dos documentos institucionais com a legislação e matérias da imprensa local possibilitou compreender a dinâmica envolvendo diferentes grupos sociais, em especial a “boa sociedade” e os sujeitos desvalidos. Alguns indícios trazidos apontam para relações não tão bem estabelecidas ou explicitadas e que merecem ser melhor investigadas, a exemplo da maior quantidade de crianças brancas órfãs do que de crianças pardas ou pretas recolhidas, em uma sociedade pós escravocrata e de maioria cristã.

Como já indicado por estudiosos de referência no campo da História da Infância, um dos desafios em se tratar das crianças na reescrita da história é a de não termos registros diretos e, portanto, desses sujeitos serem falados pelos adultos. Quanto a isso, o estudo de Fabiana Assunção e Paula Guimarães

apresenta fontes que, mesmo que indiretamente, traduzem dimensões dos comportamentos e ações desses sujeitos, possibilitando visualizar o que teria constituído o cotidiano dessas crianças asiladas: transgressões às ordens disciplinares e à moral estabelecida. Além disso, a análise propõe reflexões sobre como os ideais de masculinidade do período permeiam os princípios educativos e os valores de forma tácita, em um estabelecimento voltado exclusivamente para meninos.

A pesquisa que deu origem a este livro inspira muitas outras análises e interpretações, e sua leitura torna-se importante referência para pesquisadores em diferentes momentos de formação na área da Educação e da História da Educação.

Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.

Mônica Yumi Jinzenji

O texto apresentado nesse livro é fruto de uma pesquisa realizada entre os anos de 2020 e 2023, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDU) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Os fatores que nos motivaram a realizar este estudo sobre as questões que envolvem a educação da infância pobre e órfã e as masculinidades, no final do século XIX e início do século XX foram: os poucos estudos no campo de História da Educação que abordassem a temática, o ineditismo da documentação e a consciência de que na sociedade estão presentes visões sobre os papéis considerados adequados a homens e mulheres, e que esses modos refletem na construção, educação e formação da infância, assim como a formação das subjetividades “masculina” e “feminina” que decorrem dessas atribuições; e que o poder do masculino, nos sistemas tradicionais, é exercido através da presença, da verdade e da autoridade proveniente das ações e dos discursos masculinos.

Trabalharemos, nesse estudo, com a perspectiva de que a infância está inserida em uma construção social, no qual o contexto e o papel social da criança influenciam diretamente na forma como a sua infância é construída. Dessa maneira, a infância é vista como uma condição específica da criança, que participa da produção histórica e está inserida em um tempo e espaço determinados. No século XIX, a vida infantil passou a ser alvo de diversas instituições, e suas experiências foram moldadas pelos valores e princípios da vida adulta. O objetivo das diferentes esferas sociais era formar indivíduos disciplinados, obedientes e úteis tanto para si mesmos quanto para a nação. Dentre as várias infâncias delineadas, a das crianças pobres foi a que mais sofreu com as exigências da sociedade da época. Crianças carentes, órfãs e/ou desvalidas eram consideradas necessitadas de controle e deviam ser conduzidas à idade adulta dentro dos padrões estabelecidos. Sua educação tinha como propósito a formação para o exercício da cidadania, com foco na preparação para o trabalho e para uma futura estrutura familiar. Para a educação e a formação dessas crianças em situação de pobreza, foram criadas instituições específicas, como os asilos. Esses estabelecimentos tinham como principal objetivo a submissão dos menores às normas morais, higiênicas, religiosas e disciplinares vigentes no período. Portanto, a educação de meninos órfãos foi afetada por aspectos para além da criação de uma instituição para acolhê-las, mas por práticas organizadas em relação a estruturação das relações de poder.

A ideia de que a definição de homem pode ser diferente, de acordo com a cultura em que o sujeito está inserido, ou seja, a classe social e o grupo étnico nos quais os sujeitos, homens, estão inseridos; a educação e os valores apreendidos; o lugar que se vive e a religião que se segue interferem diretamente em sua prática social foram essenciais para as análises desta pesquisa. Compreender e

trabalhar com o conceito de masculinidades requer uma visão histórica dinâmica do gênero, uma vez que essa ideia de masculinidade se configura a partir de práticas organizadas em relação a estruturação das relações de gênero.

Levando-se em conta tais premissas, optamos por pesquisar a atuação do Asilo de São Francisco de Assis relacionadas as construções de masculinidades, entre os anos de 1888-1940. Para isso, utilizamos documentos institucionais, como o estatuto do asilo, atas de reuniões, relatórios institucionais; além de periódicos sanjoanenses; fotografias; cartas e legislações brasileiras e mineiras destinadas para menores abandonados, desvalidos, delinquentes e órfãos.

O cruzamento dessa diversidade de fontes nos permitiu analisar aspectos da educação e da formação da infância pobre no contexto mineiro. Contribuiu também para identificar o caráter filantrópico desenvolvido pela elite sanjoanense pertencente a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Além da presença das disciplinas e dos ofícios no asilo, o que indicava o carecimento de cidadãos disciplinados, aptos para o mundo do trabalho e para servir a pátria. A diversidade de práticas educativas constante nas ações do asilo demonstrava uma instituição em sintonia com os discursos vigentes no período, que buscava se adaptar e acompanhar a ordem social do momento.

Para tratar dessas questões, optamos por dividir este livro em três capítulos. O primeiro, “Entre a infância e a assistência”, apresenta as concepções de infância, assistencialismo, relação igreja e infância e as instituições criadas e destinadas à infância. Além das legislações voltadas para a infância desvalida. Já o segundo capítulo, “Do Asilo de São Francisco de Assis às instituições administrativas”, descreve o Asilo de São Francisco de Assis e as instituições administrativas que funcionaram anexas a ele, a saber: o Instituto de Humanidades, o Gymnásio São Francisco e o Instituto Padre Machado. O interesse foi realizar o entrecruzamento de informações para se chegar à educação e à assistência fornecida aos asilados. Ademais, compreendeu a realidade social, política e educacional da cidade de São João del-Rei, no período pesquisado. Por fim, no terceiro e último capítulo, “A educação de meninos no Asilo de São Francisco de Assis: Masculinidades presentes na formação da infância sanjoanense”, é analisado a construção das masculinidades, além de desvendar as características e a educação dos asilados, questões relacionadas a raça, a formação para o trabalho, bem como sobre a disciplina e a constituição moral dos meninos asilados.

Desse modo, esse livro vai contribuir para esclarecer aspectos da educação e formação da infância em Minas Gerais, com ênfase na instrução de meninos órfãos. Ao examinar as práticas voltadas para a infância pobre, órfã e desamparada, tanto em Minas Gerais quanto em São João del-Rei, o

estudo contribui para preencher uma lacuna historiográfica sobre a educação e a formação dessas crianças. A partir da análise da ação assistencial do Asilo de São Francisco de Assis, a investigação também auxilia na compreensão da constituição de asilos e outras instituições voltadas para a infância órfã, especialmente no contexto mineiro.

Este livro é resultado de uma pesquisa realizada entre 2020 e 2023. Não poderíamos deixar de agradecer a todos que tornaram possível esta publicação.

Agradecemos a Deus, fonte de luz na nossa vida, pela força para enfrentar os desafios que surgiram no decorrer da nossa caminhada.

Às professoras Christianni Cardoso de Moraes e Mônica Yumi Jinzenji, que se dedicaram à leitura deste texto e deram valiosas contribuições para que ele se aprimorasse.

Aos funcionários dos diferentes arquivos em que estivemos, seja em Belo Horizonte, seja em São João del Rei, em especial à Adriana, secretária da Igreja São Francisco de Assis, que nos acolheu e nos deixou à vontade para manusear todos os documentos do arquivo, aos ministros da Ordem, pela autorização para acessar o arquivo do Asilo e aos funcionários do IPHAN/SJDR, que foram muito atenciosos e pacientes, vocês foram imprescindíveis para que a pesquisa se concluísse.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPEDU/UFSJ sempre comprometido com a educação pública, gratuita e de qualidade e pelo qual temos muita estima e orgulho.

Aos amigos de longa data e àqueles que conhecemos ao longo da nossa vida acadêmica, pelo carinho e pela cumplicidade.

Aos nossos familiares, que sempre nos incentivam e compreendem os momentos de distanciamentos e ausências.

Um agradecimento especial, à Paula Cristina David Guimarães, coautora desse livro, amiga e parceira. Gratidão por ser essa pessoa maravilhosa, generosa, serena, guerreira e motivadora, que me inseriu no mundo da pesquisa e com quem aprendi muito e continuo aprendendo. A você, dedico minha sincera admiração.

Agradecemos, com muito reconhecimento, a CAPES, pelo recurso concedido para a publicação desta obra.

APM	Arquivo Público Mineiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DAMAE	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de São João del-Rei
EFOM	Estrada de Ferro Oeste de Minas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEPSHE	Núcleo de Estudo e Pesquisa em História da Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
SCieLO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SJDR	São João del-Rei
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
VOT	Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	12
ENTRE A INFÂNCIA E A ASSISTÊNCIA	12
1.1 Relação entre Infância e Igreja	15
1.2 Instituições para a infância	17
1.3 Asilos para órfãos	19
1.4 Iniciativas de assistência a infância: Entre o Código de Menores de 1927 e o regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes de 1927	20
1.4.1 Código de Menores de 1927	20
1.4.2 <i>Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delin-</i> <i>quentes de 1927</i>	21
CAPÍTULO 2	27
DO ASILO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS ÀS INSTITUIÇÕES ADMINIS- TRATIVAS	27
2.1 “Princesa do Oeste”: São João del-Rei e a sua relação com a caridade.....	27
2.2 Asilo de São Francisco de Assis	37
2.3 O Instituto de Humanidades que se transforma em Ginásio de São Francisco..	43
2.4 Instituto Padre Machado	48
CAPÍTULO 3	52
A EDUCAÇÃO DE MENINOS NO ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS: MAS- CULINIDADES PRESENTES NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA SANJOANEN- SE	52
3.1 Representações e construções de masculinidades.....	52
3.2 Questões de Raça: a cor dos meninos	56
3.3 Comportamento e disciplina em uma instituição assistencial	63
3.4 Formação para um ofício: o trabalho como parte da educação dos asilados.....	67
3.5 Estratégias moralizadoras	75
3.5.1 Formação moral católica.....	77

3.5.2 Formação moral leiga	79
3.5.3 Formação religiosa.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES.....	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES.....	97
Apêndice 1 - Levantamento de teses e dissertações sobre infância órfã e desvalida (CAPES).....	97
Apêndice 2 - Levantamento de teses e dissertações sobre instituições destinadas para crianças órfãs, desvalidas e abandonadas (CAPES)	98
Apêndice 3 - Levantamento de teses e dissertações sobre orfanatos destinadas para crianças pobres e órfãs (CAPES).....	99
Apêndice 4 - Teses e dissertações sobre asilos para crianças	100
Apêndice 5 - Levantamento da produção sobre “masculinidades” (SCieLO)	101
SOBRE AS AUTORAS	105

INTRODUÇÃO

Os caminhos percorridos desde a graduação fizeram com que se chegasse ao objeto de estudo desta pesquisa. Tudo começou com a disciplina eletiva “História da Educação/Escolarização da infância”, ofertada pela professora Dra. Paula Cristina David Guimarães, no segundo semestre de 2017. Os conteúdos ministrados, associados às leituras, debates e atividades práticas referentes a pesquisa em arquivos históricos, produziram questionamentos relativos à localização de informações sobre o processo de educação e de escolarização da infância, principalmente sobre a infância pobre e sanjoanense.

A partir desse momento, embarcamos em uma pesquisa bibliográfica para compreender melhor as produções sobre a infância nas principais revistas da área de pesquisa da História da Educação. Na referida investigação, foi possível perceber que as publicações sobre a infância nas revistas em análise são poucas, não chegando a 10% do total de textos publicados (artigos, resenhas e relatos de pesquisa). Dessa forma, pode-se dizer que a infância ainda caminha à margem das pesquisas no campo da historiografia da educação brasileira, se comparada com outras temáticas como Historiografia da educação, Profissão docente, Sistemas escolares e políticas educacionais e Cultura material. Com base nesse levantamento, acredita-se que um possível investimento nas pesquisas sobre a infância poderia colaborar com o campo de pesquisa ao preencher lacunas para o entendimento do seu processo de escolarização e de educação ao longo da história brasileira (ASSUNÇÃO, 2021).

A busca por documentação que ajudasse a entender a infância sanjoanense teve início logo após uma conversa informal com Paula, em que ela mencionou que teve uma informação, durante uma missa na Igreja de São Judas Tadeu, na cidade de São João del-Rei. Essa informação era de que havia um arquivo histórico riquíssimo guardado na Igreja de São Francisco de Assis, localizada na mesma cidade, que foi mantenedora de uma instituição para crianças criada no final do século XIX. O interesse surgiu após conversa com a Paula e decidimos ir atrás de mais informações sobre a documentação. Ao chegar na secretaria da Igreja de São Francisco de Assis, a secretária disse que existiu uma instituição com o nome de “Asilo de São Francisco de Assis”, que funcionou onde hoje é a atual sede do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de São João del-Rei (DAMAE), no centro da cidade de São João del-Rei¹. Solicitamos ao ministro da Ordem uma consulta ao acervo da Igreja para tentar localizar a documentação do referido Asilo; já nesse primeiro momento, encontramos diversos documentos, entre eles o estatuto do Asilo, recortes de jornais e fotografias dos asilados. O acervo do Asilo de São Francisco de Assis se encontra nas estantes e em caixas de papelão no maleiro de um armário. Nas estantes encontram-se os livros de atas, os termos de deliberações, os contratos entre as instituições anexas

¹ São João del-Rei é um município do estado de Minas Gerais que está localizado no Campo das Vertentes, a 183 km da capital mineira. De acordo com o IBGE (2021), a cidade possui uma área territorial de 1452,002 Km², e uma população estimada de 90.897 habitantes.

ao Asilo, seguindo uma ordem original; já nas caixas de papelão estão folhas avulsas, como cartas e relatórios, onde nem todos os documentos estão na disposição original. As fotografias se encontram em uma pasta polionda, juntamente com fotografias da Igreja. Sobre a conservação do acervo, alguns documentos estão danificados, mas isso não impede a leitura das fontes.

Figura 1 - Mapa da cidade de São João del-Rei.



Fonte: Google, 2023.

Após esse conjunto de acontecimentos realizei uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, com as chaves de busca: infância, infância órfã, instituições para criança, asilos para criança e Asilo de São Francisco de Assis².

Com esse levantamento é possível observar que nenhuma pesquisa dessas citadas se volta para a instituição Asilo de São Francisco de Assis, situado na cidade de São João del-Rei (MG). Também é possível perceber que a maioria dos trabalhos se volta para instituições do estado de São Paulo, não sendo identificadas investigações de asilos ou instituições de acolhimento de crianças em Minas Gerais³. Outra verificação possível é que a maior parte das instituições pesquisadas eram destinadas às meninas, o que nos faz pensar sobre os diferentes vieses assistenciais e educacionais voltados para a questão do gênero feminino e masculino. A partir do levantamento realizado percebe-se que o trabalho com instituições voltadas para a educação de meninos órfãos, no caso instituições asilares, é uma produção relativamente recente e que esta tarefa sobre o Asilo de São Francisco de

2 O levantamento é referente à infância órfã e desvalida; as instituições destinadas para crianças órfãs, desvalidas e abandonadas e os orfanatos se encontram no final do trabalho, em apêndice.

3 No levantamento realizado para esta pesquisa não foram encontrados trabalhos sobre asilos em Minas Gerais na base de dados elegida, mas pode ser que exista tais trabalhos, porém não foram identificados no momento da busca.

Assis está somando a outros que pesquisam, analisam e argumentam sobre esse tipo de instituição.

Nesse sentido, o **objetivo desta pesquisa** é investigar o Asilo de São Francisco de Assis⁴ (São João del-Rei), entre os anos de 1888 e 1940, tentando compreender o seu funcionamento e o atendimento voltado aos meninos órfãos. Para isso pretende-se: 1) Compreender sobre o funcionamento do Asilo de São Francisco de Assis; 2) Entender a relação do Asilo com outras instituições a ele anexas; 3) Identificar quem eram os meninos asilados; e 4) Compreender as masculinidades presentes no contexto de formação dos meninos inseridos no Asilo de São Francisco de Assis.

Esses objetivos estão traçados dentro de um **recorte temporal definido**, que se inicia no ano de 1888 e vai até 1940. Essa escolha se dá pelo primeiro movimento de construção do Asilo São Francisco de Assis em 1888 e se finda em 1940, ano em que a direção do Asilo São Francisco de Assis deixa de pertencer ao Instituto Padre Machado⁵ e este se muda para Belo Horizonte. Nesse ano, 1940, o Asilo se abre para uma nova etapa na história, pois a administração do Asilo de São Francisco de Assis passa a ser de inteira responsabilidade da Mesa Administrativa da VOT⁶, passando a educação dos meninos asilados a ser ministrada em grupos escolares da cidade.

A **realização desta pesquisa se justifica** pelo ineditismo da documentação a ser utilizada, bem como pela contribuição da investigação para o preenchimento de parte da lacuna historiográfica sobre a educação e formação da infância mineira, sobretudo no que diz respeito à educação e à formação de meninos órfãos. Este estudo pode ajudar também na compreensão dos processos de educação e de formação destinada para a infância pobre mineira e sanjoanense, bem como para o entendimento dos processos de constituição de asilos e de internatos destinados às crianças no contexto brasileiro.

A possível contribuição na produção sobre o assunto para a história da educação pode ser detectada a partir do levantamento dos artigos publicados pela *Revista Brasileira de História da Educação*, periódico de referência para os pesquisadores da área. De acordo com Galvão et al. (2008), até 2007 a temática infância foi pouco trabalhada no campo da história da educação, aparecendo, apenas, em duas publicações em meio a uma multiplicidade de temas de investigação mais explorados no campo, como ideais educacionais, sistemas de pensamento e intelectuais da educação; Historiografia da educação; Sistemas escolares e políticas educacionais; Impressos educacionais; Profissão docente e Cultura Material.

Ampliando o levantamento realizado por Galvão et al (2008), das publicações da Revista Brasileira de História da Educação para outubro de 2021, ficou perceptível que os trabalhos relacionados à infância tiveram aumento, porém ainda pouco significativo diante de outras temáticas. No levantamento realizado na revista, de 2008 até outubro de 2021,

4 Para este trabalho algumas grafias originais da documentação serão mantidas.

5 O Instituto Padre Machado fazia parte das instituições que se reuniram anexas ao Asilo de São Francisco de Assis.

6 Para Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis utilizará a abreviação de VOT.

foram encontradas 34 publicações sobre a temática infância em um total de 437 pesquisas. Esse quantitativo corresponde a 7,78% das publicações. Para este estudo utilizou-se as chaves de busca: infância, criança, menor e infantil.

A partir do que foi pesquisado, tem-se como **hipótese inicial** para esta pesquisa, que as diferentes instituições pelas quais os asilados passaram, entre elas o Asilo de São Francisco de Assis, proporcionavam uma educação distinta para os meninos asilados e para os meninos da elite sanjoanense.

O **Asilo São Francisco de Assis** teve sua deliberação de criação em 1888, com a supervisão de um dos benfeitores, o Padre João Batista do Sacramento, que ficou à frente da instituição por dezesseis anos. Encontrou-se vestígios de encerramento de suas atividades por volta de 1972. O Asilo foi uma instituição criada com o propósito acolher, assistir e educar meninos órfãos sem condições financeiras de sobrevivência. As mobilizações se iniciaram na Irmandade de São Francisco de Assis, através das doações de fiéis, das ações de benfeitores e das esmolas arrecadadas durante as missas na Igreja São Francisco de Assis, instalada no centro da cidade de São João del-Rei. O local de funcionamento se deu na cidade de São João del-Rei, prestigiada pelo comércio e pela passagem dos tropeiros com destino ao Rio de Janeiro. Com o reconhecimento como importante centro urbano e comercial, a cidade abrigou famílias da elite que, juntamente com as congregações religiosas, ajudavam, de certo modo, na assistência das crianças pobres.

O Asilo tinha como função proteger e educar as crianças sanjoanenses pobres. Os meninos tinham sustento, moradia, asseio e agasalho, além de receberem uma educação pautada nas faculdades físicas e morais. Porém, a que tudo indica, ele não desenvolveu essas ações sozinho, pois o Asilo contou com a parceria de outras instituições que funcionaram no prédio anexo. No manusear da documentação, foram encontrados vestígios de vínculo do Asilo com as seguintes instituições: Instituto de Humanidades, Gymnásio São Francisco e Instituto Padre Machado.

As instituições mencionadas funcionaram em prédio anexo ao Asilo, em diferentes épocas, no entanto, a direção do Asilo era de responsabilidade dos diretores das instituições anexas. Essas instituições tinham como obrigação prestar contas para a Mesa Definitória da Ordem Terceira⁷ de São Francisco de Assis, com compromisso firmado em contrato.⁸

Como é possível perceber, o Asilo de São Francisco de Assis não desenvolvia suas atividades sozinho, de forma autônoma, estando sempre ligado a outra instituição. Esse acontecimento reforça a hipótese inicial do trabalho, uma vez que os diretores das instituições anexas eram responsáveis pela administração do Asilo.

7 Ordem Terceira significa uma associação de homens leigos, estabelecida mediante Estatuto ou Compromisso, que impunha aos irmãos uma série de deveres e direitos. Cada irmandade dedicava-se ao culto de um santo de devoção, que em cujo dia realizava festejos e procissões comemorativas. A formação dessas associações era presidida por critérios raciais e econômicos, refletindo, dessa forma, na hierarquia social. Nas Minas, no período colonial, foram os leigos os responsáveis pela implantação do catolicismo e não os religiosos, por meio de irmandades (ROMEIRO; BOTELHO, 2003).

8 Todos os assuntos relacionados ao Asilo de São Francisco de Assis eram resolvidos pelo Ministro e pelos mesários da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Figura 2 - Prédio do Asilo de São Francisco de Assis, s/d.



Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

As **fontes históricas** encontradas no arquivo do Asilo de São Francisco de Assis e que foram utilizadas nesta pesquisa são, em sua maioria, institucionais.

Para o entendimento e para a análise dos objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizado três Termos de deliberações, com relatórios sobre a fundação do Asilo, bem como funções, que mencionam que o Asilo poderia atender a todos, mas os filhos de irmãos teriam preferência. Já o Estatuto do Asilo contém informações referentes aos requisitos para os órfãos serem admitidos e se manterem na instituição, quem e como seria a administração do Asilo, além das funções de cada membro, a formação do pessoal e o ensino destinado aos órfãos. Também é possível identificar nesse documento a necessidade de fiscalizar e de manter a boa ordem no estabelecimento, além da multa, que os familiares dos meninos pagariam caso algum órfão saísse fora do tempo determinado para a sua formação. Outra informação identificada é que o Asilo deveria ser confiado a uma congregação religiosa, dando preferência aos padres salesianos. Através dessas fontes, principalmente no entrecruzamento de suas informações, é possível perceber o funcionamento da instituição pesquisada, bem como a educação destinada aos órfãos.

Os três contratos listados entre o Asilo de São Francisco de Assis e o Diretor Antônio Pinheiro Campos e entre o Asilo de São Francisco de Assis e o Instituto Padre Machado são de extrema importância para a compreensão da administração do Asilo, bem como a educação fornecida aos asilados. No primeiro exemplo de contrato, entre a VOT e Antônio Pinheiro Campos para administração do Ginásio e da escola de Farmácia, temos na 16ª cláusula a quantidade de asilados que poderiam frequentar o curso gratuitamente, e este documento pode ser utilizado para analisar a relação do Ginásio com o Asilo no fornecimento da educação

aos asilados. Já o contrato firmado entre a VOT e o prof. Antônio de Lara Resende, diretor do Instituto Padre Machado, é utilizado para compreender a função do Instituto Padre Machado na educação dos asilados, assim como também, para entender o funcionamento das instituições. Já na proposta de contrato entre a VOT e o Instituto Padre Machado é possível analisar características dos asilados aceitos no Asilo. A hipótese é que somente os asilados em boas condições físicas e mentais eram aceitos no Asilo.

Os sete relatórios elencados no quadro servem para entender o funcionamento do Asilo, uma vez que nestes relatórios constam a relação de órfãos atendidos, a assistência dada a esses asilados e a educação e a instrução fornecida a esses meninos.

Com base nas relações de menores internados no Asilo é possível obter dados dos meninos que passaram pela instituição, como: nome, idade, cor e nacionalidade. Essas fontes ajudam na compreensão do gênero e da cor atendida pela instituição, um dos objetivos desta pesquisa. As fotografias selecionadas também ajudam na compreensão desses objetivos. Lembrando que as fotos se encontram sem data, porém são fontes que contribuem para o entendimento de um padrão utilizado na instituição.

A partir dos dados sobre disciplina do estabelecimento contidos nos relatórios e na cópia realizada por um asilado, pretende-se compreender como era a disciplina dentro da instituição e como o seu uso repercutia no comportamento dos asilados.

As cartas trocadas entre a VOT e o Arcebispo de Mariana contêm dados importantes que ajudam na análise da educação e formação dos asilados, além de relatar sobre as oficinas ofertadas aos meninos. Nessas fontes há dados sobre a organização do Asilo e a distribuição dos asilados, assim como também a disciplina exigida nessa instituição.

O uso de jornais possibilita ter acesso a informações além das que constam nos documentos institucionais. Nos periódicos foram encontrados dados a partir da visão da sociedade, o que torna possível o entrecruzamento das informações coletadas nos diversos documentos.

Dentro deste corpus de fontes elencado, o interesse é o de captar o máximo de informações possíveis para atender ao objetivo central desta pesquisa: investigar o Asilo de São Francisco de Assis entre os anos de 1888 e 1940, tentando compreender o seu funcionamento e o atendimento voltado aos meninos órfãos. Dessa maneira, Cellard (2008), aponta sobre a coleta de variados documentos de pesquisa. Para o autor

[...] Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de construir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. Se nossos predecessores deixaram vestígios documentais, eles raramente o fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior, tais vestígios podem, se encontrar, portanto, em toda a sorte de locais, os mais heterogêneos [...] (CELLARD, 2008, p. 298).

Para todas as etapas da análise documental, o exame do contexto social global em que a documentação foi produzida e no qual estava imerso seus autores é crucial.

Segundo Cellard, é fundamental o pesquisador conhecer a conjuntura política, social, econômica e cultural que possibilitou a produção de determinado documento. “Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos...” (CELLARD, 2008, p. 300).

Dessa maneira, o pesquisador precisa analisar a documentação sem cometer anacronismo. O documento possui especificações do momento sobre a criação, não cabe ao pesquisador analisá-lo a partir do seu contexto pessoal. Ele tem que buscar uma compreensão a partir do lugar de produção, com todas as relações de poder envolvidas.

Para a análise das informações das fontes apresentadas, o entendimento sobre documento está sendo importante. A definição de documento utilizada no decorrer das análises se pauta nos conceitos de Le Goff. Para esse autor o documento registra uma memória coletiva e reflete a vivência da sociedade, portanto o documento é uma marca que foi deixada através de forças atuantes na sociedade. Segundo o referido autor

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores [...] (LE GOFF, 1996, p. 535).

Destarte, o processo para o estudo histórico na História Nova é pautado na problematização e na interrogação dos documentos, pois estes não falam por si sós. Desse modo, o movimento do historiador de ir aos arquivos precisa ser organizado, com algumas perguntas em mente, porém aberto e flexível para as questões que podem suscitar através do levantamento documental.

Desde a fabricação até a guarda em arquivos, as fontes passam por diferentes etapas. Alguns documentos são escolhidos para serem guardados, enquanto outros não recebem a importância merecida. Em muitas instituições, principalmente as filantrópicas, muitas das fontes eram descartadas juntamente com a saída dos educandos, sobrevivendo somente as de razões contábeis ou normativas, como os estatutos.

Os documentos dos estabelecimentos que derivavam das ações de instituições religiosas, muitas vezes, encontram-se em arquivos restritos, que necessitam de mediações e ofícios para acesso a seu arquivo. Rizzini (2007) traz que, a análise de arquivos de instituições asilar ainda está por ser feita, devido a essa burocracia de acesso aos documentos. Esses documentos encontrados são apenas vestígios do que realmente aconteceu na época.

A leitura das fontes deve ser realizada com atenção, pois o escrito encontrado não é uma verdade única, porém nele está contida uma multiplicidade de informações, de jogos de poder que interferiram na criação e no funcionamento do referido Asilo. Todas as ações realizadas pela instituição, assim como também pelos grupos sociais e pelos governos,

devem ser trazidas para a reflexão. Foucault (2000) ressalta que, o discurso contido em determinados documentos deve ser interpretado com cuidado.

Torna-se importante destacar que, um dos trabalhos do historiador é estar atento às condições de produção dos documentos, pois este não é o espelho do real. A linguagem expressada nele está vinculada às experiências dos sujeitos, às relações de poder e de saber, aos processos sociais, políticos e culturais (LE GOFF, 1996).

Pensando na perspectiva das instituições para a infância pobre e na busca pela compreensão dos diferentes processos educativos, Foucault nos aponta para se realizar uma pesquisa histórica a partir das descontinuidades e das rupturas. Esse novo olhar, voltado para o descontínuo da história, torna-se um dos elementos fundamentais da análise histórica, pois traz atenção para a estrutura e a organização do acontecimento já posto. De acordo com Foucault, a descontinuidade

[...] é, enfim, um conceito que o trabalho não cessa de especificar: ela não é mais esse vazio puro e uniforme que separa por uma só e mesmo lacuna duas figuras positivas: ela assume uma forma e uma função diferentes conforme o domínio e o nível nos quais é assinalada. [...] ela é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, já que delimita o campo de uma análise da qual ela é o efeito; já que permite individualizar os domínios, mas que só podem ser estabelecidos em comparação com ela; já que ela rompe unidades, apenas para estabelecer novas; já que ela esconde as séries e multiplica os níveis [...] (FOUCAULT, 2000, p. 85).

A partir do movimento da descontinuidade modifica-se a visão a respeito da história e questionamentos surgem sobre como as coisas aconteceram, pois não existe acontecimento pronto e acabado. Os historiadores, na busca pelos acontecimentos, sempre trabalham com determinados documentos, produzidos sobre certas circunstâncias, com marcas deixadas por alguém. Esses documentos são registros do que foi produzido por um sujeito e preservado por alguma instituição de poder, movidos por um determinado interesse, por isso, essa documentação não pode ser considerada como uma verdade única. Se têm nesses arquivos vestígios do que sobraram e sobreviveram até o presente.

Assim, os historiadores, para Foucault (2000), devem praticar uma história serial, a qual trabalha com um conjunto de documentos variados, como: fotos, cartas, relatórios entre outros, buscando compreender as relações entre essas diferentes séries e variações, nas enunciações e nas inconstâncias. O encontrar oscilações, ajuda a compreender o objeto de estudo e responder à pergunta de pesquisa. Para ele

[...] A história serial permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecido até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente [...] (FOUCAULT, 2000, p. 291).

Nesse processo, a multiplicidade de informações sobre um determinado fato, faz surgir relações diversas, inclusive enunciados de exclusão e de oposição. Essas relações são efeitos de poder e construções de saber. Torna-se necessário um desmontar desses documentos e atentar-se para as minúcias e para as suas construções, tendo como base a análise dos jogos de relações: discursos de verdade e de poder.

Segundo Foucault, é necessário

[...] tratar a história atualmente como um conjunto de enunciados efetivamente articulados, a língua como objeto de descrição e conjunto de relações conectadas ao discurso, e os enunciados que foram objeto da interpretação. É nossa época, e somente ela, que torna possível o aparecimento desse conjunto de textos que tratam da gramática, da história natural ou da economia política, como de tantos outros objetos [...] (FOUCAULT, 2000, p. 68).

Portanto, o enunciado é a base da análise do discurso, discurso este que não é constituído somente da linguagem verbal, mas também de todo um conjunto de outros acontecimentos. Porém, deve-se estar atento, pois o discurso não captura toda a prática tal qual ela é, pois o pesquisador está trabalhando somente com uma representação de uma parte do acontecido. Dessa maneira, o discurso para Foucault (2014), não é simplesmente uma tradução de lutas e de sistemas de dominação, mas é também o motivo pelo qual se lutam e que todos querem apoderar.

Para as análises dos discursos encontrados e das práticas que organizam a sociedade, Foucault (2000), propõe a observação da multiplicidade de informações sobre um determinado acontecimento, como o desmonte dos documentos, olhando-os de diversas formas, para então reconhecer neles os efeitos de poder produzidos nas crianças e nos espaços utilizados por elas. Nesse âmbito, se tem a ferramenta foucaultiana, o enunciado, que vai organizar e denominar as vivências da sociedade a partir do estabelecer das relações de poder e de exclusão.

A análise das informações das fontes apresentadas partirá do entendimento sobre “relações de poder”, “produção de saber” e “discursos de verdade”, e serão importantes, sobretudo quando se têm diferentes instituições administrando o Asilo.

Com relação às “relações de poder”, estas podem ser analisadas através da relação entre a VOT⁹, com as distintas direções do Asilo de São Francisco de Assis, uma vez que estas deveriam informar aos administradores da VOT tudo que acontecia dentro da instituição. Os contratos de prestação de serviços deveriam ser analisados e aprovados de acordo com os interesses das cadeiras administrativas.

Para Foucault, as relações de poder podem se manifestar em diferentes esferas sociais, como a Igreja, o Estado, a escola e a família, que buscam modelar as condutas dos indivíduos envolvidos no intuito de submetê-los a certo tipo de dominação. Tais relações serão observadas em diversos contextos em que a direção do Asilo estava perante a

9 Todos os assuntos referentes ao Asilo São Francisco de Assis passavam pela VOT. Essa mesa era composta por ministros, secretários e irmãos da Ordem.

administração do Instituto de Humanidades, do Gymnásio São Francisco e do Instituto Padre Machado.

Pensar na assistência e na educação dos asilados, possibilita identificar diferentes “saberes” que foram produzidos para a infância órfã. Tais saberes atuavam como esquemas capazes de formar/moldar sujeitos para a sociedade. Dessa maneira, os órfãos se tornaram indivíduos constituídos e não constituintes da sua vivência.

Ao se pesquisar os saberes produzidos pelas instituições vinculadas ao Asilo de São Francisco de Assis, é preciso explorar, também, os “discursos de verdade” proferidos por elas, ou seja, investigar os discursos que foram aceitos e pronunciados pela sociedade daquela época. Diante dessa perspectiva, Foucault (2014) salienta que cada sociedade escolhe os discursos que ela acolhe e os faz funcionar como verdadeiros.

Sabe-se que, no período em questão, a Igreja era vista como possuidora do “discurso da verdade” a partir da sua obra social destinada aos pobres e aos necessitados. Isso se dava, sobretudo, pelo reconhecimento perante a sociedade burguesa como detentora de verdade e de poder.

Nesta pesquisa, as “relações de poder”, as “produções de saber” e os “discursos de verdade” gerados pela VOT, pelo Asilo de São Francisco de Assis e pelas instituições anexas a ele, serão analisadas de forma articulada, pois como afirma Foucault, o poder e saber são interligados, pois o exercício do poder cria os saberes e este faz o poder emergir e circular, ou seja, o saber acarreta os efeitos de poder. Para operar o poder utiliza-se os discursos que veiculam e produzem verdades.

Outra proposição de análise diz respeito ao uso do conceito de gênero, uma vez que o Asilo era destinado a meninos órfãos. O trabalho com a categoria gênero é importante, pois abrange as múltiplas ações e relações sociais, políticas e econômicas na constituição dos sujeitos. A partir desse conceito é possível pensar que a atribuição social e cultural dada ao homem e a mulher, em sua relação, reflete em como deve ser o comportamento desses sujeitos perante a sociedade (SCOTT, 1995). De acordo com a referida autora, a pesquisa histórica precisa fazer emergir uma visão mais ampla de gênero para além do parentesco, pois o “gênero é constituído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política” (p. 87), assim como também na educação, através de instituições que atendem somente meninos, como é o caso da pesquisa. Como o gênero é constituído nas relações, ele articula e possibilita as “relações de poder” dentro da sociedade.

Segundo Machado e Seffner (2013), a categoria gênero foi utilizada nas pesquisas acadêmicas brasileiras, sobretudo no campo de história da educação, a partir de Scott (1995), e que durante muitos anos foi aplicada nos estudos sobre o feminino. Essa categoria gênero vem sendo utilizada para pesquisas no campo de estudos que “abordam os processos de produção, manutenção e modificação das masculinidades” (p. 356) e salienta os grupos de homens em cenários específicos e em acontecimentos históricos

determinados. A figura masculina é analisada em diferentes circunstâncias, como na esfera do trabalho, do cuidado com o corpo, no contexto familiar, entre outras ocasiões.

O trabalho com as masculinidades pode acontecer nas relações de gênero, nas questões de classe e raça. Isso porque a construção e manutenção de uma hegemonia recorre às relações de poder, subordinando os inferiores a diversos segmentos da sociedade (OLIVEIRA, 1998). Posto isso, o estudo das masculinidades se apresenta como importante para os estudos de gênero, sendo crucial para o entendimento do poder, os privilégios e as dinâmicas nas relações de gênero. Connell (2013), ressalta que, no estudo sobre masculinidades, é importante pesquisar não somente os indivíduos, mas também as instituições em que as masculinidades se encontram arraigadas. Diante disso, acha-se importante pesquisar masculinidades dentro do Asilo de São Francisco de Assis, uma vez que essa era uma instituição que recebia os meninos pobres, órfãos e desvalidos, considerados o problema da cidade sanjoanense.

Em um levantamento realizado na biblioteca digital do *Scientific Eletronic Library* (SCieLO), foram identificados 235 artigos sobre masculinidades, sendo 41 deles inseridos no campo de pesquisa da história e educação. Dentro desse quantitativo, 10 se enquadram na área de História da educação na América Latina e somente 6 artigos se voltam para o conceito de masculinidades no contexto brasileiro.

Com o levantamento é possível observar que a temática masculinidade, dentro do campo de história da educação é recente e ainda incipiente. O levantamento realizado no banco de dados da *Scientific Eletronic Library* (SCieLO) revela, além de uma demanda de pesquisas sobre o tema, um possível desconhecimento sobre o conceito e sua importância para as análises de instituições educativas masculinas, por exemplo. Também é possível levantar a hipótese de uma possível falta de interesse de um conceito que se refere ao fato de “ser homem” em uma sociedade que naturaliza a ação/atução do homem em relação à vivência de mulheres e de outros homens.

As referências citadas até aqui são marcos iniciais para a análise dos dados coletados para esta pesquisa. Realizou-se, no decorrer das análises, outras leituras e estudos.

ENTRE A INFÂNCIA E A ASSISTÊNCIA

Ao falarmos sobre criança, é possível pensá-la a partir de duas perspectivas: a biológica, como uma etapa orgânica da vida, e a social, considerando o contexto e o lugar social que a criança vive, podendo estes interferir diretamente na sua vivência. Ou seja, toda construção histórica pela qual a criança passa remete a uma outra constituição mais social, que constitui a infância. Para Kuhlmann Jr. (2015), a infância é uma condição de criança, ou seja, infância é a criança permeada pelas questões sociais. Dessa forma, o autor defende que a criança deve se conhecer como produtora de história, pertencente a um determinado tempo e lugar. Em suma, o autor argumenta que todas as crianças são sujeitos sociais e culturais (KUHLMANN JR. e FERNANDES, 2004).

Pensando em evidenciar novos sujeitos históricos, como a criança, Phillippe Ariès (1981), pesquisador pioneiro sobre o tema infância, utilizou fontes normalmente desconsideradas pela história tradicional, como a iconografia dos livros de arte, os diários dos educandos da nobreza francesa e as lápides, modificando, deste modo, o modelo de investigação até então utilizado pelos historiadores. De acordo com o autor, até a Idade Média, o sentimento de infância não existia, pois, as crianças viviam suas vidas idênticas às dos adultos. Somente a partir do século XIII é que começaram a considerar a presença dessa fase da vida. Por mais que esse estudo foi o precursor do campo da história da infância, este sofreu algumas críticas, referentes aos limites do seu trabalho. Alguns, os criticaram sobre o uso somente de fontes ligadas à infância das camadas privilegiadas, por mais que naquela época não existissem estudos que se destinassem à vivência das camadas populares. Enquanto outros acreditavam que, o autor poderia ter feito uso de diferentes documentos para melhor compreensão do tema pesquisado, tais como: registros paroquiais, textos jurídicos, entre outros (GOUVÊA, 2007; KUHLMANN JR, 2015).

De acordo com Gouvêa (2007), a Nova História possibilitou utilizar novos documentos e sujeitos que eram antes desconsiderados, permitindo que os discursos e as práticas das “mulheres, jovens, dos pobres, escravos” (p. 42), fossem recuperados. Esse acontecimento fez com que a história da infância privilegiasse os discursos e as práticas sobre e para a criança, buscando uma melhor compreensão dos processos de constituição dessa etapa da vida.

A partir das reflexões sobre os estudos de Ariès (1981), diversos trabalhos passaram a destacar as diferentes vivências na qual a criança está inserida, como as sociais, as familiares, as religiosas, entre outras. Na sociedade, a criança é pertencente a uma construção histórica¹ que integra sua infância e o contexto histórico, interferindo, assim, na sua vida. Dessa forma, a infância passou a ser reconhecida como uma condição de criança e conseqüentemente esta se tornou produtora de história, pertencente a um determinado tempo e lugar, permeada de questões sociais. Enfim, se tornando sujeitos sociais e culturais (KUHLMANN JR., 2015).

¹ De acordo com Corazza (2007), todos os sujeitos são processos de construções históricas.

Diferentes saberes circularam sobre a infância no século XIX, isto porque a condição de criança foi estabelecida por códigos em que a vida infantil foi moldada para atingir objetivos vinculados aos setores mais poderosos da sociedade, como a Igreja Católica e a Elite. Esses pensamentos queriam formar sujeitos obedientes, comportados, “úteis a si e à pátria”. Com isso, a vida dessa infância foi pautada em valores e princípios dos adultos, eles elaboravam produções racionais que acabavam por deixar dependentes funcionais e sociais todas as crianças (VEIGA, 2007). Para os poderosos conseguirem o que tanto almejavam – o progresso – diferentes discursos circulavam sobre a infância. Estes eram compostos das relações da passagem do estado natural ao estado social, “da vida selvagem à vida civilizada”.

Conforme é possível observar no contexto brasileiro, as pesquisas apontam que a condição de infância que se tem hoje, de sujeitos de cuidado e educação, foi formada ao longo do tempo. Até o início do século XX, eram recorrentes o abandono e o analfabetismo infantil. Prova disso é a Roda dos Expostos que, no Brasil, durou até a década de 1950 (MARCÍLIO, 2006).

Diferentes dispositivos² foram utilizados nas relações entre as crianças e os adultos. Exemplo disso são as Ordenações Filipinas – código de leis portuguesas, publicada em 1603, que até 1831 orientou as condutas destinadas para crianças e jovens. Nesse regimento, a regulamentação sobre os órfãos era desenhada de acordo com algumas condições, tais como: idade, possuidores de bens e pobres, como também oriundos de casamentos legítimos ou filhos ilegítimos. Nesse código era considerado órfão aquele sujeito cujo pai havia falecido (VEIGA, 2007). Essa legislação vigorou até 1917, época que surgiu o primeiro Código Civil brasileiro, mas somente em 1923 que aconteceu a regulamentação da assistência e da proteção aos menores, com a criação do juizado de menores.

Com um modelo de infância vigente, – o da elite social–, a infância pobre sofria, pois segundo Gouvêa e Jinzenji (2006), ela era vista como modelo negativo. Reforçando a inferioridade social das crianças pobres, as escolas tinham como maior preocupação “o educar”, criando hábitos, conduta e formação moral, enquanto para a criança da elite o objetivo era “o instruir”, direcionando conhecimentos específicos e disseminados pela cultura dominante.

Dessa maneira, o contexto de educação dessas crianças era diferenciado. Para as crianças pobres, as salas de asilos e as creches foram os ambientes mais utilizados. Em contrapartida, para aquelas pertencentes às camadas sociais mais elevadas, o espaço mais frequentado era o do jardim de infância. Os asilos e as creches tinham como função educar para a subordinação, sendo um lugar somente de higiene, moral e virtudes

2 Para Foucault (2000), dispositivo é a rede de relações que estabelecem vários componentes, como discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. Além disso, o dispositivo pode estabelecer a natureza do nexo que pode existir entre os elementos heterogêneos, além de tratar de uma função estratégica.

sociais, enquanto os jardins de infância tinham os princípios de Fröebel³, com atividades mais voltadas para o desenvolvimento cognitivo dessas crianças, sendo considerados instituições de excelência (KUHLMANN JR., 2015).

Incentivando essa segregação, o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922, defendia a criação de instituições para as classes populares. Queria-se com isso, que os filhos de famílias abastadas fossem afastados da violência e do contato com crianças cuja conduta e hábitos não eram aceitos (KUHLMANN JR., 2015). De encontro a essas ideias, ia a intelectual Maria Lacerda de Moura, que denunciou as ideias de segregação que, em grande maioria, estavam presentes naquele congresso. Para ela, esse movimento era uma ação das forças maiores para encobrir as desigualdades econômicas provocadas pelo capitalismo, pois não se tratava de ajudar as crianças pobres, mas sim de condicioná-las em espaços específicos, distantes de toda a forma de inserção social (GUIMARÃES, 2016).

A preocupação com a representação da infância e sua educabilidade surgiu a partir das reivindicações sobre o papel da escola na formação da população, pois, de acordo com Gouvêa e Jinzenji, tinha-se no pertencimento geracional uma constituição da identidade do aluno.

[...] educar a população por meio de sua escolarização, significava trazer para o centro das discussões das políticas educacionais questões relacionadas à identidade do aluno. Esse sujeito era definido por um recorte geracional – a idade da meninice –, período considerado ideal para a realização da aprendizagem escolar. [...] (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p. 118).

Com isso, por todo o processo de escolarização da infância, diversos projetos foram criados para a efetivação de sua educação, tendo na assistência e na caridade um apelo para a formação desses jovens cidadãos. A família também entrou no processo da efetivação da escolarização das crianças, tendo como figura forte a mãe, que ajudava na formação de sujeitos produtivos e civilizados. Esse ensino familiar também poderia ajudar no desenvolvimento do caráter e dos valores. A escola começou a ver na assistência e na família dispositivos fortes para a civilização (GUIMARÃES, 2020).

Tendo nessas infâncias a emergência da “questão social” e a marca da pobreza, foram pensadas maneiras de assistir e de prestar caridade para essa parcela da sociedade. Assim, até o início do século XX, a assistência foi considerada uma maneira de suavizar a pobreza, tendo como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais (MARCÍLIO, 2019). Segundo, Sanglard e Ferreira (2014), “as irmandades devocionais e/ou as confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre – aquele afeito do trabalho – do mau pobre.” (p. 73). A caridade buscava também organizar as relações dos

3 Friedrich Fröebel foi um dos primeiros educadores a considerar a infância como uma fase decisiva na formação das pessoas. Ele defendia que a criança precisa de cuidados para que cresça de maneira saudável, acreditando que as brincadeiras proporcionariam alguns momentos de aprendizagem.

pobres e a ordem social, através das mãos caridosas de mulheres e de cidadãos da alta sociedade. Na maioria das vezes, ligadas à Igreja Católica, as ações desenvolviam cuidado e proteção aos mais necessitados.

A caridade foi vista como uma virtude social, a partir da ação de solidariedade cristã, associada ao amor a Deus e em prol do próximo, tendo ligação com a política de controle social (NEVES, 2014). A caridade estabelece a comunhão do humano com o ser divino e dos homens entre si. Segundo Lopes (2000), a caridade se distingue da misericórdia, porque esta é a compaixão pelo próximo, que se identifica com o sofrimento do outro, mas não nasce do amor a Deus. Para a autora, a misericórdia é um atributo de Deus que perpassa a sua bondade, sendo um sentimento que os sujeitos são capazes de possuir. A beneficência é considerada, pela autora, como um ato de bondade, que tem por objetivo corrigir as desigualdades, que se distingue do sentimento de caridade e é gerada pela filantropia. De acordo com Rizzini (2011), no contexto laicizado do século XVIII, a ideia de caridade esteve ligada a um valor de cunho humanitário, associado ao sentimento de fraternidade. No século XIX, a caridade e a filantropia estiveram ligadas ao mesmo objetivo: controlar socialmente as famílias populares.

Algumas ações foram desenvolvidas para a camada pobre, como o filantropismo. O termo filantropia é definido como amor à humanidade, a partir de um conjunto de obras sociais, caritativas e humanitárias de iniciativa privada, quer sejam confessionais ou não. Diversas ações são mobilizadas por pessoas mais sensíveis as causas de proteção à infância se juntavam para promover ações para as crianças sem ama de leite⁴ e sem idade para frequentar uma escola. Nesse processo, as crianças pobres eram direcionadas para instituições que preservavam a condição física delas, através de princípios cristãos e preceitos higiênicos (FERREIRA e GONDRA, 2007; MARCÍLIO, 2019).

1.1 RELAÇÃO ENTRE INFÂNCIA E IGREJA

A Igreja teve um papel importante na educação das crianças pobres. A partir do século XVI, algumas ações começaram a serem trabalhadas para a educação dos pobres e da infância, tiveram-se então, como iniciativas as fundações de misericórdia, que segundo Franco (2014), foram “paradigmáticas instituições de auxílio à pobreza no império português” (p. 07). Essas organizações buscavam uma ordem social através do ensino da moral e da religião.

Mas, esse movimento teve início no Brasil somente no século XVIII, no qual as primeiras instituições voltaram seu olhar para as crianças brasileiras pobres. Com isso, algumas iniciativas começaram a serem mobilizadas através da religião, como por exemplo, os internatos. As ações desses internatos era proporcionar a formação para o trabalho, educação e assistência (RIZZINI, 2007).

⁴ Ama de leite, no dicionário Ferreira (1986), significa mulher que cuida e amamenta crianças que não são seus filhos.

Essa assistência se instalou em regiões com forte exploração de ouro, mas, em Minas Gerais, as ações das misericórdias foram exercidas em números reduzidos, estimulando assim, associações do sujeito pobre a categorias, como doente, ocioso, negros, crianças órfãs, desvalidas, enjeitadas, entre outras.

Desde a constituição de 1824, a religião católica foi consagrada como a religião oficial do Estado, unindo-se ao Regime Padroado⁵ que dominava no Brasil. No entanto, ao se instalar a República no Brasil, em 1899, o Regime do Padroado foi quebrado e a Igreja Católica teve que reconfigurar as suas ações para estar em conformidade com o novo Estado Republicano. Com isso, a Igreja conseguiu uma autorização oficial para assistir religiosamente os hospitais, os asilos e as cadeias, além de ficar responsável pela esfera educacional, que englobava a formação a partir da 5ª série até a 8ª série (HORTA, 2012). O acordo com o Estado Republicano foi uma maneira encontrada pela Igreja para continuar propagando a educação religiosa entre as classes dominantes e para a classe subalterna.

Portanto, foi a partir de meados do século XIX, que diversas ações começaram a serem mobilizadas, dentre elas, a movimentação e o reposicionamento social da Igreja. Com isso, a proteção aos pobres e a educação aos órfãos foram potencializados, procurando exercer a caridade, dar assistência e fornecer educação à classe dos necessitados. As elites brasileiras também estiveram mais presentes nas atividades para a população pobre, apelando para a instrução, pois acreditavam ser este o elemento da civilidade (NEVES, 2014).

De acordo com Faria Filho (2000), as elites dominantes se preocupavam com a estruturação de projetos de controle e de homogeneização cultural. Essa dinâmica foi pensada em resposta à crescente heterogeneidade social, sendo esta reconhecida como a originalidade dos agentes sociais e a diversidade da inserção social e dos meios de sobrevivência.

Assim, tem-se, a partir do século XVI, diferentes mobilizações de diversos atores sociais para a população pobre, principalmente para as crianças. As atitudes desenvolvidas por pessoas da alta sociedade tinham a intensão de civilizar a parcela que ameaçava o progresso da nação. É a partir do início do século XX, que a Igreja conseguiu se reorganizar para continuar influenciando as classes populares e ofertando o ensino religioso nas escolas do Estado. De acordo com Horta (2012), a Igreja passou a mobilizar movimentos para que a Igreja Católica fosse considerada uma das forças morais que o país procurava. O Estado passou a “identificar formação moral com a educação religiosa ao transferir à Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão” através de “mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade” (p. 89).

5 Regime de Padroado é uma expressão do colonialismo em termos de instituições religiosas. O Regime data do século X, em que o Papa concedia aos Reis de Portugal e da Espanha o direito de arrecadar e redistribuir os dízimos da Igreja e indicar os ocupantes de todos os cargos eclesiásticos, inclusive infra episcopais, como os padres (LIMA, 2014).

1.2 INSTITUIÇÕES PARA A INFÂNCIA

As instituições podem ser definidas a partir de diferentes perspectivas. Goffman (2015), trabalha com o conceito de “instituições totais”, que pode ser definido como local de residência e de trabalho sem acesso à sociedade. Esses estabelecimentos, com tendências de fechamento para normas internas, são tidos como sistemas sociais. Essas instituições podem ser enumeradas em cinco agrupamentos: sendo a primeira criada para cuidar das pessoas. A segunda para atender pessoas incapazes de cuidar de si mesmo e que são consideradas uma ameaça para a sociedade. O terceiro tipo é destinado para proteger a sociedade contra perigos intencionais. A quarta seria o lugar destinado para formar cidadãos para atender a sociedade de forma mais adequada. E a quinta instituição é criada para servir de refúgio do mundo e para seguir vocação religiosa. Nesse trabalho nos detemos no primeiro agrupamento que se destinava a cuidar de pessoas inofensivas e incapazes, tais como: velhos, cegos, órfãos e indigentes e no quarto grupo que busca formar cidadãos para atender os valores defendidos pela sociedade.

Assim, pensando na instituição que cuida dos sujeitos, podemos inserir a infância, em que a criança é vista como um ator histórico, que são rodeadas de discursos e de práticas que acabam por ter como resultado a criação de um imaginário da infância. Com isso, se produz “modelos de gestos, hábitos, comportamentos que são materiais de socialização nos processos de formação de tais atores” (GOUVÊA, 2007, p. 21). Na relação com o mundo e com o adulto, a criança passa a imitar valores e normas, acaba por incorporar e reproduzir um discurso tido como verdadeiro.

Pensando em uma infância ideal, dentro de um discurso de civilização, a infância pobre passa por alguns tratamentos no intuito de deixá-la apropriada para a sociedade. Assim, a organização do campo educacional e a classificação de inferioridade social são algumas das estratégias utilizadas para “cuidar” dessa etapa da vida. Com o decorrer do tempo, começaram a movimentar a criação de instituições destinadas a essas crianças. Essas organizações adotaram um caráter fundamental na ampla difusão mundial, se tornaram importantes locais portadores de conhecimento e de condutas, primordiais para a compreensão da sociedade. Com isso, passaram a disseminar discursos sobre a necessidade de escolarização das crianças.

Pode-se dizer que, no Brasil, os jesuítas desenvolveram ações para abrigar os meninos órfãos e desvalidos, maiores de sete anos, nas capitanias do Pará, da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo. Porém, após a expulsão dos inicianos, a maior parte dos seminários e colégios fecharam, e somente continuaram abertas as instituições do Rio de Janeiro e de Itu (VÊNANCIO, 1999). Porém, a difusão dos estabelecimentos destinados aos órfãos e desvalidos teve início nas primeiras décadas do século XIX, momento em que a nação passava por grandes transformações sociais e políticas. Um dos ideais difundidos relacionava a criação da instituição escola aos

pensamentos sobre a escolarização da massa, de modo que se submetessem às leis e aos valores do governo, como: respeito e ordem. Porém, esse período foi marcado pela sua precariedade. Em Minas Gerais não foi diferente, pois essa era uma região constituída majoritariamente por sujeitos provenientes de camadas sociais subalternas.

Foi somente nas primeiras décadas do século XX que as discussões sobre essa infância se intensificaram e tiveram como resultado, em 1923, na regulamentação da assistência e da proteção de menores, tendo como marco a criação do juizado de menores do Distrito Federal. Em Minas Gerais, foi somente em 1927 que se criou o regulamento destinado à infância abandonada e delinquente mineira (GUIMARÃES, 2011).

A partir de meados do século XIX, a criança passou a ser vista como a esperança do país, enquanto “sementeira do futuro”. De acordo com Gouvêa e Jinzenji (2006), a organização do campo educacional foi se constituindo na perspectiva de que a educação seria o principal veículo de transformação da infância, sobretudo a pobre. Com isso, as autoridades pensaram no ensino distinto da educação já fornecida pelas famílias, pois esta era considerada imprópria para o desejo de civilização.

Esse movimento fez com que se pensassem em diversas instituições como forma de intervenção, fiscalização, proteção, cuidado e educação desses sujeitos. Assim como também, diante dessa mobilização, a criança, principalmente a pobre, passou a ser classificada como “uma multiplicidade de identidades, passando a configurar-se como abandonada, delinquente, desvalida, menor, deserdada da sorte, desamparada, infeliz, desprotegida” (CÂMARA, 2007, p. 266).

As instituições educativas, pensadas para esses sujeitos, possuem sua própria identidade, sua produção de cultura, desde a história do fazer escolar, práticas, condutas, até os conteúdos inseridos num contexto histórico em que se dão o ensino-aprendizagem e a formação de sujeitos (OLIVEIRA; GATTI JR., 2002). Desse modo, a educação fornecida, principalmente para a infância pobre, era pautada em valores e em costumes adequadas para a formação de um bom cidadão.

Dessa maneira, as instituições pensadas para a educação da infância desenvolviam, em seu interior, práticas quotidianas que permitiam a efetivação de um saber e a distribuição de um poder. Essas práticas eram regras às quais os sujeitos estavam submetidos, isto é, os saberes que ensinavam estavam associados aos poderes que circulavam na sociedade. Segundo Veiga (2002), “na perspectiva foucaultiana, saber e poder estão intimamente relacionados, na medida em que o exercício do poder é lugar de formação do saber, e também que todo saber constitui relações de poder” (p. 92).

Desse modo, algumas instituições buscam, a partir das práticas educacionais, o disciplinamento, criando corpos dóceis, resultando em relações *ser-poder*. Com esse poder disciplinar consegue-se, então, um resultado mais eficiente, econômico, profundo e duradouro para a sociedade que se busca concretizar. Dessa forma, o ensino se tornou um mecanismo do poder disciplinar, em que se fabricam corpos maleáveis e moldáveis (Foucault,

2020). Portanto, na busca pela compreensão dos processos educativos, Michel Foucault via a história a partir das descontinuidades e das rupturas, compreendendo os discursos de diversas instituições, tais como: asilos, hospitais, prisões e escolas, lugares onde os sujeitos são objetos de conhecimento e de dominação. Com desejo de transformação, tais instituições encaminhavam o sujeito para a construção de uma sociedade permeada de relações de saber/poder, sendo separadas da vida (ABREU JR., 2017).

1.3 ASILOS PARA ÓRFÃOS

Como é possível perceber, as iniciativas para a infância não derivaram somente de políticas centrais de educação, elas surgiram a partir de diferentes grupos sociais que tinham como preocupação “o educar” para formar hábitos, condutas e formação moral nas crianças pobres.

Foi no contexto de formação mais ampla da infância – a educação – que as instituições educacionais cresceram, tornando-se o principal meio de formação, amparo e cuidado com essas crianças. Segundo Kuhlmann Jr. (2015), os maiores investimentos nesse período foram na escola primária, nos jardins de infância, nos asilos, nas creches e nos internatos. Pretendia-se, com essas instituições, controlar a futura população trabalhadora e pobre. Assim, o assistencialismo no formato escolar se tornou a principal chave de correção de uma classe social considerada ameaçadora.

De acordo com Rizzini (2007), as instituições para a formação de meninos pobres datam no Brasil o século XVIII. A sua maioria derivava de iniciativas de cunho religioso. Até 1860, as crianças eram treinadas para o trabalho em arsenais de guerra, oficinas ou em alguma fábrica, ou seja, esses meninos eram formados em lugares fora dos regimentos internos das instituições. Somente após o Ato Adicional de 1834 que alguns estabelecimentos, acerca da perspectiva de formação da infância pobre, começaram a ser responsabilidade da província.

Ainda nesse percurso de assistir a infância pobre, o final do século XIX e início do século XX foram marcados por um crescimento grande de entidades assistenciais que promoviam o atendimento das crianças órfãs, abandonadas e delinquentes. Essas instituições, em sua maioria, ligavam-se à Igreja Católica, que teve um papel fundamental no atendimento aos pobres, prevendo o ensinamento moral e a preparação para o trabalho através de políticas sociais. Porém, não era somente a igreja que promovia assistência à infância, outros grupos mobilizavam ações para acolher essa camada da sociedade. Dentre essas instituições, as que mais se destacaram em Minas Gerais foram: as “Associações de Mães de Família”, o “Escotismo”, as “Caixas Escolares”, as “Ligas de Bondade” e os “Pelotões de Saúde” (GUIMARÃES, 2013).

1.4 INICIATIVAS DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA: ENTRE O CÓDIGO DE MENORES DE 1927 E O REGULAMENTO DA ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS E DELINQUENTES DE 1927

O assistencialismo aos pobres no Brasil data do século XVI, quando as irmandades de misericórdia foram criadas por iniciativas portuguesas para desenvolver a assistência social aos pobres. Em Minas Gerais, o amparo se fortaleceu em regiões de concentração de exploração aurífera. No entanto, de acordo com Bosch (1984), as Misericórdias desenvolveram suas ações de socorro aos pobres de forma insuficiente, devido à crise socioeconômica da atividade mineradora. No final do século XIX, São João del-Rei também se preocupava com a escassez de gêneros de primeira necessidade de que os pobres passavam. A atenção a essa parcela da sociedade era publicada em jornais que circulavam na cidade, pedindo que os ricos tivessem caridade e compaixão para com as classes desfavorecidas de sorte. O jornal sanjoanense *O Resistente* (1898), estampou na primeira página do seu noticiário o apelo a alta sociedade, “[...] E, todavia, o que sobra aos ricos pertence aos pobres e nós podemos reduzir os seus sofrimentos se com eles repartirmos um pouco do nosso pão [...]” (p.1). Diante desse cenário, a população pobre esteve associada à condição de vadio, ocioso, doente, prostitutas, negros, crianças órfãs e enjeitadas (VEIGA; GOUVÊA, 2000).

No que se refere à infância, os discursos do final do século XIX, não se diferenciavam, eles evidenciavam a urgência de se pensar a formação da criança enquanto cidadã. A atenção se voltava para o cuidar dessa parcela da sociedade que estava inserida nas diversas esferas da pobreza, como: a mendicância, a marginalidade, a vadiagem e o abandono. Dentro desse contexto, se destaca a criação do *Código de Menores* (1927) e o *Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes* (1927), com o intuito de conter os problemas sociais que atrapalhavam o projeto civilizatório do país. Almejando o progresso da república, queriam impor a ordem e conter as crianças pobres a partir da homogeneização das suas condutas e das suas práticas.

1.4.1 Código de Menores de 1927

O *Código de Menores de 1927*, conhecido como Código Mello Mattos, foi instituído pelo *Decreto nº 5.083*, de 1º de dezembro de 1926. Através desse dispositivo, o governo consolidou as leis de assistência e de proteção a menores, com o objetivo de oferecer guarda, tutela, educação, vigilância, preservação e reforma dos abandonados e delinquentes (BRASIL, 1926).

As crianças com menos de dois anos, que fossem encontradas sem seus responsáveis, seriam objeto de vigilância da autoridade pública, com a intenção de proteger a vida destas crianças. Já as crianças, com até seis anos de idade, encontradas em estado de abandono, seriam consideradas crianças expostas.

Para ser considerado menor abandonado, a criança teria que ter menos de 18 anos, sem moradia e alimentação, ou seja, sem recursos para sobreviver, pela falta de seus pais

ou de um tutor. As que sofressem crueldades, negligência ou exploração dos responsáveis, também receberiam essa nomenclatura. Sem contar, as que poderiam seguir o modelo de mendicância, de libertinagem e de roubo, indo contrário as manifestações de moral e de bons costumes. Os menores abandonados eram classificados como: vadios, mendigos e libertinos.

Os vadios seriam os menores que se mostravam rebeldes a receber instrução ou a se dedicar ao trabalho sério e útil, deixando-se perambular pelas ruas. Já os mendigos eram os menores que pedissem esmola para si e para os outros, ou que pedissem doação sob o argumento de venda ou de oferta de objetos. No decreto, o menor era entendido como vadio ou mendigo quando encontrado em estado de vadiagem ou mendicidade por mais de duas vezes. E os libertinos eram os menores que estivessem na via pública perseguindo ou convidando companheiros ou pedestres para a prática de atos obscenos, ou que se entregassem à prostituição em seu próprio domicílio, vivessem em casa de prostituição, ou frequentassem casa de tolerância para praticar atos obscenos (*Idem*).

Os menores delinquentes seriam assim classificados por cometerem algum crime. Os menores de quatorze anos seriam colocados em asilos, casas de educação, escolas de preservação ou ficariam sob responsabilidade de uma pessoa idônea. Os menores que tivessem entre 14 e 18 anos seriam sentenciados à internação em escola de reforma sob a guarda da autoridade responsável.

O decreto autorizava o trabalho de menores acima de doze anos. Esses sujeitos poderiam empregar-se em usinas, manufaturas, estaleiros, minas, pedreiras e oficinas, desde que tivessem completado a instrução primária.

O *Código de Menores* buscou orientar a maneira que os estados e os municípios deveriam tratar os menores encontrados em situações deprimentes. O decreto deixou a encargo das autoridades estaduais e municipais o estabelecimento de regras e a determinação de leis, por meio de regulamentos, para atender, proteger e cuidar dos menores abandonados e delinquentes. Diante dessa deliberação, o Estado de Minas Gerais aprovou em 1927, o *Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes*.

1.4.2 Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes de 1927

O *Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes*, aprovado pelo *Decreto nº 7680*, em 03 de junho de 1927, foi uma das mais importantes iniciativas do governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada direcionadas à infância no estado mineiro. Segundo José Francisco Bias Fortes, Secretário de Segurança do Estado de Minas Gerais em 1927, essa legislação se tornaria uma das formas mais bonitas de expressar bondade e lucidez para com os mais necessitados. Além de aguçar a gratidão do povo mineiro a esse serviço prestado à infância abandonada (MINAS GERAIS, 1927).

Um dos argumentos utilizado pelo secretário Bias Fortes pode ser localizado no *ofício* que antecede o *Decreto nº 7.680*, destinado ao presidente do Estado. Nesse documento ele utiliza a seguinte justificativa:

Com a fundação de institutos destinados ao recolhimento de menores abandonados, tanto moral, como materialmente, de modo a torná-los úteis à pátria e à sociedade, terá v. exc., como íntegro magistrado, que trabalha para o bem público, resolvido o importante problema do amparo e da educação de seus assistidos, que, orientados a tempo, e a tempo arrancados ao ambiente de ar rarefeito em que se esterilizam, são convenientemente encaminhados para o trabalho honesto, que os transformará em valores morais, intelectuais e econômicos (MINAS GERAIS, 1927, p. 549).

O secretário apontava que o Estado, em prol da ordem e do bem comum, deveria contribuir para resolver o problema dos menores pobres a partir de um conjunto de princípios da higiene social, lutando contra a degeneração e promovendo um ambiente social menos propício para o desenvolvimento de vários males. Ele ressalta, ainda, que o objetivo dessa legislação seria evitar que os “menores por índole defeituosa, consequência de erros ou deficiência de educação” se contaminassem e ampliassem a ala dos “delinquentes profissionais e dos perturbadores da paz e do progresso social” (MINAS GERAIS, 1927, p. 551).

Segundo Carvalho (2012), o secretário Bias Fortes apresentava uma racionalidade pautada no cientificismo que circulava, à época, nos países desenvolvidos e prósperos. Ele acreditava que, o avanço das ideias no domínio da sociologia criminal faria com que ocorresse a substituição gradual dos castigos e das penas pelas práticas ilícitas, a fim de remover os princípios da delinquência.

O *ofício* apresentava uma visão de como a infância pobre era vista pelos governantes, devendo ela ser retirada de ambientes que propiciassem aos menores se coligar a exemplos ruins. Portanto, o Estado tinha a responsabilidade de prevenir essa contaminação e de regenerar os que já foram contaminados. Nesse documento, pode ser observado atributos pejorativos que qualificam o menor como: delinquente, abandonado, índole defeituosa, perturbador da paz, sem educação, degenerados, vadios entre outras intitulações.

De acordo com Guimarães (2011), o *Regulamento* acabou oficializando as variadas infâncias, a partir de várias identidades como: “crianças abandonadas”, “pervertidas”, “delinquentes” e “anormais”. Além de listar os profissionais aptos para prestar assistência aos menores, como os juizes, os oficiais de justiça, médicos, dentistas, diretores, inspetores, professores primários, mestres de cultura, entre outros.

O *Regulamento* encontra-se no volume 1 da *Coleção de Leis de 1927*, e está dividido em duas partes: a parte geral, que contém onze capítulos com parâmetros gerais; e a parte especial com trinta e nove capítulos e atribuições específicas a cada tipo de menor atendido pela legislação.

O *Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes* previa a assistência e a proteção aos menores de qualquer sexo, abandonado ou delinquente. Esses menores eram classificados de acordo com suas particularidades, atentando-se para as condições sociais, físicas, mentais e intelectuais. Sendo identificados como: menores abandonados, menores pervertidos, menores delinquentes e menores anormais.

Através do *Regulamento*, verifica-se que a definição de “menor abandonado” se pautou na inexistência de responsáveis por sua guarda e pela inexistência das condições morais e dos bons costumes, necessários para a formação do pequeno cidadão da pátria. A formação moral da infância era uma das preocupações da época, os discursos que circulavam naquele tempo pretendiam formar sujeitos úteis a si e à pátria.

De acordo com Guimarães (2011), um dos motivos do aumento da criminalidade da infância estaria relacionado à infrequência à escola e uma das caracterizações dadas aos menores vadios seria justamente a resistência à instrução. A autora percebeu a preocupação da sociedade através do destaque dado à escola como instituição de correção dos menores nas páginas da *Revista do Ensino*, fonte analisada por ela.

Outra definição que o *Regulamento* apresentava era a de meninos “delinquentes”, considerados como os menores com mais de quatorze anos de idade, indiciados autores ou cúmplices de um fato qualificado pela lei como crime ou contravenção.

Já os menores considerados “anormais” seriam todas as crianças classificadas como “inferiores” e que, por isso, não podiam se adaptar ao meio social de vivência. Os menores que receberiam tratamento especial seriam: os anormais por déficit físico, déficit sensorial, déficit intelectual e déficit das faculdades afetivas.

As medidas aplicadas aos “menores abandonados” são apoiadas nos princípios morais e de saúde. O menor que fosse apreendido seria encaminhado pela autoridade, conforme sua idade, instrução, saúde, abandono ou perversão para um Abrigo de Menores. Ele também poderia ser conduzido para lugares que pudessem promover sua “guarda, educação e vigilância”, ou ainda, poderia entregá-lo a pessoa idônea ou interná-lo em hospital, asilo, instituto de educação, oficina, escola de preservação ou de reforma.

Conforme aponta Carvalho (2012), as medidas aplicáveis aos menores de quatorze anos se atribuíam somente aos pobres, pois nem todo menor delinquente era considerado abandonado, as investigações aconteciam conforme o ato cometido e os agentes que operavam sobre o sujeito, como o seu estado físico, mental e moral. E quando o menor não era classificado como abandonado ou pervertido poderia ficar sob a guarda dos seus responsáveis. Nessa situação, os menores pobres não teriam nenhuma proteção social e econômica, sendo “[...] condenados a viver à margem da sociedade, ou presos em instituições, retirados do convívio social para não incomodarem as pessoas ditas de bem [...]” sendo colocados “[...] nas instituições de reclusão, os que eram considerados prejudiciais, ficando isolados até que fossem purificados (isto é, higienizados) de todas as suas mazelas físicas, morais e mentais [...]” (p. 73).

Os “menores delinquentes”, com mais de quatorze anos e menos de dezoito anos, não passavam por inquérito policial, ocorria somente a averiguação das condições sociais, econômicas e morais da família e suas condições físicas, mentais e morais, tendo o seu destino sentenciado da maneira que juiz achasse melhor, podendo ser encaminhado para uma escola de reforma. De acordo com Guimarães (2011), a ideia de delinquência do menor, em Minas Gerais, esteve associada à sua má formação e à sua estrutura familiar.

De acordo com o *Regulamento*, os menores poderiam ser internados em quatro tipos de instituições distintas, conforme a situação que o menor se encontrava. Dessa maneira, os estabelecimentos de assistência e de proteção à infância se distribuíam em: abrigos de menores, escolas de preservação, escolas de reforma e escolas para anormais. Cada instituição tinha sua função específica que adequasse ao caráter de cada menor. Este seria encaminhado conforme sua classificação: abandonado, pervertido, delinquente ou anormal. Os menores do sexo masculino abandonados, pervertidos ou anormais seriam internados nas escolas de preservação, de reforma ou em institutos e asilos especiais.

O abrigo de menores, “puramente policial”, recolhia menores de ambos os sexos com mais de sete anos e menos de dezoito anos, que se encontrassem em situação de abandono. Conforme previsto no *Regulamento*, o abrigo funcionaria em duas seções, uma masculina e uma feminina, que poderiam comportar até 100 alunos. Os menores do sexo masculino, durante a permanência no estabelecimento, realizariam trabalhos de jardinagem, horticultura e frequentariam uma classe de ensino primário. Já as meninas, seriam aproveitadas em serviços domésticos e frequentariam uma classe de primeiras letras.

As “escolas de preservação” destinavam-se a recolher e cuidar de meninos desprovidos de assistência e de recursos, com idade entre oito e dezoito anos para tratá-los preventivamente, oferecendo-lhes educação moral, religiosa, física, intelectual e profissional. A instrução ministrada nessas instituições buscava integrar o menor à sociedade. Os sujeitos admitidos seriam: órfãos desvalidos e meninos desassistidos, cujos responsáveis tinham sido privados do pátrio poder ou que, pela situação socioeconômica ou mesmo moral, não pudessem cuidar da educação dos filhos. Nesses estabelecimentos, os menores “pervertidos ou delinquentes” não seriam aceitos, pois eles necessitavam de uma disciplina mais adequada à índole deles. Esse tipo instituição é a que mais se assemelha com a forma de atuação do Asilo de São Francisco de Assis, desde as características dos meninos aceitos, até a instrução e a formação destinada a essas crianças.

As “escolas de reforma” eram divididas em dois tipos: para menores pervertidos e para menores delinquentes. As primeiras escolas recolhiam os menores vadios, mendigos e libertinos, de idade entre oito e dezoito anos, com o intuito de tratá-los regenerativamente. Esses menores eram encaminhados através da ordem do juiz de direito. Já a segunda escola⁶ recebia

⁶ Foi criado na capital mineira uma escola de reforma para receber os menores delinquentes com a denominação de “Escola Alfredo Pinto”, esta instituição foi regida pelo *Regulamento* de 1927. Sobre essa escola ver o estudo de Wesley

menores que cometeram atos criminosos ou subversivos. A que tudo indica, no *Regulamento*, haveria celas para reclusão dos menores que fugissem às regras dos estabelecimentos, supondo um recolhimento sob um regime prisional, com penas e recompensas.

Por fim, os “asilos para menores”, considerados anormais pelo discurso da época, onde internariam loucos, epiléticos, surdos, cegos, mudos e desprovidos de assistência natural. Esses sujeitos seriam separados de acordo com sua deficiência e encaminhado para instituições específicas.

Percebe-se, nesse momento, preocupações com as especificidades de cada sujeito combinado com a pretensão do governo, com o intuito de controlar a parcela da população que prejudicasse o desenvolvimento da nação.

Algumas disposições eram comuns a todos os estabelecimentos, ou seja, algumas recomendações deveriam ser seguidas igualmente por todas as instituições geridas pelo *Regulamento*. Dentre as regras, destaca-se o regime educacional e profissional, que deveria englobar os serviços braçais de campo e as oficinas diversas. O ensino da educação física, moral, cívica, intelectual e profissional deveria ser ministrado nos diferentes tipos de estabelecimentos. O que se distinguia entre os estabelecimentos era o regime disciplinar, que era elaborado pelo governo em conjunto com o regime interno de cada escola.

Nos estabelecimentos, o desenvolvimento físico dos menores seria proporcionado através de uma alimentação sadia, por uma higiene individual e pelo trabalho disciplinado no campo e nas oficinas. A educação moral seria aguçada através do incentivo de práticas habituais de verdade e de lealdade, do sentimento de dignidade, de responsabilidade e de altruísmo, além da aversão aos vícios e aos maus costumes. Ou seja, a educação moral abrangeria todos os deveres do homem para consigo e para a sociedade, além do cultivo do ensino religioso, através de aulas e de frequência as missas. Os ideais nacionalistas eram resgatados através da educação cívica, que era aplicada através do conhecimento da história da pátria, dos cantos patrióticos e das comemorações festivas das datas nacionais. O ensino intelectual se daria através do ensino da leitura, da linguagem, da geografia, da aritmética, da geometria, da História do Brasil e da História Natural, do desenho figurado, do desenho geométrico e das noções de ciências de física e naturais, e Higiene. De acordo com Carvalho (2021), o ensino da década de 1920 esteve voltado para a história geral e o patriotismo, buscando uma formação pautada no espírito nacionalista.

Quanto à educação profissional, esta consistiria no ensino da agricultura, com trabalho obrigatório no campo e o ensino de um ofício, de nomenclatura facultativa, conforme a escolha do aluno. Percebe-se que o objetivo da formação profissional dos menores era de formar mão de obra qualificada para trabalhar no campo e nas indústrias, que permitisse a eles, ao sair do estabelecimento, que sobrevivessem honestamente e sem causar transtorno para a sociedade.

Silva (2007), *Por uma história socio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte (1921-1947)*.

O *Regulamento* apresentado evidencia o procedimento da exclusão através da interdição, da separação e da rejeição dos menores. De acordo com Foucault (2014), o discurso demonstrado através da exclusão “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9).

Há uma interdição, ou seja, alguns sujeitos têm a palavra maior e esse direito faz com que crie e coloque em ação critérios para excluir os diferentes. As classificações estabelecidas no *Regulamento* formam um tabu, em relação aos sujeitos que podem ou não serem aceitos dentro da sociedade (Foucault, 2014). E esse discurso vem de governantes, na maioria das vezes, pertencentes à elite, que possuem seu lugar de fala privilegiada e exclusiva, em que as circunstâncias dão direito a esses sujeitos de delimitar por onde esses menores poderiam circular.

Há também no discurso empregado sob o *Regulamento*, outros dois princípios de exclusão, – a separação e a rejeição – dos menores que não atendessem aos princípios da sociedade. Os caracterizados “menores” eram retirados do convívio social, tendo um lugar específico para acomodá-lo, recebendo instrução e servindo ao trabalho. Esses sujeitos ocupavam na sociedade um lugar “[...] onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 11). Os governantes queriam controlar e vigiar os sujeitos que praticassem atos contrários à normalidade estabelecida pela sociedade. O auxílio nessa prevenção veio através da formação e principalmente do trabalho estabelecido pelo *Regulamento* e contidos nos currículos dos estabelecimentos. O trabalho, como disciplina integrante do currículo dessas instituições de guarda, queria formar um cidadão útil para si próprio e para a pátria.

A promulgação do *Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes* em Minas Gerais, destaca a tentativa de classificar, separar e interferir na vida das crianças consideradas perigosas, capazes de prejudicar o convívio da sociedade. O documento apresentou medidas de maior controle da infância pobre, mais vulnerável ao processo de criminalização, cujo responsáveis não dispunham de condições morais e financeiras para cuidar de seus filhos de maneira aceitável para a sociedade.

DO ASILO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS ÀS INSTITUIÇÕES ADMINISTRATIVAS

A pesquisa sobre a realidade social, política e educacional da cidade de São João del-Rei, no período investigado, foi crucial para entender o funcionamento do Asilo de São Francisco de Assis, Instituto de Humanidades, Ginásio São Francisco e Instituto Padre Machado, pensadas como parte integrante de uma sociedade que se queria formar.

A fonte utilizada, por excelência, para descrever o Asilo de São Francisco de Assis, foi o seu Estatuto. Já para apresentar o Instituto de Humanidades, o Gymnásio São Francisco de Assis e o Instituto Padre Machado, os contratos firmados entre a VOT e as referidas instituições foram essenciais. Tanto no estatuto quanto nos contratos constam os objetivos de cada instituição, as disciplinas ministradas, bem como as obrigações para com os meninos órfãos do Asilo de São Francisco de Assis. Também foram utilizados os livros de ponto dos professores, nos quais aparecem as especificações dos nomes dos professores regentes e suas respectivas disciplinas. Para compreender o contexto sanjoanense e a relação deste com a criação e manutenção do Asilo, foram utilizados, sobretudo, os jornais da época.

2.1 “PRINCESA DO OESTE”: SÃO JOÃO DEL-REI E A SUA RELAÇÃO COM A CARIDADE

“Quem é esta formosa, que languescer,
Em alteroso coxim d'oiro encosta
A florida cabeça tão bem-posta,
Que uma princesa rica bem parece,
Descuidosa, indiferente ao que acontece,
Trazendo as vezes um lençol imenso,
Com seu cinto de prata tão extenso
Ao despedir aljofres scintillantes,
Que semelham miríadas de diamantes?
Dizei-me, si o sabeis, ou é quem penso?...”
Suetônio (Jornal *O Repórter*, 09/10/1910, nº 161, p. 2).

Pelos olhos de um sanjoanense, assim é descrita a bela cidade, em versos de um poema. São João del-Rei surgiu no início do século XVIII, por volta de 1704 e 1705, por meio da exploração aurífera. A sociedade mineradora e as atividades comerciais, agropecuárias e de subsistência foram de extrema importância para o povoamento da sua região e para o desenvolvimento da cultura, dos costumes e dos hábitos dos povos que ali habitaram. Diante desse cenário, nasceu o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, às margens do Rio das Mortes, lugar de passagem para as áreas mineradoras. Nessa mesma época, os mineradores encontraram ouro nas encostas da Serra do Lenheiro, fazendo com que

houvesse um povoamento com casas rústicas, com comércios e com a agricultura nas regiões próximas à mineração. Através da extração de ouro e da produção de alimentos, o arraial foi crescendo até ser elevado a Vila de São João del-Rei, em 1713, ganhando mais destaque em 1714, quando se tornou sede da comarca do Rio das Mortes. A vila passou a fazer divisa com as Comarcas de Vila Rica e Sabará e com as capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo (MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2021).

Foi na interação com o aparelho jurídico da comarca, que a vila continuou a crescer e a se expandir no início do século XVIII. O outro lado do Córrego do Lenheiro começou a ser povoado e próximo à Igreja de São Francisco de Assis instalaram-se a Casa de Intendência e a Casa de Fundição. De acordo com Ribeiro (2006), a formação urbana de São João del-Rei foi muito dinâmica, com ruas e becos sendo abertos ou fechados e o controle administrativo seguia sob constantes intervenções do poder público.

Apesar da redução da exploração do ouro, na segunda metade do século XVIII, a vila continuava a se ampliar se estabelecendo como centro comercial da região. Juntamente com esse processo, a câmara se preocupava em realizar reformas e obras públicas, como as passagens sobre o Córrego do Lenheiro: as pontes do Rosário e da Cadeia (MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2021).

Já no início do século XIX, a vila se consolidava como importante polo comercial, com a comercialização de mercadorias advindas de diferentes regiões do país. A agricultura e a pecuária também se destacaram como atividades importantes do povoado, sendo exportadora de gêneros alimentícios e de extrativismo vegetal. A cidade se destacou por possuir diversificada atividade econômica e considerável vida cultural e política, com uma biblioteca pública e a presença da imprensa, bastante significativas, ainda em 1827 (MORAIS, 2009). Pode-se dizer que, São João del-Rei também se preocupou com outros segmentos da sociedade, exemplo disso foi a circulação do periódico *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), de tendência liberal, voltado para o público feminino. Segundo Jinzenji (2008), essa produção jornalística poderia ser classificada como um periódico “político, noticioso e literário” (p. 96), para a formação da opinião pública em defesa da participação política das mulheres.

Segundo Resende (2003), no final da década de 1830, a vila de São João del-Rei possuía seis distritos: Carrancas, São Miguel do Cajuru, São Francisco do Onça, Madre de Deus de Minas, Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande e Bom Jardim. Marcando a expansão do núcleo urbano, em 1838 a vila foi elevada à categoria de cidade e passou a crescer no entorno da rua direita e do outro lado do Córrego do Lenheiro (MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2021). A partir do comércio, da agropecuária, da exportação, do setor camponês, das unidades escravistas e das operações monetárias, São João del-Rei difundiu sua urbanização e sua industrialização.

Ainda na primeira metade do século XIX, a elite sanjoanense, junto com os grupos políticos, estreitou laços com a Corte. Dessa maneira, as mobilizações utilizadas, dentre

elas, a melhoria do espaço urbano e da educação, a sofisticação dos hábitos da sociedade, a implementação de normas higiênicas, refletiram no discurso civilizador que circulava no país (SOUZA, 2010a).

Em 1881 chegou na cidade a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), transformando a maneira de se locomover e de se transportar, ligando a parte central aos arredores da cidade. A vinda da ferrovia fez com que surgissem as fábricas têxteis, metalúrgicas, laticínios, além de proporcionar a chegada de imigrantes. Todo o movimento realizado no final do século XIX contribuiu para o crescimento de áreas periféricas da cidade. De acordo com Resende (2003), a cidade em constante crescimento fez com que as autoridades e os investidores particulares pensassem em maneiras de atingir os sujeitos menos favorecidos.

O final do século XIX e início do século XX foram marcados com diversas obras no espaço físico da cidade em prol dos apelos progressistas da época. As ruas e as pontes foram reformadas e árvores foram plantadas, contribuindo para a arborização das ruas e praças. Conforme aponta o periódico, *O Repórter*¹ (1906), a Câmara Municipal realizava um empreendimento na cidade, embelezando e higienizando os espaços públicos. Segundo Arruda (2011), as transformações que a cidade sofreu se relacionavam à infraestrutura urbana, como água, casas de saúde e iluminação; ao transporte, como trens, manutenção das ruas; à economia, com as fábricas, bancos e estabelecimentos comerciais; à política, com o sistema eleitoral e os partidos políticos; aos meios de comunicação, com os periódicos e os correios; à segurança, com a polícia e o batalhão da infantaria; e à cultura com o teatro, as bandas de músicas e a biblioteca.

A expansão e a modernização de São João del-Rei, no final do século XIX, era noticiada no jornal *A Pátria mineira*, de 1892. Na reportagem, o redator apresentava o aumento das construções na cidade, do funcionamento de bancos e empresas e com isso o aumento de empregos para os cidadãos sanjoanenses. O periódico republicano difundia a preocupação com a educação de meninos e meninas, citando os institutos de educação e o assistencialismo aos mais necessitados, informando sobre a existência de duas associações de beneficência. Por fim, o periodista comunicava a todos sobre a diminuição da mendicância, demonstrando que a sociedade se preocupava em dissolver essa parcela que tanto incomodava a elite.

A sociedade sanjoanense foi marcada pela separação de duas esferas sociais, a parte central da vila e a área abastada da cidade. As pessoas com poder aquisitivo alto, com residências próprias e com participação política na comunidade residiam no centro da cidade, enquanto os trabalhadores manuais, como: artesãos, alfaiates, seleiros, sapateiros, entre outros moravam em locais mais afastados.

No século XX, São João del-Rei foi marcada por modificações, modernizações e também pela conservação. A preocupação em acompanhar o progresso e a modernidade fez com que circulasse na cidade discursos no intuito de formar cidadãos civilizados e modernos.

¹ O periódico *O Repórter* foi um noticiário que circulou na cidade de São João del-Rei no início do século XX. Foi um jornal literário e comercial que pertencia à Tipografia Comercial, com a contribuição de diversos colaboradores.

A partir de diferentes esferas, como a religiosa, a científica e os possuidores de conhecimento da cidade caminhou rumo à modernidade, porém com o cuidado de mantê-la conectada ao passado colonial. Prova disso, foi a visita da caravana modernista, em 1924, na qual a recepção do modernismo inaugurou um novo ciclo na valorização da história, acentuando a preocupação com o passado da cidade e sua cultura. Após 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocorreu o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade (MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2021). O ato de preservar as construções e as ruas das épocas colonial e imperial representou a salvaguarda da memória coletiva de uma cidade que se destacou em seu processo de constituição enquanto cidade e que acompanhou o processo de modernização.

De acordo com Bassi (2017), a imprensa periódica que circulava em São João del-Rei, no início do século XX, evidenciava aspectos sociais que marcavam a cidade como tradicional, ordeira e civilizada. A autora ressalta ainda que, nos jornais pesquisados por ela, o progresso e a urbanização não afetaram a organização e o comportamento do povo sanjoanense.

Conforme mencionado anteriormente, a cidade de São João del-Rei, no final do século XIX, passou pelo processo de modernização e de progresso, acompanhando os discursos que circulavam no país, porém ela não renunciou de seus valores do passado colonial. A câmara municipal, juntamente com empreendedores privados, pensou em resoluções e leis para ajustar e racionalizar a população dentro do tão almejado progresso. Com isso, em maio de 1887, a Câmara Municipal de São João del-Rei elaborou o *Código de Posturas*, no intuito de remodelar a cidade, tanto nas obras de modernização quanto nas atitudes da população, objetivando elaborar uma nova tradição urbana.

De acordo com Arruda (2011), o código de posturas buscou regulamentar desde a reestruturação urbana até a assistência aos mais necessitados e as crianças abandonadas. Segundo a autora,

O Código [...] com dispositivos regulamentadores, parte de um conjunto de orientações que deveriam ser trabalhadas de maneira a conformar os modos de ser, pensar e agir da população são-joanense, caracterizando a tentativa de configurar o cenário moderno. A Câmara era responsável pela fixação e fiscalização de *posturas*, pela regulamentação dos ofícios e do comércio, pela criação e educação de expostos (crianças abandonadas), pela construção dos edifícios e obras públicas, calçamento e conservação de ruas, limpeza urbana e abastecimento de gêneros e cultura da terra (ARRUDA, 2011, p. 72).

Esse regulamento buscou assistir e disciplinar, transformando as condutas e os comportamentos dos cidadãos sanjoanenses. Os governantes instituíram normas em busca de se conseguir atitudes modernas fundamentais para atender as necessidades sociais da cidade. Os princípios, relacionados as normas de segurança, empenhavam-se para dificultar as perturbações ocasionadas pelos ociosos e desordeiros, além de contribuir para que os cidadãos respeitassem aos atos religiosos, as igrejas e a boa ordem.

A cidade de São João del-Rei embora estivesse desenvolvendo atitudes rumo à modernização e ao progresso, não se desinteressou pelas tradições que a caracterizava como uma cidade barroca, ordeira e católica. Destarte, a religiosidade continuou a se destacar entre os espaços urbanos e as atitudes dos sujeitos. A espiritualidade esteve presente nos aspectos sociais e educacionais, dando condições à religião católica de se continuar firme na sociedade. Como noticiava o jornal *O Repórter*, os sanjoanenses viam na religião um

[...] conduto das relações entre Deus e o homem, que tem em si inato o sentimento da crença, da fé, da devoção e da piedade, confessando a existência de um ente Supremo que tudo criou e conserva, determinando os movimentos do universo e regendo os destinos da humanidade – é a base da harmonia entre os povos, a melhor garantia da paz, da liberdade, da vida e da prosperidade. Sentimento universal no gênero humano, a religião predomina nas sociedades bem constituídas [...]. A religião prescreve as formas quer internas quer externas do culto, que se deve a Divindade (*O REPÓRTER*, nº 65, 19/12/1907, p.1).

O sentimento de religiosidade reinava entre os sujeitos que moravam na cidade, sendo vista como um conjunto de qualidades necessárias para o ser humano. A religião ainda era vista como universal e parte constituinte de sociedades evoluídas, instigando aos cidadãos à comoção do quão era importante adorar uma divindade. Esse recorte do jornal demonstra os discursos em prol da importância e da necessidade de se ter uma religião, induzindo a todos a seguirem uma crença, que tivesse como ser supremo um Deus.

Como se pode observar, a relação entre os sanjoanenses e a religiosidade sempre esteve presente, desde os primórdios da existência da vila. Em 1907, o periódico, *O Repórter*, demonstrava como a tradição e a fé se destacava e era bonita de ser vista nas ações dos cidadãos, tendo a religião como sagrada, sublime.

Belo é de ver como o sanjoanense recebeu com respeito, guarda com cuidado e passa com carinho para os vindouros, uma herança sagrada, o fervor religioso, que inflamava o peito de seus maiores e que foi sempre a mais rutila das guirlandas que afloram os braços da formosa cidade, cujo casario se derrama pitorescamente por este vale... (*O REPÓRTER*, nº 7, 17/03/1907, p. 1).

O retrato da tradição católica sanjoanense se fez ver nas irmandades² religiosas pouco tempo depois do surgimento da vila, sendo diversas as condições que fizeram com que a população buscasse socorro e amparo na religiosidade. De acordo com Souza (2010a), buscando proteção divina, já no primeiro ano do Arraial Novo, em 1705, construíram a primeira casa de oração. Foi uma capela de taipa e palha dedicada à Nossa Senhora do Pilar. Em 1708, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos foram constituídas por homens negros. Já em 1911, fundou-se a do Santíssimo Sacramento, formada por homens brancos mais abastados. Os

2 As irmandades apresentavam-se como instituições que instituía cada grupo, de acordo com sua cor e status econômicos.

homens brancos mais simples e humildes que não conseguiram participar da irmandade do Santíssimo criaram em 1716, funcionando na Matriz, a irmandade de São Miguel e Almas.

As irmandades sob a invocação de devoção só começaram a se organizar a partir do século XVIII, exemplo disso, são as Ordens Terceiras³ compostas por comerciantes, intelectuais e funcionários graduados. A partir de 1838, as irmandades sanjoanenses cresceram juntas com o progresso da vila. O requinte e a sofisticação nas ornamentações das Igrejas e das festas religiosas sempre fizeram parte das Ordens Terceiras, contudo essas entidades também se preocupavam com o repertório musical. O refinamento harmonioso das orquestras ofertado pelas irmandades era atraente e materializado demonstrando estratificações e competições entre as congregações. Foi no ano de 1740 que a Ordem Terceira de São Francisco de Assis começou a funcionar.

Segundo Souza (2010a), o universo religioso sanjoanense chegou ao século XIX marcado pela experiência devocional. A sensibilidade religiosa era expressa por meio de distintas mobilizações, como veneração aos santos, coleta de esmolas e cortejos aos cemitérios. Para demonstrar religiosidade, a cidade sempre contou com programações divinas como as celebrações da Semana Santa, do *Corpus Christi* e do Natal. Conforme pode ser analisado, as mobilizações utilizadas pelas irmandades exteriorizavam prestígios e subdivisões sociais provocando hierarquizações relativas à cor e à condição econômica. Para Oliveira (2008), as ações e os comportamentos dos fiéis, nos séculos XVIII e XIX, estavam vinculados à inserção sociocultural dos cristãos, ou seja, o sujeito necessitava filiar-se a uma irmandade, ou seja, escolher um santo branco, negro ou pardo, para se constituir enquanto cidadão digno.

Ao que tudo indica, a religiosidade da cidade era estimada pela grande maioria dos cidadãos, principalmente pela elite, sendo fortemente propagada através dos periódicos locais. As questões políticas também eram disseminadas através dos jornais sanjoanenses, contendo publicações que contribuíam para a difusão das posições políticas que sustentavam os ideais de seus grupos, além de fazer circular discursos de uma civilização idealizada, ou seja, em busca de um sujeito íntegro, ordeiro e patriótico. Por mais que no século XIX as transformações sociais, políticas e econômicas cooperaram para transformações na sociedade sanjoanense, estas não foram suficientes para redefinir hierarquias constituídas na Colônia. As constituições das irmandades deram subsídios para que os lugares ocupados socialmente continuassem sendo como anteriormente, tendo uma separação entre os sujeitos da sociedade.

A Igreja Católica sanjoanense contava com ações para apoiar os mais necessitados por meio da assistência e da educação. O discurso que compunha a Igreja se voltava para o seu fortalecimento dentro do cenário educacional, buscando a permanência dos

3 De acordo com Rezende (2018), as Ordens Terceiras são associações das camadas mais elevadas da sociedade. Diante da consolidação da sociedade local, os comerciantes, burocratas, mineradores ricos e intelectuais buscaram o destaque, instituindo assim as Ordens Terceiras.

valores da referida religião, principalmente no que diz respeito à formação da infância. Para Rezende (2018), a Igreja Católica se mostrou importante para a expansão das instituições educacionais na cidade, se unindo aos discursos de modernização. Os preceitos de modernidade englobavam a renovação do ensino através de demandas para criação de instituições de ensino modernas destinadas a meninos e meninas, a partir de novas tendências educacionais. Diversas foram as instituições criadas na cidade no final do século XIX e início do século XX, como o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Colégio Santo Antônio, o Instituto Padre Machado, o Colégio São Luiz e o Colégio São João (GAIO SOBRINHO, 2000).

De acordo com Faria Filho (2000), por toda Minas Gerais, a educação e a instrução primária eram vistas como armas para combater os males decorrentes do Império e do trabalho escravo. Os inspetores escolares, em conjunto com autoridades republicanas, estavam interessados em promover a inserção do povo à nação e ao mercado de trabalho capitalista. Diante disso, na busca pelo combate aos maus hábitos da sociedade sanjoanense, por volta de 1902, alguns espaços, como o urbano e o educacional se uniram com o intuito de disciplinar a população e alcançar a modernização. Segundo Arruda (2011), em resposta às urgências sociais, econômicas e políticas da época, a educação foi vista como sinônimo de disciplina, de governo dos corpos, reforçando os preceitos republicanos. Dessa forma, a instrução se mostrou como um importante conduto na formação dos hábitos e da cultura da população sanjoanenses.

A educação implementada em São João del-Rei, cidade tradicionalmente católica, em fins do século XIX e início do século XX, teve como base a formação cristã, repercutindo no modelo idealizado por todo o país. Os princípios educativos partiam da perspectiva do ensino de base científica com a educação moral, aliando o uso de objetos didáticos pedagógicos (globos, cartazes, coleções, entre outros) associados à formação religiosa proporcionada pelas instituições. De acordo com Arruda (2011), os preceitos modernos e higiênicos instituídos nos colégios abordavam atos de civilização e de formação moral católica, ligados aos modelos de crianças comportadas, responsáveis e civilizadas.

A partir de um conjunto de saberes e práticas, as instituições educativas se mostraram como importantes instrumentos de controle da população. Modos de agir, de pensar e de falar foram inseridos em toda a sociedade, principalmente na infância, com vistas a alcançar o tão almejado progresso.

Com o início do período republicano houve um aumento da quantidade de escolas públicas por todo o estado mineiro. Em São João del-Rei, esse contexto de escolarização não foi diferente. Abreu Júnior *et al.* (2008), atestam que, em 1881, foi fundada a primeira escola com o nome de Escola João dos Santos. Em 1908, essa escola se integrou ao ensino público, passando a ser conhecida como Grupo Escolar de São João del-Rei. Em 1918, passou a ser chamado de Grupo Escolar João dos Santos. Ainda assim, os autores afirmam que, no final do século XIX e início do século XX, existiam na cidade um total de 9 escolas particulares, separadas em meninos e meninas.

De acordo com Silveira (1926), nesse período a cidade sanjoanense possuía os seguintes estabelecimentos de ensino: Ginásio de Santo Antônio (1909), Colégio de Nossa Senhora das Dores (1898), Escola Normal (1884), Instituto Padre Machado (1921), Liceu de Artes e Ofício (1888), Grupo Escolar Maria Teresa (1927) e Grupo Escolar João dos Santos (1908)⁴.

Bassi (2017), a partir de análises dos periódicos, aponta que por volta de 1930, a cidade contava com mais um grupo escolar, o Grupo Escolar Aureliano Pimentel de 1929, além de “sete classes singulares urbanas e dois jardins de infância, [...], dois ginásios e uma escola normal” (p. 51).

O periódico *O Correio*, de 1938, apresenta em riqueza de detalhes as instituições educacionais e os números de alunos atendidos por elas, além de declarar que a educação na cidade se encontrava em evolução:

Existem, no município, 45 escolas rurais, mantidas pelo governo Municipal, e 20 distritais, mantidas pelo Governo do Estado, com um total de 3252 alunos; 3 escolas urbanas (Singulares) com 493 alunos, situadas em subúrbios de Matosinhos, de Senhor dos Montes e do Tijuco; 3 grupos escolares com 2.056 alunos, assim distribuídos: 827, no grupo João dos Santos, 853, no grupo Aureliano Pimentel e 383, no grupo Maria Teresa; a Escola de Preservação Padre Sacramento, mantida pelo Governo Estadual, com 47 alunos; o Ginásio Santo Antônio e Instituto Padre Machado, com respectivamente. 438 e 229 alunos. Ambos estes estabelecimentos são reconhecidos pelo Governo Federal. O curso anexo e a escola Normal Nossa Senhora das Dôres, com 370 alunas (*O CORREIO*, nº 616, 1938).

Como indicava no Jornal *O Correio*, em 1930, a Escola de Preservação Padre Sacramento era destinada para recolhimento da infância desvalida. Fundada em 1920, essa instituição recolhia crianças que viviam nas ruas e nas vielas, sem amparo, sob completo abandono. De acordo com o periódico, esses sujeitos recebiam instrução, regeneravam sua conduta e moralizavam a cidade por meio da formação que adquiriam na instituição.

A preocupação com os menores delinquentes e abandonados na cidade de São João del-Rei já se fazia ver em 1914. Em uma matéria do periódico *O Repórter*, a preocupação com a quantidade de crianças perambulando pelas ruas, causando desordem e fazendo barulho, era grande. Acreditava-se que a má educação dada pelos pais aos seus filhos e aspectos morais e físicos contribuíam para a recorrência da infância abandonada. A falta de preocupação por parte da sociedade, dos governantes e das famílias estimulava a delinquência dos menores. A crise da instrução também contribuía para essa situação, com um péssimo ensino, sem a educação moral. Porém, ao que tudo indica, era considerado um ensino moral eficiente, aquele ligado aos princípios religiosos, com a formação do respeito e do sacrifício.

⁴ Nesse período, a cidade de São João del-Rei contava com 75.000 habitantes, sendo que desses, 23.000 constituía população urbana (MINAS GERAIS, 1925).

Diversas foram as iniciativas em favor dos menos favorecidos, prova disso, são os vários anúncios em jornais sanjoanenses solicitando donativos para assistir essa parcela da sociedade. Esses acontecimentos mostravam como a caridade e a filantropia faziam parte das ações da elite e da igreja católica. Dentre essas ações podem ser citadas as conferências, as campanhas beneméritas e as damas de caridade. A associação das Damas de Caridade prestava serviços às camadas desprotegidas da sociedade, cuidando com afeto e carinho dos pobres. Já as campanhas beneméritas buscavam angariar doações para assistir e amparar a pobreza desvalida da cidade.

Dentro do contexto de assistência e filantropia em São João del-Rei, até 1832, a Câmara Municipal criava e educava os expostos. Depois dessa data, a responsabilidade por essas crianças passou a ser da Santa Casa da Misericórdia. De acordo com Brügger (2007), a exposição da infância foi bastante difundida na cidade, e exercida – principalmente – entre os anos de 1761 e 1830. Para a autora, no Brasil Colônia e Império, o enjeitamento não estava ligado à discriminação de gênero, raça e condição financeira, mas sim em fatores referentes à vida de seus pais biológicos. Segundo Venâncio (1999), a maioria dos enjeitados era pobre, porém a condição de pobreza não era determinante para que acontecesse a exposição. O enjeitamento só acontecia quando algum parente próximo morria ou adoecia os pais, pois as famílias carentes tinham resistência para enviar seus filhos à Roda.

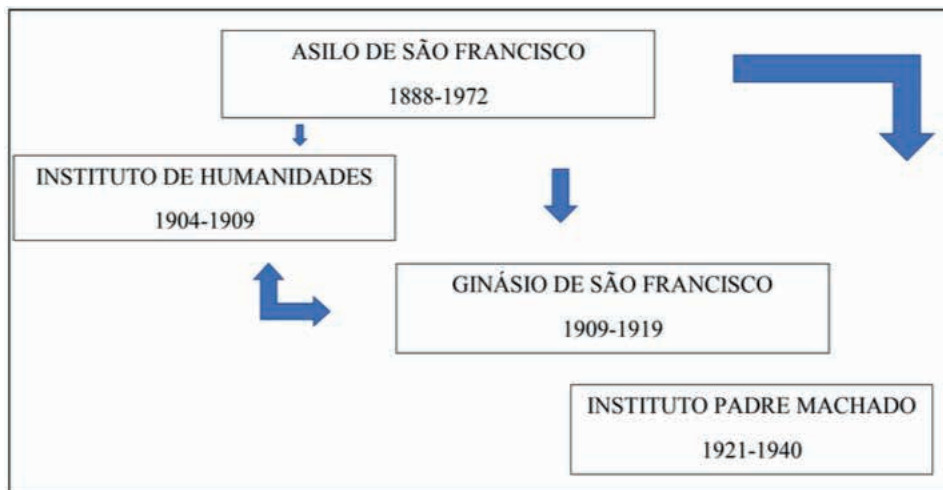
A prática de exposição estava ligada a questões de ordem moral. A sociedade buscava encobrir a fragilidade humana, como os frutos das relações não consagradas pela Igreja e manter a moralidade familiar. Para Brügger (2007), “[...] a exposição de crianças era também um projeto familiar, no qual as solidariedades, calcadas no parentesco, se manifestavam [...]” (p. 137). De certo modo, as crianças eram enjeitadas à parentes próximos, para assim os expositores acompanharem seu crescimento. Segundo a autora, a prática de enjeitamento familiar não lhes conferia marcas de discriminação pela sua condição, pois, na maioria das vezes, eram tratados como membros da família ou agregados.

Na cidade sanjoanense, foi somente no século XIX que os registros da Roda dos Expostos começaram a indicar a cor dos expostos, até então, as crianças enjeitadas eram registradas como brancas e não brancas. Tal prática de exposição de menores terminou no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1888. Essa assistência foi interrompida pela Câmara Municipal, com o término do contrato com a Santa Casa de Misericórdia. Diante do ocorrido, sem verba para manter os enjeitados, a Santa Casa suprimiu a Roda dos Expostos e interrompeu uma história assistencial aos pobres (RESENDE, 1996).

Com relação ao Asilo de São Francisco, este era destinado a recolher meninos órfãos sanjoanenses, filhos de irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Além desse estabelecimento, existiu no início do século XX, o Asilo Maria Teresa, anexo à Santa Casa de Misericórdia, que recolhia meninas órfãs.

O Asilo de São Francisco, objeto desta pesquisa, funcionou por muitos anos na cidade de São João del-Rei. Do início até meados do século XX, funcionaram anexas à instituição asilar outras três instituições: O Instituto de Humanidades que se transformou em Ginásio de São Francisco, e o Instituto Padre Machado.

Quadro 1 - Ilustração da relação entre o Asilo de São Francisco de Assis e as instituições anexas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O Asilo de São Francisco exercia ação importante no processo de recolhimento da infância órfã sanjoanense. Já o Instituto de Humanidades, o Ginásio de São Francisco e o Instituto Padre Machado funcionavam como importantes estabelecimentos para a educação dos meninos da cidade, recebendo tanto os órfãos, como os demais alunos que lá fossem matriculados. As notícias que circulavam na cidade apresentavam uma visão da sociedade em relação a todas essas instituições, que eram vistas como essenciais para o desenvolvimento da cidade de São João del-Rei.

As mobilizações desenvolvidas para arrecadar donativos para a construção do Asilo, demonstrava uma preocupação com a situação dos menores pobres da cidade. A instituição chegou a ser mencionada como importante para o melhoramento da cidade, pois era vista como uma alternativa de acolhimento dos desvalidos considerados “problema” para o progresso do município.

O mesmo aconteceu com o Ginásio S. Francisco de Assis que foi considerado, em 1918, pelo secretário da “Associação de empregados do comércio”, um estabelecimento importante para o progresso da cidade. O trecho citado nos parágrafos anteriores foi retirado de uma carta enviada aos membros da VOT, e reflete a preocupação com o desenvolvimento da cidade, que depositava na instituição a esperança de uma formação mais ampla para a população. Ao final da carta, o Ginásio é parabenizado pelo serviço prestado, sinônimo de melhoria da educação dos meninos sanjoanenses.

2.2 ASILO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

“...Da existência com risco

Nesta cidade fundou

O Asilo de S. Francisco

Que tão deveras amou.

Arrebanhava os coitados,

Que não tinham protecção;

Mandava ensinar ofício

E lhes dava educação...”

Suetônio

(Jornal *O Repórter*, 01/01/1911, nº 184, p. 2).

O Asilo de São Francisco de Assis teve a deliberação para a sua construção em 1888, através do Termo de Deliberação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. A partir desse momento, diversas ações começaram a se desenvolver para construir o prédio e inaugurar a instituição. O primeiro documento encontrado sobre o Asilo de São Francisco de Assis, foi um relatório apresentado em uma reunião de deliberação da Mesa Administrativa da VOT, com data de 01 de julho de 1888. Nesse relatório uma comissão eleita pela mesa apresentou o primeiro parecer sobre a fundação do Asilo. Sua primeira pauta dizia que o objetivo do projeto era atender a toda a população órfã, o que demandaria angariar donativos para além daqueles disponibilizados pelos irmãos da Ordem. Na primeira reunião de construção do Asilo de São Francisco de Assis, colocaram como cláusula, a preferência pelos filhos dos irmãos, porém este item foi questionado por alguns membros da mesa administrativa da Ordem. Talvez os comissionários acreditassem que ao limitar o atendimento somente aos filhos órfãos de irmãos da Ordem, seria mais complicado conseguir auxílio dos sanjoanenses distintos de posição, dos Deputados e da Câmara Municipal.

No período em que houve a deliberação para criação do Asilo, a cidade de São João del-Rei, se encontrava diante dos efeitos da Lei de 13 de maio⁵, que extinguiu a escravidão. A partir de trechos do referido relatório, é possível inferir que a abolição da escravatura surtiu forte influência na criação do Asilo, uma vez que a partir daquele momento, não existiria mais a população escrava e os filhos dos ex-escravos não teriam como se sustentar e onde morar.

Mediante a supervisão do Padre João Batista do Sacramento, a instituição foi inaugurada em 1890, com o nome de Asilo de S. Francisco para Órfãos. A instituição

5 A abolição da escravatura foi um importante movimento acontecido no Brasil, após a Proclamação da Independência, em 1822. De acordo com Domingues (2011), o processo de abolição finalizou a instituição que alicerçava a população brasileira, por mais de trezentos anos. Esse movimento foi produto de movimentos em massa e pressões políticas e sociais.

tinha como propósito acolher, assistir e educar meninos órfãos sem condições financeiras de sobrevivência. Os meninos tinham sustento, moradia, asseio e agasalho, além de receberem uma educação pautada nas faculdades físicas e morais, com elementos da doutrina cristã, leitura, escrita e contas (ESTATUTO DO ASILO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1891, p. 3). Em 1890, a direção do Asilo foi entregue aos Padres Franciscanos que proporcionaram aos asilados educação e formação de ofícios. A congregação dos Padres Franciscanos tinha a obrigação de educar em igualdade os meninos órfãos filhos de irmãos e os outros órfãos que se candidatassem às vagas. Nesse período, os asilados eram obrigados a assistir as festividades da padroeira (08 de dezembro) e de São Francisco de Assis (04 de outubro).

Diante das informações expostas na ata de reunião de 1888 e no Estatuto de 1891, é possível perceber o discurso que os administradores do Asilo de São Francisco de Assis propagavam na cidade, no final do século XIX, pautado pelo enunciado de formação de meninos úteis a si próprios e à pátria, que poderiam viver honestamente de seu trabalho e contribuir com a sociedade.

Os elementos contidos no Estatuto do Asilo de São Francisco de Assis, disponibilizam informações sobre a função da instituição, bem como as características e condições de admissão dos meninos desvalidos e órfãos. Além de questões relacionadas ao poder da Mesa Administrativa, em criar uma instituição com regras próprias, ditadas pelos representantes da irmandade.

De acordo com o Estatuto de 1891, o Asilo tinha o objetivo de educar os órfãos pobres e ensinar-lhes artes e ofícios. Seriam admitidos doze meninos pobres, com idade entre sete e quatorze anos, órfãos de pai e de mãe ou somente de pai e que fossem reconhecidos pobres e desvalidos. Os meninos assistidos pela instituição não poderiam ter “defeitos físicos” que os impossibilitassem realizar as atividades propostas pelo Asilo, e também não poderiam estar afetados por moléstias contagiosas ou crônicas. A instituição poderia internar, perante concessão especial da Mesa Definitória, órfãos menores de sete anos, desde que fossem filhos de irmãos da Ordem. Para atestar que todos os meninos atendiam aos requisitos do estatuto, o Provedor recolhia o requerimento do tutor, com certidão de nascimento, certidão de óbito dos pais, atestado de pobreza e atestado médico aprovando que não possuía moléstia grave ou contagiosa. Tendência semelhante a essa é apontada pela pesquisa de Braga (2014). Segundo ele, no Regulamento de 1883, próprio do Asilo de Meninos Desvalidos, diversos eram os atestados solicitados para a admissão dos meninos, dentre eles, o atestado de não portarem doenças contagiosas ou incuráveis, como também não possuírem defeitos físicos que os impossibilitassem para o estudo e para o trabalho.

Os asilados poderiam ficar no Asilo de São Francisco de Assis até completarem 20 anos, salvo nos casos em que não tivessem condições de sobreviverem sozinhos ou se fossem convidados para dirigir alguma oficina oferecida na instituição. Esse movimento,

de ser asilado e trabalhar no Asilo após sua formação, demonstrava o reconhecimento que esses meninos recebiam de sua dedicação e de seu trabalho durante sua internação na instituição.

Quando funcionava sozinho, sem vínculo com as outras instituições anexas, a administração do Asilo era submetida à Mesa Administrativa da Ordem, a partir de três irmãos administradores eleitos pela irmandade, sendo eles o Provedor, o Escrivão e o Tesoureiro. O Provedor teria como função fiscalizar a instituição, mantendo a boa ordem e a moralidade no estabelecimento. O Asilo contava também com professores e mestres habilitados para as oficinas. No que diz respeito à instrução dos asilados, esta era composta pelas disciplinas de Doutrina Cristã, Música, Desenho, Francês, Português, Aritmética, História e Geografia do Brasil (ESTATUTO DO ASILO, 1891).

As oficinas ofertadas dentro da instituição eram diversas, dentre elas as voltadas para as profissões de sapateiro, funileiro, bombeiro, marceneiro, carpinteiro e de encadernador. Segundo o jornal *O Repórter*, de 1909, todas as oficinas eram montadas com muito capricho. Além de promover a formação dos asilados, as oficinas ajudavam na arrecadação de renda, pois os serviços já eram prestados à população, bem como no desenvolvimento das atividades do Asilo e na educação dos órfãos.

O Asilo de São Francisco de Assis funcionou, atendendo os critérios adotados no seu Estatuto de 1891, até a morte do Padre João Baptista do Sacramento⁶. Após o falecimento do diretor, em 04 de julho de 1907, a instituição sofreu com a perda de seu principal idealizador e com questões financeiras (CINTRA, 1982, p. 280).

Ao que tudo indica, o Asilo não desenvolveu suas ações sozinho, ele contou com a ajuda de outras instituições que funcionaram em prédio anexo. Foram encontrados vestígios de vínculo do Asilo com as seguintes instituições: Instituto de Humanidades que depois virou *Gymnásio São Francisco* e o Instituto Padre Machado.

Modelo semelhante a esse, com o funcionamento de uma instituição principal com outras instituições anexas, aconteceu na Fazenda do Rosário, situada na zona rural de Ibirité, na década de 1940, que recebia meninos entre quatro e dezoito anos. Segundo Rafante e Lopes (2008), no estabelecimento principal, no caso a Escola Dom Silvério, os meninos trabalhavam e recebiam, quando possível, a educação de primeiras letras. Já o Internato da “Chacrinha”, recebia os meninos de maior idade e estes cuidavam das tarefas da casa e o estudo era realizado somente à noite.

Como mencionado anteriormente, tais instituições funcionaram em prédio anexo ao Asilo, em diferentes épocas, fazendo com que a direção do Asilo e o fornecimento de ensino ficassem a cargo dos diretores dessas instituições anexas. Essas instituições tinham como obrigação prestar contas para a Mesa Definitória da Ordem Terceira de São

⁶ O Padre João Baptista do Sacramento era visto pela sociedade como um pai que recolhia as crianças da desoladora orfandade e educava com desvelo e cuidado, por meio de exemplos, palavras e gestos. Ele agia de maneira caridosa e acolhedora, esmolando pelos órfãos que se achavam sob sua proteção (*O Repórter*, 11/07/1907).

Francisco de Assis, com compromisso firmado em contrato. Acredita-se que o Asilo não tinha condições de desenvolver suas atividades sozinho, por isso, ele sempre estava ligado a outra instituição, apesar de a Ordem continuar a arcar com as despesas dos asilados. Acredita-se que as circunstâncias que levavam o Asilo a ser administrado pelos diretores de distintos estabelecimentos se relacionavam a educação para o trabalho e a formação moral desses meninos que essas instituições poderiam proporcionar.

A relação entre o Asilo de São Francisco de Assis com o Instituto de Humanidades foi firmada em contrato em 1904, com duração de 5 anos. No referido documento constava que o Instituto seria responsável pelos asilados mediante o pagamento da Ordem de uma pensão de 30\$000, trinta reis, por asilado. Os móveis e imóveis pertencentes ao Asilo também seriam utilizados pelo Instituto. O referido documento apresenta importantes elementos, que será explorado no próximo capítulo, no item sobre a formação para um ofício, para entender as relações estabelecidas entre as duas instituições, bem como a formação ofertada para os asilados, uma vez que cita sobre o trabalho que cada menino poderia exercer e os ofícios que deveriam aprender.

Nesse período estava na direção dessas duas instituições o Padre João Baptista do Sacramento. Após o falecimento do benfeitor, em 1907, a direção das duas instituições ficou sob responsabilidade do Dr. Francisco Mourão, porém este sujeito desencadeou diversos problemas dentro do Asilo. De acordo com Sylvio Célio, colunista do jornal *O Repórter* (1907), o Dr. Francisco Mourão era desumano na direção do Asilo, fazendo com que a situação repercutisse no péssimo comportamento dos asilados e no trabalho braçal exercido por eles.

Diante dessa situação, em 1909, a direção do Asilo foi entregue novamente à Congregação dos Franciscanos, para que eles pudessem administrar esse importante estabelecimento. Nesse mesmo período, o Instituto de Humanidades passou a se chamar Ginásio de São Francisco. Ainda anexo ao Asilo, e com diretores distintos, o Ginásio recebia todos os asilados nos cursos primário e ginásial, nessa época a instituição asilar abrigava dez asilados. Nesse período, o diretor do Asilo foi o Padre Antônio Loureiro de Almeida.

No artigo sexto do contrato entre a Ordem e o Padre Antônio Loureiro de Almeida ficou claro que a administração do Ginásio de S. Francisco de Assis e do Asilo de São Francisco de Assis eram separas e independentes, no entanto os asilados que mostrassem aptidão para letras frequentaria gratuitamente as aulas do Ginásio como se fossem externos (ATA DE REUNIÃO, 18/07/1909).

Em 1918, essas duas instituições passaram a funcionar no mesmo prédio, localizado na Rua Matola, s/n, ou Padre Sacramento, s/n, como aparece em alguns documentos.

Figura 3 - Prédio do Asilo São Francisco de Assis, por volta de 1900.



Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

Esse prédio foi construído para atender o sistema asilar criado pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Em 1916, iniciou-se a reconstrução do Asilo, pois o prédio estava ameaçado de ruína. Diante dessa situação, a Mesa Administrativa da Ordem resolveu demolir toda a fachada e fazer uma adaptação para que o Asilo pudesse funcionar em conjunto com o Ginásio de São Francisco. Em 1920, esse imóvel foi vendido à União para se instalar o 11º Batalhão da Infantaria. As justificativas para venda giravam em torno das melhorias que se conseguiria oferecer à instituição e aos asilados.

Figura 4 - Prédio do Asilo São Francisco de Assis e do Ginásio após reforma, por volta de 1918.



Fonte: Acervo do Museu Regional de São João del-Rei.

A reforma não foi usufruída pelos asilados por muito tempo, porque com fechamento do Ginásio de São Francisco, no início de 1920, o Asilo foi transferido para o prédio de frente, localizado na Rua Padre Sacramento, nº 9. Os asilados foram abrigados em um imóvel arrendado pela Ordem da família Bustamante.

Figura 5 - Prédio onde passou a funcionar o Asilo de São Francisco de Assis, a partir de 1920.



Fonte: Acervo digital do IPHAN.

No trecho da carta enviada ao Arcebispo de Mariana destacado a seguir, é possível perceber a ligação entre o Asilo de São Francisco e o Gymnásio de S. Francisco, além de observar o movimento de mudança dos prédios e de venda do imóvel.

[...] solicitar de v. Exo. Rev.mo licença para vender o prédio da rua Pe. João Sacramento, em que funcionavam, conjuntamente, o "Gymnásio de S. Francisco de Assis" e o "Asilo de Órfãos, que será transferido para o em "frente, de nº9, onde foi por muitos anos o primeiro destes estabelecimentos e que tem acomodações para trinta ou mais asilados, salas para aulas técnicas, além de um vasto pomar [...] (CARTA AO ARCEBISPO DE MARIANNA, 1920).

Após o fechamento do Ginásio de São Francisco, o Asilo ficou sob responsabilidade dos Padres Franciscanos durante um ano e meio. Nesse período, o Asilo fez funcionar o Curso primário nas salas de aula da instituição. Para atender aos asilados e a outros meninos da cidade, o estabelecimento possuía um professor, Abeilard Brasileiro Couto, que ministrava aulas de Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil e História Natural. Conforme é possível verificar, o Asilo era somente instituição de recolha e formação para o trabalho. A formação a nível de instrução era algo à parte, oferecido em anexo à instituição ou por outra instituição

A vinculação do Asilo de São Francisco de Assis com o Instituto Padre Machado pôde ser observada através do contrato acordado entre a VOT e o Professor Antônio de Lara Resende, em 1921. O trecho apresentado a seguir contém informações sobre o tratamento e o aproveitamento dos asilados, dando entendimento que os meninos órfãos desenvolviam atividades a partir do Instituto Padre Machado. A hipótese é que as atividades não seriam as mesmas que os alunos pensionistas realizavam.

[...] Ao "Instituto Padre Machado" ficará anexo o "Asilo São Francisco de Assis", cuja direção e administração caberão exclusivamente durante a vigência deste contrato ao prof. Antônio de Lara Resende, com plena autonomia, reservando-se, porém, a Ordem o direito de zelar pela conservação do prédio, pelo tratamento e aproveitamento dos asilados. [...] (CONTRATO FIRMADO ENTRE A ORDEM E O INSTITUTO PADRE MACHADO, 1921).

Conforme é possível observar, esse recorte possibilita adentrar na relação do Asilo com o Instituto Padre Machado, contribuindo para a compreensão das vinculações estabelecidas pelo Asilo para manter sua assistência aos menores órfãos.

Como foi possível identificar nos documentos utilizados, existiu uma forte relação entre o Asilo de São Francisco de Assis com o Instituto de Humanidades que depois se tornou o Ginásio de S. Francisco de Assis e com o Instituto Padre Machado.

Contudo, para uma melhor compreensão do funcionamento do Asilo de São Francisco de Assis, torna-se necessário apresentar, também, as outras instituições que funcionaram anexas a este estabelecimento.

2.3 O INSTITUTO DE HUMANIDADES QUE SE TRANSFORMA EM GINÁSIO DE SÃO FRANCISCO

O Instituto de Humanidades fez seu primeiro movimento de vinculação ao Asilo de São Francisco de Assis em 1904. Diante de uma reunião administrativa da VOT, a mesa administrativa do Asilo de São Francisco de Assis, solicitou autorização aos mesários presentes para promover com inteira liberdade a organização do Instituto de Humanidades, anexo ao Asilo. Os administradores da instituição asilar demonstravam comprometimento e anseio em equiparar o Instituto ao Ginásio Nacional⁷.

O Instituto de Humanidades contava com o Curso Primário e secundário. O ensino secundário englobava o curso ginasial e o curso livre de preparatórios para matrícula nas Escolas de Farmácia e Odontologia, ambas instaladas anexas ao Instituto de Humanidades. Perante a regência do Coronel Severiano Nunes de Cardozo de Resende, o instituto contava com os sistemas de internato, semi-internato e externato. A instituição esteve instalada em uma "magnífica habitação", com terreno propício para o plantio, adaptada para ser modelo em educação e ensino. O colégio ficava situado em um bairro afastado do

⁷ Conhecido como Ginásio Nacional, o Colégio Pedro II, servia de modelo para exames preparatórios, programas de ensino e de recursos didáticos. Esse renomado instituto servia de "instrumento político do poder central para influenciar a educação secundária em todo o território nacional" (KULESZA, 2011, p. 84).

centro da povoação⁸, com uma boa higiene e necessária disciplina escolar. O prédio onde se instalou o Instituto de Humanidades foi adquirido a partir de um empréstimo realizado entre os administradores do Asilo e provedor do Instituto de Humanidades, Coronel José Moreira C. Felipe (LIVRO 4º DE TERMOS). No entanto, este estabelecimento só se constituiu enquanto estabelecimento renome, por causa dos esforços do seu reitor, Coronel Severiano Rezende, que buscou montá-lo com todos os equipamentos necessários e com um corpo docente conceituado (*O Repórter*, 28/03/1907, nº 8).

Com aulas na segunda, terça, quarta, sexta e no sábado, o instituto lecionava as seguintes disciplinas: português, matemática, geografia, desenho, geometria, história natural, francês, aritmética, latim, inglês, álgebra, física, química, mecânica, astronomia e trigonometria. Em 1907, sob a administração de Antônio Pinheiro Campos, a instituição contava com 87 alunos, dentre eles, alguns asilados. Acredita-se que esse estabelecimento fornecia educação e cuidados aos asilados, porque eles poderiam realizar requerimentos para prestarem os exames de 1ª época, por meio de requerimentos que os declarassem alunos gratuitos. É importante destacar que havia uma cláusula no contrato entre a VOT e o Instituto, que determinava que a instituição deveria receber pelo menos dois asilados por ano (LIVRO 4º DE TERMOS, 1904).

Em 1908, o Instituto contava com o Curso Primário Particular instalado no vasto salão da frente do Asilo de S. Francisco. O recinto estava preparado e mobiliado para a instrução primária, em conformidade com o Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906⁹. Nesse curso, os alunos maiores de 7 anos solicitariam inscrição a partir de requerimento assinado, certidão de nascimento, atestado de vacina e pagamento adiantado de um trimestre. Para os alunos matriculados gratuitamente, seja por ordem do Ministro do Interior ou por determinação da Provedoria do Asilo, deveriam apresentar além da certidão de nascimento e do cartão de vacina, a declaração de gratuidade.

Conforme noticiavam os periódicos sanjoanenses, do início do século XX, o Instituto contava com uma direção honesta e moralizada e dispunha de um corpo docente competente. Todos mobilizavam-se para um aprendizado sério e um real preparo da infância e da juventude sanjoanense (*O Repórter*, 1907, nº 35).

Em 1909, o Instituto de Humanidades passou a denominar-se Ginásio de São Francisco. A mudança de nome da instituição pôde ser observada em uma carta enviada pelo diretor do Instituto ao Ministro e aos demais membros da Mesa Administrativa da VOT.

O Ginásio de São Francisco tinha como fim o preparo dos alunos a partir da instrução fundamental, habilitando-os para prestar exames, em conformidade com as leis federais, para matricular nos cursos superiores da República. Anexas ao Ginásio funcionavam as

8 Se localizava distante do centro da cidade, pois no início do século XX, a forte comercialização e os sujeitos de posse se encontravam do outro lado do Córrego do Lenheiro.

9 Decreto aprovado por João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado de Minas Gerais, em 1906, regulamentou a instrução primária. O ensino promovido nas instituições públicas e privadas tinha o intuito de oportunizar aos alunos educação intelectual, moral e física. O ensino adotado foi o método intuitivo e prático com base no sistema simultâneo (MINAS GERAIS, 1906).

Escolas de Pharmácia e Odontologia de São João del-Rei, ambas reconhecidas pelo Governo do Estado de Minas, pela Lei nº 657, de 11 de setembro de 1915¹⁰.

O Ginásio de S. Francisco, perante administração de José Maria Ferreira, ofertava dois cursos: o Preliminar e o Secundário. No curso preliminar, que preparava para matrícula no Ginásio, ensinava-se as Primeiras Letras, Noções de Português, Aritmética, Geografia e História do Brasil. Já o curso do Ginásio (secundário), que capacitava os alunos para matrículas nos cursos da República, ministrava-se as matérias exigidas para o exame de matrícula nos cursos superiores, ou seja, Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Corografia do Brasil, Elementos de Cosmografia, História Universal e do Brasil, Física e Química e História Natural. Para os que queriam matricular-se em Direito, acrescentava-se o Curso de Psicologia, Lógica e História da Filosofia. Já para os que desejavam ingressar nas Escolas de Farmácia e Odontologia, havia o direcionamento para as disciplinas de Português, Francês, Geografia, Aritmética, Física e Química e História Natural. Os alunos que desejassem poderiam cursar no Colégio o Curso de Religião, dirigida por um sacerdote católico com instrução religiosa (4º LIVRO DE TERMOS, 1916, p. 2-5). Acha-se importante destacar que, a instrução religiosa era separada, não estava inserida nos outros cursos.

No que se refere à disciplina exigida dentro do estabelecimento, esta era mantida em todos os cômodos, inclusive nas salas de aula, bem como no salão de estudos, nos refeitórios e nos dormitórios. Além disso, o colégio exigia dos alunos o asseio e a higiene. O Regulamento do Ginásio contava com as penas disciplinares e com as recompensas. Merece destaque as penas disciplinares, que agiam como controle dos corpos dos sujeitos. Seriam elas

[...] más notas nas aulas, advertência e exclusão momentânea da aula e tarefa de cópias, privação de recreio com reclusão do aluno em sala, privação de saída, repressão particular ou em presença dos alunos reunidos, exclusão do ginásio por 2 a 8 dias. Expulsão do Ginásio no caso de insubordinação com prática de atos [...] (REGULAMENTO, 1916).

Conforme sempre era exposto nos jornais da cidade, a educação fornecida no Ginásio contava com uma rigorosa higiene, com professores competentes e de moralidade. A instituição procurava formar não só o caráter dos alunos, mas também sua educação intelectual e física, compatível com o ensino ginasial fornecido por todo o país.

No contrato firmado à Ordem e o diretor do Ginásio, Antônio Pinheiro Campos, em 1912, traz que as duas instituições funcionariam separadas e independentes. Todavia, os asilados que apresentassem aptidões para letras frequentariam o curso ginasial gratuitamente, como externos. Já em 1919, o Pe. João Baptista da Silva, demonstrou interesse em continuar com o Ginásio por conta própria e propôs o arrendamento do

10 Essa lei modificou as disposições referentes ao ensino primário, secundário e normal do Estado. No art. 24 reconheceu o registro e autorizou a emissão de diplomas pelas Escolas de Pharmácia e Odontologia de São João del-Rei (MINAS GERAIS, 1915).

mobiliário escolar e da casa pertencente à Ordem. Nessa mesma carta enviada aos mesários da Ordem, o Padre reforçou a separação entre os asilados e os alunos externos e internos do curso ginásial. Tudo isso porque, em 1918, quando o então Padre João Batista da Silva assumiu a direção do Ginásio, ficou firmado em contrato que o Ginásio funcionaria anexo ao Asilo no mesmo prédio, porém a limpeza e a lavagem de roupas aconteceriam separadas. Nessa época, 1918, todos os asilados poderiam frequentar as aulas do Curso Primário, bem como as do Curso Ginásial. As despesas, assim como, o material didático relativo aos meninos órfãos, ficariam por conta da Ordem. Essa informação corrobora com nossa hipótese que nem todos os asilados recebiam instrução complementar, somente os que mostrassem aptidão. Isso significa que os que não apresentassem habilidade seriam formados para o trabalho.

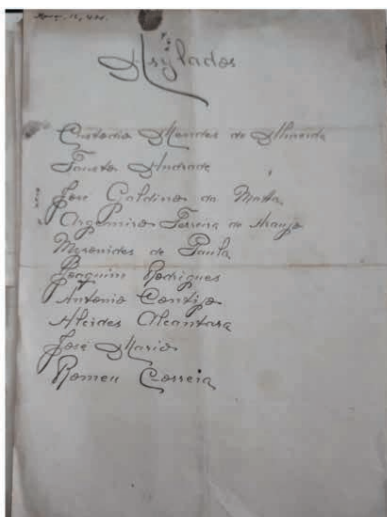
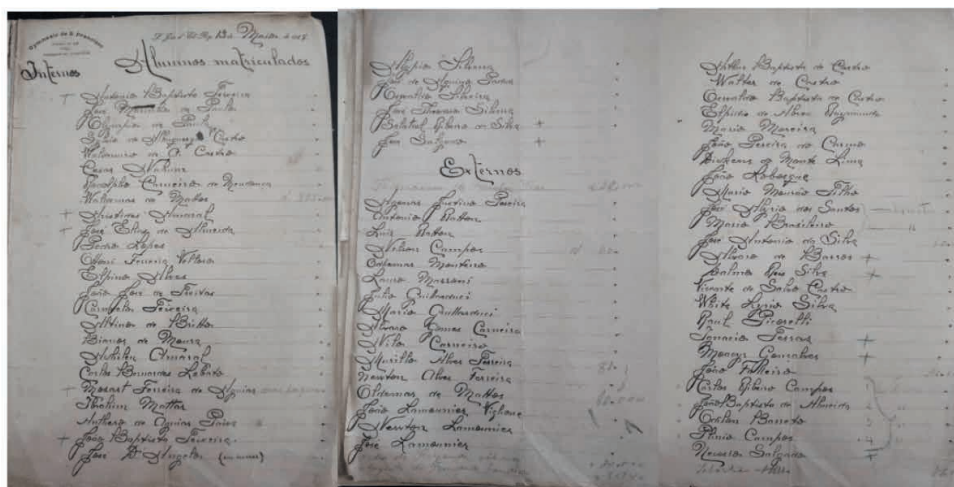
Figura 6 - Grupo de alunos e alguns professores do Gymnásio S. Francisco, 1919.



Fonte: Arquivo do Dr. Ribeiro da Silva (IPHAN).

A fotografia realizada em frente ao Alliance Clube mostra uma quantidade significativa de meninos com vestes distintas, distribuídos em cinco fileiras. No primeiro plano, quinze meninos sentados, alguns trajavam roupas estilo militar, enquanto outros estavam com calças longas e calças curtas e gravata. Na segunda, terceira e quarta fileira, os alunos trajavam fardas militares, poucos eram os que trajavam terno e gravata. Nas laterais, destacam-se os professores, usando terno e gravata e do lado direito da foto o Padre João Batista da Silva, com sua batina. Na época da fotografia, o ginásio contava com 10 asilados matriculados na instituição, conforme é possível observar na imagem anexada a seguir.

Figura 7 - Lista de alunos matriculados no Ginásio S. Francisco, 1919.



Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

A listagem grande de alunos inscritos no ginásio não foi suficiente para assegurar sua existência, pois, em 1920, o diretor do Ginásio é exonerado e o prédio onde funcionava o Asilo e o Ginásio é colocado à venda. E assim, o então estabelecimento de ensino ginásial encerra suas atividades por motivo de déficit financeiro. Em uma reunião, os mesários da VOT mencionaram que essa instituição já deveria ter sido fechada há muito tempo, pois ela só poderia dar lucros se fosse administrada por congregações religiosas, o que não aconteceu em nenhum momento de sua existência.

2.4 INSTITUTO PADRE MACHADO

O Instituto Padre Machado foi uma importante instituição que funcionou anexa ao Asilo de São Francisco de Assis de 1921 a 1940, sendo o estabelecimento que mais deixou vestígios de sua relação com o Asilo. O Instituto foi fundado em janeiro de 1921, pelo professor Antônio de Lara Resende. Essa instituição seguia o modelo do Colégio do Caraça, local onde o professor Antônio de Lara estudou. As atividades desse estabelecimento tiveram início na própria casa do professor com apenas oito alunos.

Em junho de 1921, o professor Antônio de Lara Resende firmou contrato com a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, quando arrendou o prédio e o terreno da Ordem com funcionamento à Rua Padre Sacramento, nº 9, além dos móveis e dos utensílios presentes no imóvel. O arrendamento teve prazo, de início, de cinco anos, a contar do dia 30 de junho de 1921. O prédio locado foi utilizado para a instalação do Instituto Padre Machado. Desde então, esse estabelecimento funcionou anexo ao Asilo de São Francisco de Assis, até 1940, momento em que o instituto se mudou para Belo Horizonte, onde mantém atividades até hoje. Em 1924, foi inaugurado o primeiro pavilhão do Instituto, situado nos fundos do Asilo, com frente para a rua Tiradentes.

Figura 8 - Pavilhão do Instituto Padre Machado, 1924.



Fonte: Jornal *O Pequeno Semeador*: Órgão do Instituto Padre Machado, 1941. Biblioteca Nacional.

Diante do compromisso assumido em contrato, o professor Antônio de Lara Resende ficou responsável, com plena autonomia, pela direção e administração do Asilo, ficando reservado à Ordem somente a conservação do prédio e o tratamento dos asilados. Diante da situação, a VOT se comprometeu manter no Asilo, no mínimo dez asilados e no máximo 20, mediante contribuição anual ao Instituto. A admissão de asilados ocorria em conformidade entre a Ordem e o professor Antônio de Lara.

O aceite dos asilados acontecia perante acordo entre as duas personalidades, a idade aceita para interná-los seria de no mínimo sete anos e o máximo de doze anos, perante apresentação de certidão de nascimento. Todas as despesas dos asilados ocorriam por conta da Ordem, somente as referentes à alimentação, instrução e lavagem de roupas eram de responsabilidade do diretor do Asilo e do Instituto, o professor Antônio de Lara Resende.

Dentro do Instituto, os asilados recebiam formação em primeiras letras, ou seja, aprendiam leitura, escrita e operações básicas. Ao estarem instruídos, os asilados seriam encaminhados para a aprendizagem de um ofício. A admissão de mestre de oficinas ficava de total responsabilidade do diretor, ele teria somente que avisar para a Mesa Administrativa da Ordem a sua escolha. Após completarem dezesseis anos, os asilados tinham que possuir um trabalho, podendo ser aproveitado os meninos que se destacassem para os estudos superiores. Qualquer asilado que se tornasse inconveniente para a instituição asilar poderia ser expulso pelo diretor.

O professor Antônio de Lara Resende tinha total autonomia para administrar o Asilo. A ordem só ressaltava as exigências para com o tratamento e aproveitamento dos asilados, além proibir que o diretor modificasse seus uniformes. Alguns elementos presentes no contrato firmado entre a VOT e o professor Antônio de Lara Resende mostram sobre a educação fornecida aos meninos órfãos com as primeiras letras e posteriormente com a aprendizagem de algum ofício, além dos cuidados com alimentação e vestuário.

Figura 9 - Grupo de alunos e o professor Antônio de Lara Resende, 1922.



Fonte: Arquivo da Museu Regional de São João del-Rei.

A fotografia tirada na fachada do Asilo de São Francisco de Assis retrata os alunos do Colégio Padre Machado em 1922. Sentados no chão de terra e com pernas cruzadas, encontram-se dezessete meninos com vestimenta distinta do restante, trajando calça comprida e calça curta. No centro do grupo, encontra-se uma personalidade masculina, trajando terno e gravata, com duas crianças no colo. Na segunda e terceira fileiras, alunos trajando uniformes com botas e chapéus, nas fileiras restantes alunos vestindo paletó e gravata.

De acordo com as reportagens dos periódicos locais, o Instituto Padre Machado adotava o regime de educação familiar, com poucos alunos internos, oferecendo bom tratamento aos alunos. Em 1924, contava com um novo pavilhão dormitório.

Figura 10 - Recorte de jornal do novo pavilhão-dormitório do Instituto Padre Machado.



Fonte: Jornal *A Tribuna*, 04/11/1923, nº 497. Arquivo IPHAN.

O recorte do Jornal confirma que o Asilo de São Francisco de Assis e o Instituto Padre Machado funcionavam anexos, porém em prédios distintos. O novo pavilhão se localizava em parte do terreno que pertencia ao Asilo. Essa informação corrobora com a hipótese de que os alunos do Instituto não se misturavam com os asilados, a não ser no momento das aulas.

O Instituto Padre Machado teve sua oficialização em 11 de fevereiro de 1933, passando a ofertar Cursos Primários de Admissão e Secundário. Dentro da sua grade curricular continha programas obrigatórios de música, educação física, língua pátria e educação cristã.

Em 1935, o diretor do Instituto e do Asilo, professor Antônio de Lara Resende, relatava à mesa administrativa da VOT, por meio de uma carta, que a instituição asilar não

proporcionava ao Instituto nenhum lucro, pelo contrário, que gerava somente despesas e enorme trabalho. O diretor frisava o encargo que os asilados davam ao Instituto, principalmente na época de férias, momento que eles ficavam sem nenhuma ocupação. Provavelmente, nesse período os alunos demonstravam menos disciplina, e como estavam sozinhos, sem ajuda dos professores e dos mestres das oficinas, manter a ordem se tornava um grande desafio. Preocupados com a ociosidade que os asilados se encontravam na época das férias, a diretoria do Asilo e do Instituto providenciou um professor para lecionar aos meninos durante algumas horas do dia, afim de que a desocupação não os prejudicasse.

No contrato renovado em 1935, com a diretoria do Instituto, um novo posicionamento em relação aos asilados é perceptível. Os meninos que se destacassem por sua inteligência e aplicação seriam aproveitados no curso secundário oferecido pelo Instituto. Nesse período passa a ser responsabilidade da direção do Asilo, o Antônio de Lara Resende, as despesas com cabeleireiro, lavagem e conservação de roupa.

No dia 09 de janeiro de 1940, a Mesa Administrativa da Ordem recebeu o ofício do professor Antônio Lara de Resende comunicando que estaria de mudança para Belo Horizonte e que o Instituto Padre Machado iria com ele e que, a partir de então, não poderia mais estar na direção do Asilo de São Francisco de Assis.

Após esse período, o Asilo continuou suas atividades até por volta de 1972, momento em que realizou uma reforma no prédio da instituição. Para realizar esse feito, o diretor mandou os asilados para casa. Não foram encontrados documentos que comprovem o retorno das atividades do Asilo após o ano de 1972.

Entre os anos de 1940 e 1972, o Asilo de São Francisco de Assis não teve nenhuma outra instituição anexa. Os diretores do Asilo passaram a ser os mesários da VOT e eles eram convocados para essa função uma vez por ano. No ano de 1960, o Asilo teve uma diretora mulher, dona Diva Del-Vecchio, e contava com a colaboração de diferentes sanjoanenses, como o Frei Metello, na assistência religiosa; Dr. Cid Rangel, na assistência médica; Dona Aurea Nogueira, Ruth Rangel, Maria Longatti, Jandira Resende e Beatriz Andrade, no auxílio com gêneros alimentícios. Nota-se, nesse período, a presença de mulheres no contexto de assistência aos meninos órfãos, abandonados e desamparados.

A quantidade de asilados atendidos na instituição aumentou significativamente, de doze para quarenta meninos ao ano, com idade entre seis e dezoito anos. O ensino pedagógico era ministrado aos asilados a partir dos estabelecimentos de curso primário, como: Grupo José da Costa Rodrigues, Curso anexo, vizinho do Colégio Nossa Senhora das Dores, e o Grupo escolar Maria Teresa. Após completarem quatorze anos, os meninos eram matriculados na Escola de Artífices do SENAI. Já a formação moral dos asilados era em conformidade com a educação ética social, moral, cívica e religiosa. Além disso, eles recebiam assistência médica e odontológica dentro da própria instituição. O Asilo permaneceu com oficinas dentro da própria instituição, com a formação dos asilados voltada para o trabalho, através do ensino de ofícios.

A EDUCAÇÃO DE MENINOS NO ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS: MASCULINIDADES PRESENTES NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA SANJOANENSE

O entendimento do conceito de masculinidades é essencial para este trabalho, já que os sujeitos envolvidos no contexto pesquisado são do sexo masculino em sua totalidade. Tal conceito nos leva à compreensão de que existe uma construção cultural e histórica que ditam um conjunto de atributos do que significa ser homem. Nesta pesquisa optamos por trabalhar com termo masculinidades, no plural, assim como Machado e Seffner (2013), a fim de evitar a construção de uma “ciência da masculinidade”, que presume a existência de uma circunstância sólida e singular. Na verdade, o que existe são as masculinidades, compostas em suas diversidades etárias, de raça, entre outras especificidades.

Os documentos utilizados para apurar os dados dos asilados foram os relatórios enviados aos administradores da VOT a respeito do funcionamento do Asilo. Alguns desses relatórios foram escritos pelo diretor do Instituto Padre Machado, enquanto outros foram registrados pelo inspetor interno e pelo promotor de justiça. Além dos relatórios foram utilizadas as atas de reuniões administrativas e as folhas com a relação dos menores internados.

3.1 REPRESENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE MASCULINIDADES

O conceito de masculinidades ainda é incipiente no campo historiográfico brasileiro e mundial, principalmente se comparado com os estudos sobre a feminilidade e sobre as mulheres. Uma das hipóteses para essa situação perpassa o número de pesquisas sobre instituições que atendem meninas, que é bem maior se comparado aos estudos sobre instituições que recebem meninos. Essa quantificação pode ser observada no levantamento realizado no banco de teses e dissertações da CAPES que foram defendidas entre os anos de 2009 e 2020.

Podemos citar, como pioneira no trabalho sobre masculinidades, a socióloga Raewyn Connell¹, que publicou seu primeiro estudo referente a essa temática em 1995. Segundo a autora, a pesquisa sobre masculinidades oferece ricas bases para entender a definição, ou as definições, de homem em discussões globais (CONNELL, 2013).

A definição de homem pode ser diferente, de acordo com a cultura em que o sujeito está inserido, ou seja, a classe social e o grupo étnico nos quais os sujeitos, homens, estão inseridos; a educação e os valores apreendidos; o lugar que se vive e a religião que se segue interferem diretamente em sua prática social. Compreender e trabalhar com o conceito de masculinidades requer uma visão histórica dinâmica do gênero, uma vez que

¹ Raewyn Connell submeteu-se a uma cirurgia de transição de gênero, antes de realizar esse procedimento, a autora publicava suas produções como Robert Connell.

essa ideia de masculinidade se configura a partir de práticas organizadas em relação à estruturação das relações de gênero (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2022).

É consenso entre os estudiosos do tema que masculinidades é um conjunto de atributos que trazem significados ao masculino e, ao mesmo tempo, marcam uma oposição e uma diferença ao feminino. Nesse sentido, masculinidades é entendida, sobretudo, como relações que influenciavam as práticas e as experiências físicas, pessoais e culturais dos sujeitos dentro da sociedade. Destarte, as masculinidades são consideradas uma construção cultural e política que possuem estratégias e mecanismos, de forma consciente ou inconsciente, que impõem as desigualdades de gênero, levando em conta a idade, a cor, a religião, o nível educacional e a classe social. E a partir desses critérios divulgam novas referências a serem seguidas pelos homens.

Connell (1997) indica quatro conjuntos de definições existentes sobre masculinidades. O primeiro deles é constituído de esforços que definem um atributo visto como essencial e daí se deriva toda uma tipologia. A capacidade de decisão, a força física, a necessidade de atividade são exemplos de atributos que ultrapassam a história. O segundo grupo, estilo positivista, define o que é a masculinidade a partir da descrição dos homens “como eles realmente são”, pontuando os traços mais notáveis e transformando em anormalidade os comportamentos considerados menos frequentes. O terceiro grupo engloba as teorias dos papéis sociais e definem a masculinidade a partir do que se exige socialmente. “Nesta modalidade de análise, ser provedor, ser forte, ser líder aparecem como imperativos sociais sobre os homens, que por vezes são vistos como ‘vítimas’ destes modos de socialização que lhes ‘exigem’ o desempenho de papéis fortes” (p. 356). O quarto grupo abrange as teorizações que tratam a masculinidade como componente de um sistema simbólico e histórico a partir do estabelecimento de diferenciações entre o masculino e o feminino (CONNELL, 1997 *apud* MACHADO e SEFFNER, 2013). Será utilizado para este trabalho a terceira definição sobre masculinidades, que é a que mais se mostra válida para a compreensão do contexto educacional dos meninos do Asilo de São Francisco de Assis.

O poder do masculino, nos sistemas tradicionais, é exercido através da presença, da verdade e da autoridade proveniente dos discursos masculinos. O controle exercido através da masculinidade hegemônica, com a normatização da ordem social, por um conjunto de dispositivos de controle – discursos, valores e práticas – acaba por exercer autoridade no contexto de assistência aos meninos órfãos, como será abordado neste trabalho.

Conforme é salientado por Connell e Messerschmidt (2013), o sentido idealizado de masculinidades é encarnado no corpo e na personalidade dos indivíduos através de práticas realizadas na ação social e particular de cada contexto. Pensando nas vivências cotidianas, “há uma circulação de modelos de conduta masculina admirável, que são exaltados pelas igrejas, narrados pela mídia de massa ou celebrados pelo Estado” (p. 252), o que passa a contribuir para a hegemonia dentro da sociedade.

Oliveira (1998), se questiona o que vem a ser o papel masculino. Para o autor são necessárias algumas questões para se caracterizar o papel do masculino dentro da sociedade. Segundo ele, os sujeitos sentem a necessidade de serem diferente das mulheres; de serem superiores aos demais, de serem independentes e autoconfiantes e de serem mais poderosos do que os outros através da violência. O comportamento masculino segue um modelo de conduta que restringe a subjetividade de cada homem, desenvolvendo nele estereótipos, angústias e tensões. O fato do Asilo de São Francisco de Assis só aceitar crianças do sexo masculino revela os costumes impregnados na mesa administrativa da VOT e os discursos que perpetuavam de uma sociedade patriarcal².

Conforme consta nas folhas avulsas, encontradas no arquivo do Asilo de São Francisco de Assis, alguns critérios são apresentados e utilizados pela administração do Asilo para o aceite dos meninos. O uso desses critérios repercute nas ações sobre as masculinidades incorporadas pela sociedade, seus administradores e consequentemente adotadas pela instituição.

No recorte do jornal *O Repórter* transcrito a seguir, pode-se verificar o exercício do poder, ou seja, a produção da masculinidade, na ação de um dos diretores do Asilo São Francisco de Assis, que demonstrava sua superioridade através das ações desumanas e desastradas na direção do Asilo e no tratamento dos asilados:

O Dr. F. Mourão era desumano na direção do Asilo, os [...] pobres asilados eram entregues a trabalhos forçados na enxada e no ancinho. Agora sim, foi que vi as mãos calejadas dos pequenos confirmando sua afirmação [...]. Um homem desastrado o Dr. Mourão! Ele ao percorrer o Asilo – encontrou todas as portas sem chave, inclusive as do salão dormitório, a porta da rua, essa nem ao menos tinha fechadura – e lá estavam 21 asilados! A primeira providência do Dr. Mourão – foi mandar fechar todas as portas e trancar, de noite, a porta da rua – e os asilados fugiram todos – expulsaram-se – na frase gaiata do Dr. Mourão (O REPÓRTER, 08/12/1907).

Os prestígios produzidos pelas masculinidades produzem representações nas atitudes do homem. O privilégio inserido no modo de viver do masculino demonstra as atitudes para a legitimação do poder e dos comportamentos vistos como corretos para a sociedade patriarcal. Essas atitudes podiam ser vistas nas ações de um dos administradores do Asilo, Dr. Mourão, para com a formação dos asilados. Para manter o seu poder e disseminar seus ideais masculinos, o administrador impôs sua autoridade trancando todas as portas do Asilo e mantendo os asilados presos dentro da instituição. Conforme menciona Brito (2021), a partir do momento em que as masculinidades são tomadas como uma ficção política e produzidas socialmente por preceitos de um poder patriarcal soberano, ela se apresenta como perversa para excluídos, como os pretos, pardos e os pobres. A partir dos documentos encontrados nesta pesquisa, acredita-se que o Asilo seria um exemplo de domínio masculino que contribuiu para a manutenção

² Segundo Brügger (2007), o termo patriarcalismo está relacionado diretamente ao domínio masculino sobre a família. Para a autora, esse poder pode se manifestar em diferentes lugares, como no espaço doméstico e na esfera política.

e o funcionamento das estruturas patriarcais. Exemplo dessa ação foi a masculinidade exercida sobre os meninos asilados que tinham uma certa “liberdade” de ir e vir. Contudo, tal liberdade foi cortada com a ação do administrador, fazendo com que os meninos se rebelassem contra a sua imposição.

Diversas são as masculinidades identificadas nos diferentes contextos institucionais e culturais. Um deles é o contexto de masculinidades hegemônicas que subordina as masculinidades não hegemônicas. O padrão de hegemonia das masculinidades hegemônicas ganha força através do consenso cultural, dos discursos, da institucionalização e da marginalização. A hegemonia acaba por criar exemplos de masculinidades que possuem autoridade e poder (CONNELL; MESSERSCHIMIDT, 2013; SOUZA, 2010b).

As masculinidades hegemônicas identificadas nas ações do Asilo de São Francisco de Assis, partem da ideia de hegemonia interna, em que ocorre a ascendência social de um grupo de homens sobre todos os outros homens. No caso, a mesa administrativa da VOT exercia seu poder sobre a diretoria do Asilo, que por sua vez intervivia sobre os asilados. A movimentação exercida dentro do Asilo apresentava as masculinidades de hegemonia interna, na qual a superioridade determinava as ações de um grupo de homens sobre todos os outros homens, no caso sobre os meninos ali recolhidos.

Conforme salienta Machado e Saffner (2013), diante de nova situação em que se encontrava o Brasil, no início da República, se desejava um novo cidadão, por isso o modelo de masculinidades foi imposto e ajudou a definir quais homens seriam aceitos na nova ordem disciplinar. Com isso, novas concepções sobre o trabalho começaram a ser estabelecidas. O trabalho passou a ser visto como forma de “ascensão social e regeneração do homem” (p. 363), além de uma maneira de propiciar o sustento da família e o progresso do país. O modelo de masculinidades no contexto da República Velha esteve ligado à ideia de modernização e civilização. Pode-se dizer que “... a ‘cultura do trabalho’ era ao mesmo tempo responsável pela constituição e pelo solapamento da masculinidade...” (OLIVEIRA, 1998, p. 94). Dessa maneira, o hábito do trabalho foi ao mesmo tempo o motivo da constituição e da destruição das masculinidades, sendo utilizado como instrumento de autocrítica, de reprodução de valores patriarcais, de alimento de disputas e de jogos de poder. Portanto, o Asilo de São Francisco de Assis tinha seu discurso de formação para o trabalho pautado no enunciado de como deveria ser o homem “pobre”, útil a si e à pátria, que conseguisse sustentar a si e a sua família.

No estatuto do Asilo São Francisco de Assis de 1891, aparecem os ideais de masculinidades defendidos pelo Estado e difundidos na sociedade. O Asilo de São Francisco de Assis tinha a finalidade de educar os meninos pobres e órfãos e ensiná-los artes e ofícios para que, ao saírem da instituição, pudessem viver honestamente de seu trabalho. Ou seja, o propósito da instituição era formar o modelo de masculinidades defendido pela elite e pelo Estado brasileiro, que se manifestava em ser um homem útil, que sobrevivesse de seu próprio trabalho, ordeiro, que não causasse problemas para o governo e que fosse produtivo, gerando renda e pagando impostos.

Segundo Oliveira (1998), diversos discursos modelavam as ações da sociedade, discursos que iam além dos proferidos pelo setor médico, jurídico e científico da época, pois além desses havia os discursos morais e religiosos. Tais discursos modelaram os ideais educacionais da formação dos meninos órfãos dentro do Asilo São Francisco de Assis. Os princípios seguidos pelos dirigentes do estabelecimento buscaram inventar uma conduta masculina hegemônica adequada à formação da sociedade. Dessa maneira, diante dos discursos impostos pela sociedade, o Asilo produziu, nas relações com outros setores da sociedade, ações estratégicas para impor os comportamentos almejados pelas ações masculinas. Ou seja, educar os meninos para terem estima para com os diretores e a ordem religiosa, que deram uma formação e uma educação para aqueles “pobres meninos relegados pela sociedade”.

Inúmeros discursos são propagados dentro da sociedade e podemos relacioná-los as ações de masculinidades. Como salienta Foucault (2000), os discursos são elementos no campo das relações de força, que cumprem uma função dentro de um sistema estratégico, no qual o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. Portanto, o poder está no íntimo do discurso, porém ele não é nem a fonte nem a origem do discurso, ele é algo que age através do discurso.

As relações de poder definem as relações entre sujeitos, como “modos de ação que não atuam direta ou indiretamente sobre os outros, mas sobre suas ações” (FOUCAULT, 1984, p. 236). Nesse contexto, as masculinidades hegemônicas abrangem relações de poder que interferem nos comportamentos dos sujeitos homens. De acordo com Faria Filho e Cruz e Zica (2010), o contexto das masculinidades hegemônicas compreendem questões de poder, autonomia, força, racionalidade e repressão das emoções. Segundo aos autores, quatro elementos compunham a masculinidade do século XIX, a coragem, a liberdade, a autoridade e o respeito. O processo de masculinização se cruza com a coragem, a liberdade e, sobretudo, com o exercício da autoridade, sendo essas as preocupações que o jovem do sexo masculino, no século XIX, passava durante a sua criação.

As relações de poder operam sobre um campo de possibilidades que induzem e facilitam as ações das masculinidades vigentes dentro da sociedade. As práticas realizadas dentro do Asilo São Francisco de Assis repercutiram na concepção de sujeitos masculinos, que eram fabricados e estruturados dentro dos discursos religiosos institucionalizados. González Martínez (2022), salienta que o discurso religioso teve papel primordial no sustento das masculinidades hegemônicas. Usando como referência a hegemonia branca, católica e possuidora de recursos financeiros, o sacramento do catolicismo contribui para reforçar a dicotomia, hierarquizando o gênero e provendo a família de progenitores.

3.2 QUESTÕES DE RAÇA: A COR DOS MENINOS

Após o acesso às informações contidas nos documentos a respeito dos meninos asilados, foi possível reconhecer aspectos importantes relacionados às características

desses internos do Asilo São Francisco de Assis. Os dados encontrados direcionaram o nosso interesse para a discussão sobre o registro de cor e a presença de meninos pretos e pardos na instituição.

Conforme menciona Foucault, no livro *Em Defesa da Sociedade* (1999), o conceito de raça não é um conceito necessariamente e originariamente biológico. Raça para o autor é quando se fala de dois grupos que não têm a mesma origem local, nem a mesma língua e nem a mesma religião, ou quando dois povos possuem costumes e direitos distintos. De acordo com o filósofo, “a ideia de pureza da raça, com tudo o que comporta a um só tempo de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia de luta de raças” (p. 95). O discurso da luta de raças se transformou em um discurso revolucionário que promoveu uma arma em proveito da soberania conservadora do Estado, através de técnicas normalizadoras.

Portanto, o Estado através de seu discurso revolucionário, usou uma norma, que surgiu às custas da passagem do plural “raças” para o singular “raça”, para firmar um discurso racista. A preocupação com a pureza da raça passou a ser enunciado pelo Estado e este se tornou um imperativo de proteção do povo. Nesse sentido é que a sociedade vem, insistentemente, entendendo a raça somente enquanto cor do sujeito, uma cor desvinculada dos vários sentidos que deveriam impregnar o conceito de raça.

A imagem a seguir ilustra como era realizado o registro dos menores internados no Asilo de São Francisco de Assis, em 1930, apresentando os critérios adotados pela administração para aceitar os meninos, como a naturalidade e o domicílio, a idade, a cor e o estado civil.

Figura 11 - Folha avulsa que apresenta a relação de menores internados no Asilo no ano de 1930.

Relação dos menores internados no Asilo São Francisco de Assis.

em São João del-Rei, durante o ano de 1930:

Nome dos menores	Nacionalidade	Domicílio	Idade	Cor	Estado civil	Data de entrada	Observações
Joaquim Pedro Rosa	Brasileiro	S. João del-Rei	17	Branco	Solteiro	14 de Janeiro de 1928	
Antonio Pedro Rosa	Brasileiro	S. João del-Rei	16	"	"	6 de Março de 1928	
Antonio Belmonte	Brasileiro	S. João del-Rei	14	Pardo	"	6 de Fevereiro de 1928	
Gerônimo José Vieira	Brasileiro	S. João del-Rei	13	Branco	"	3 de Junho de 1928	
Sebastião Gonçalves Santiago	Brasileiro	S. João del-Rei	13	Pardo	"	29 de Março de 1928	
Edis Gregório	Brasileiro	S. João del-Rei	12	Branco	"	9 de Setembro de 1928	
Eldeonoro Batista da Silva	Brasileiro	S. João del-Rei	14	"	"	18 de Janeiro de 1928	
João Coelho Filho	Brasileiro	S. João del-Rei	13	Pardo	"	2 de Junho de 1928	
Ismael Gonçalves	Brasileiro	S. João del-Rei	11	Branco	"	15 de Dezembro de 1927	
Antonio Alves Magalhães	Brasileiro	S. João del-Rei	12	"	"	15 de Fevereiro 1928	

São João del-Rei, 11 de Fevereiro de 1930

[Assinatura]

Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

A Tabela 1 traz o quantitativo de menores internados de acordo com a cor de cada asilado nos anos de 1930 e 1931.

Tabela 1 - Relação de menores internados por cor no Asilo de São Francisco de Assis (1930-1931)

Ano	Branco	Pardo	Preto	Moreno
1930	5	3	2	0
1931	7	2	1	1
Total	12	5	3	1

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de folhas avulsas localizada no arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

A Tabela 1 detalha o número dos registros dos internos entre os anos 1930 e 1931. É possível perceber que os meninos brancos eram em maior número que os demais registros de cor, como pardo, preto e moreno.

De acordo com os dados presentes nos documentos referentes à relação de menores internados entre os anos de 1930 e 1931, todos eram sanjoanenses, com idade entre nove e dezesseis anos. No ano de 1930, cinco meninos foram caracterizados como pretos e pardos, com idade entre doze e treze anos e cinco meninos eram descritos como brancos. Já no ano de 1931, todos os meninos ainda eram sanjoanenses com faixa etária entre onze e dezessete anos. Nesse ano, sete meninos foram descritos como brancos, dois como pardos, um como preto e um como moreno. Percebe-se que no ano de 1930 a nomenclatura moreno não aparece, somente em 1931 é que essa terminologia surge, porém o asilado que foi identificado como moreno, em 1931 era o mesmo asilado que foi definido como pardo em 1930. Já o asilado José Coelho Filho foi reconhecido como preto em 1930, aparece como pardo em 1931. Entre os anos de 1930 e 1931 aconteceu uma troca de asilados, saindo um menor pardo e entrando um menor branco.

Por mais que essa tabela demonstre que o Asilo São Francisco de Assis recebia meninos pretos, pardos e brancos, a recorrência de entrada dos sujeitos pardos e pretos foi maior nos anos de 1926, 1927 e 1929. Conforme pode ser observado na tabela, a quantidade de meninos brancos era maior que a parcela de meninos pardos, pretos e morenos, revelando que o Asilo São Francisco de Assis recebia os meninos pretos e mestiços. Nos registros utilizados e analisados, percebe-se a presença do asilado de cor negra e morena, demonstrando que esses asilados passavam pelo aprendizado de primeiras letras e de ofício.

Movimento semelhante, de se realizar o registro de cor, acontecia na Casa de São José, em que a cor dos meninos atendidos era anotada no momento da matrícula. Segundo Castro (2019), a ação de registrar a cor se torna um ato simbólico que acompanhará o sujeito por toda a sua vida. Essa prática determina o sucesso, mas também as restrições às quais o menino poderá ser submetido dentro de uma sociedade impregnada pelo

preconceito contra determinada cor de pele. Assim como no Asilo São Francisco de Assis, na Casa de São José o número de meninos brancos predominou, com ocorrências maiores de pardos e em menor proporção os indivíduos pretos.

A Figura 12, que é apresentada a seguir, ilustra bem as características dos meninos atendidos e a proporção de meninos negros e pardos para com os brancos. Percebe-se que no momento dessa fotografia, que a maioria dos meninos internados no Asilo eram negros e pardos.

Figura 12 - Asilados sentados na mesa, s/d.³



Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

A partir dos dados elencados da relação de menores internados no Asilo nos anos de 1930 e 1931 e da Figura 11, ficou perceptível que o registro da presença de asilados de cor negra ocorreu em número menor em relação à cor parda e à branca, conforme foi observado nos registros de matrículas. Porém, podemos confirmar a presença de alunos negros dentro da instituição através da imagem apresentada e do quadro utilizado.

No período de registro dos meninos asilados do Asilo de São Francisco de Assis, o Brasil estava inaugurando uma nova era. O movimento da escola nova marca o início

³ Por mais que não conseguimos datar a fotografia utilizada, assim como outras que aparecerão, utilizaremos essas fotografias para ilustrar e ajudar na compreensão do ser menino asilado no Asilo São Francisco de Assis.

de uma nova educação no Estado de Minas Gerais. A educação passou a se relacionar com a concepção de cidadão. Estratégias começaram a ser pensadas para inserir na população novos hábitos, condutas e valores. A ciência foi utilizada como pretexto para disseminar discursos eugênicos e higienistas, a fim de conter o povo brasileiro. Identificar as diferenças seria uma estratégia utilizada para conter a diversidade, para que esse sujeito não se tornasse perigoso e que fosse então controlado (VEIGA, 2000). Controlar essa criança negra e pobre seria colocá-la em uma instituição nos moldes de internato, longe da sociedade, dos vícios, da mendicância e de seus sonhos.

Algumas práticas foram adotadas para continuar a marginalização dos mestiços. A mestiçagem foi entendida como um obstáculo para uma possível afirmação do país no panorama internacional, como uma potência mundial e científica. Diante disso, a tese do branqueamento surgiu como forma de acomodação do legado escravista, fundamentando a segregação da participação da baixa sociedade e considerando a superioridade da raça branca (CASTRO, 2019).

Por esse motivo, movimentos relacionados à raça tiveram uma ação significativa no Brasil no início do século XX, dentre eles o movimento eugenista. A questão central nos debates eugenistas, no mundo e no Brasil, era a rejeição da miscigenação racial, vista como contraevolutiva e um obstáculo para o progresso, que derivava da hierarquização biológica das raças. Os eugenistas definiram padrões de superioridade e de inferioridade entre os sujeitos em que a mistura das raças foi vista como um elemento de retrocesso no processo de evolução biológica da espécie humana (ROCHA; OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Peixoto (2000),

A eugenia é uma constante no período histórico que atravessa. A fundamentação ideológica racial imposta por Adolf Hitler [...]. Essa "pureza racial" será perseguida pela grande maioria dos países na década de 30. [...] países notadamente os de população miscigenadas como o Brasil, preocupam-se em depurar a raça. A eugenia orienta pois uma prática social, voltada para a preservação da raça e da pátria. Seu objetivo é a robustez infantil e a depuração da raça, pelo desenvolvimento de uma infância laboriosa, ativa (no sentido de trabalhadora), disciplinada, higiene e obediente (p. 96).

No final do século XIX e na primeira metade do século XX, motivos diversos conduziram a aplicação da eugenia. Dentre eles, estava a preocupação em construir uma sociedade limpa, sem pessoas anormais, doentes, criminosas e deformadas. Segundo Rocha e Oliveira (2015), "...os homens não brancos eram considerados intelectualmente e biologicamente inferiores..." (p. 299). A partir da noção de degenerescência humana, o ser eugênico compreendia questões de raça, criminalidade, saúde, caráter, normalidade física e mental, beleza e entre outros. Consequentemente a eugenia era aplicada de formas variadas de acordo com motivações que derivavam de questões econômicas, estéticas, raciais e utópicas e até mesmo questões que envolviam a filantropia.

Para Foucault (2010), o eugenismo era visto já nos fins do século XIX como uma tecnologia que operava com o problema da hereditariedade, buscando a purificação da raça

e da correção do sistema instintivo⁴ dos homens por uma depuração da raça. A tecnologia eugênica funcionou desde seus fundadores até a ação mais marcante para sociedade, no caso o nazismo liderado por Hitler no início do século XX. Segundo o filósofo, o nazismo foi uma ordenação eugênica da sociedade, em que comportava e intensificava micropoderes sob uma cobertura de uma estatização ilimitada, ou seja, o direito à vida e à morte era exercido pelo Estado e por qualquer indivíduo, acompanhado por uma exaltação onírica de um sangue superior, a raça ariana, que implicava o genocídio dos outros.

No final da década de 1920 e início de 1930, o Brasil passava por uma ebulição com o fim da escravatura, e não houve qualquer política de ação social para receber a parcela da sociedade vinda dessa campanha popular. Viram nas teorias da eugenia, incluída na Constituição Federal em 1937, um caminho a ser seguido para eliminar o diferente, o anormal, os inferiores. De acordo com Guimarães (2011), esse discurso eugenista se acentuava quando direcionado à infância, sendo criadas estratégias diversas para diferenciá-las e enquadrá-las dentro de normas e modelos predefinidos. Dentre tais estratégias estaria o discurso da psicologia que, no início do século XX, produziu a infância anormal, considerada distante dos padrões de conduta determinados pela sociedade da época, devendo ser igualada pela ação educativa para o convívio em sociedade. Ao analisar a ata de reunião da VOT, datada em 01 de julho de 1888, que versa sobre a construção do Asilo de São Francisco de Assis, acredita-se que a instituição foi criada pensando também nessa parcela da sociedade, os filhos de ex-escravos, pretos, pardos e pobres. Uma das justificativas apontadas seria a importância da fundação do Asilo após a Lei de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão do Brasil⁵. No 2º item do parecer sobre a criação do Asilo, a comissão responsável pela construção da instituição solicita “... que o definitório se dirija a Câmara dos Deputados Gerais e dos Deputados Provinciais, bem como a Câmara Municipal desta cidade, pedindo auxílios para a realização desta importantíssima fundação, cujo alcance torna-se incontestável depois da Lei de 13 de maio...” (TERMO DE DELIBERAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, 1888, p. 13).

Mesmo não tendo sido encontrado registros sobre a cor dos primeiros asilados recebidos pelo Asilo, no ano de 1891, acredita-se que houve a presença de libertos, sobretudo porque a instituição foi fundada no contexto posterior à promulgação da Lei Áurea. Fato semelhante foi detectado na pesquisa de Douglas de Araújo Ramos Braga (2014), na qual o Asilo de Meninos Desvalidos, instituição criada na Capital, Rio de Janeiro, no ano de 1870, foi fundado em meio à promulgação da Lei do Ventre Livre para receber as crianças libertas (BRAGA, 2014).

4 Segundo Foucault (2010), o ato instintivo era visto como um conjunto de impulsos, pulsões, tendências e propensões, enfim todas as noções e todos os elementos que ordenam e representam ações derivadas e subordinadas.

5 A Abolição da Escravatura foi resultado de um movimento intenso para pôr fim no trabalho escravo no Brasil. A abolição foi promulgada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel. O Brasil foi o último país do ocidente a acabar com a escravidão.

No documentário *Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil*⁶, do ano 2016, dirigido por Belisário Franca, é relatado o contexto de um grupo de meninos órfãos e negros, residentes no Orfanato Romão de Mattos Duarte, orfanato da capital do Brasil, Rio de Janeiro, que foi escolhido e levado para a Fazenda Santa Albertina, em Campina de Monte Alegre, interior de São Paulo. Nesse novo local, os meninos ficaram isolados de tudo e eram escravizados, a ponto de terem seus nomes trocados por números.

Podemos dizer que, assim como a Fazenda Santa Albertina, o Asilo São Francisco de Assis também exerceu a prática defendida pelos eugenistas, uma vez que recebeu os meninos órfãos, pobres pretos e pardos que fugiam da proposta idealizada pelo movimento eugenista e que eram vistos como pessoas impróprias a habitar as ruas da cidade sanjoanense. Ao se distanciarem dos princípios idealizados pelo novo governo republicano, esses meninos foram cerceados não só em um novo espaço físico, mas também nos seus hábitos e condutas sociais.

Conforme afirmam Ferreira e Gondra (2016), as décadas de 1920 e 1930, caracterizavam com maior intensidade a figura do “menor”, adjetivado de diferentes formas: pobre, órfão, desvalido, infrator, dentre outros. Para reduzir a presença desses menores nas ruas, várias instituições foram mobilizadas e utilizadas como abrigo, tais como: o exército, a marinha, os institutos de recolha e educação. Dentro desses lugares, eram autorizadas práticas de punição dos meninos, que recebiam castigos físicos e o trabalho era visto como uma forma de contenção do ócio. Nesses locais, os menores ficavam até ter sua maioridade e terem condições de sobrevivência.

Assim como acontecia na Fazenda Santa Albertina, do Documentário *Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil*, acredita-se que ocorria no Asilo São Francisco de Assis, ou seja, salvava/escravizando os meninos que viviam à margem da sociedade, dando-lhes o mínimo de aprendizado e de sobrevivência. Outra informação importante sobre a Fazenda se refere ao fato de que um dos administradores era filho do maior benfeitor da Ordem religiosa da Irmandade da misericórdia do Rio de Janeiro, o que se assemelha ao Asilo São Francisco de Assis por ser administrado por uma das mais importantes irmandades da cidade São João del-Rei, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, composta pela elite branca sanjoanense.

Portanto, o modo e por quem essas duas instituições eram administradas demonstra homogeneidade dos discursos e das mobilizações para com a parcela da sociedade preta, parda e marginalizada. Como a raça foi uma ideia e uma prática aguçada após a Abolição da Escravatura, uma política de branqueamento foi instaurada através do eugenismo, pois pretendiam excluir e cercear o grupo que era inferior para uma nação civilizada.

6 O documentário *Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil* é resultado da pesquisa de doutorado do historiador Sidney Aguiar Filho. O pesquisador utilizou fontes oficiais, midiáticas e relatos de vida de cinquenta meninos órfãos sob a guarda do juizado de menores do Distrito Federal. Para o autor, os meninos atendidos no orfanato Romão Duarte foram vítimas de uma política de estado, através do artigo 138 da Constituição de 1934, que estimulava a educação eugênica, favorecendo a segregação das crianças pobres, abandonadas e órfãs (2011).

3.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA EM UMA INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL

A disciplina não é identificada como uma instituição e nem como um aparelho; ela é um tipo de poder, uma categoria para exercê-lo, que comporta um conjunto de técnicas, de instrumentos, de procedimentos, de alvos, de níveis de aplicação; ela é uma tecnologia de poder. A disciplina pode ficar sob responsabilidade de instituições consideradas especializadas, como as penitenciárias ou as casas de correção do século XIX; ou em instituições que servem como instrumento essencial para um determinado fim, como as casas de educação e os hospitais. Essas instituições possuem maneiras específicas de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder, como os esquemas escolares e militares. Os diversos locais da sociedade fazem uso de aparelhos próprios de disciplina com princípio de funcionamento interior, como o disciplinamento dos aparelhos administrativos e de aparelhos estatais que possuem função de fazer reinar a disciplina na escala da sociedade (FOUCAULT, 2020).

De acordo com Foucault, o sistema disciplinar incide sobre o corpo e a mente do sujeito, como um sistema que rege um saber-poder que acaba por refletir em efeitos disciplinares e regulamentadores. Para o autor, o sistema disciplinar refere-se a um mecanismo que envolve um regime de poder que, entrelaçado com distintos saberes, técnicas e discursos, produz saberes que vão servir como meio para moldar comportamentos dos sujeitos e produzir padrões de vigilância e de controle conforme um regulamento ou um padrão de normalidade estabelecido (FOUCAULT, 2020).

O estatuto do Asilo São Francisco de Assis servia como um instrumento de controle dos comportamentos dos asilados, da direção e da administração da instituição. Tanto que, em seu artigo 13, uma das exigências era manter a boa ordem e a moralidade do estabelecimento. Além disso, nos relatórios enviados à Secretaria do Interior entre os anos de 1911 e 1915, a disciplina foi elogiada como boa, dando felicitações ao educador responsável e aos educandos.

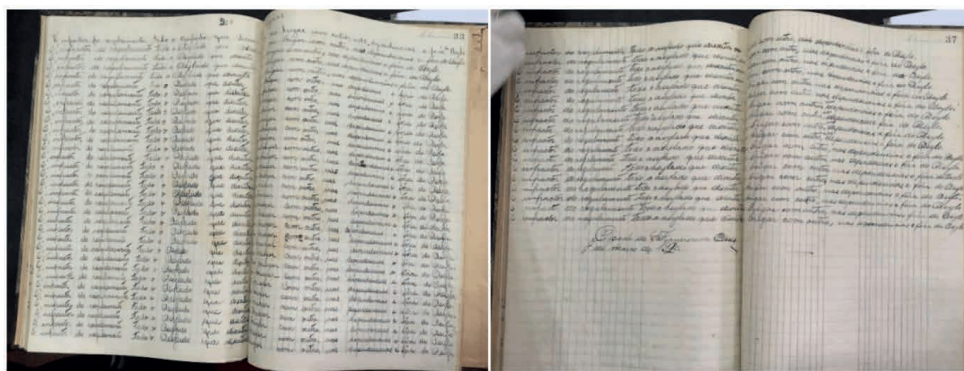
Conforme foi possível verificar, no recorte da carta do diretor do Asilo enviada aos membros da VOT na década de 1920, o asilado José Maria da Silva tinha se tornado um elemento inconveniente ao estabelecimento. Ele apresentava comportamentos que iam contra o defendido pela instituição e pelos seus administradores, como por exemplo, maltratava outro asilado de idade menor, a ponto de produzir escoriações e contusões no pequeno. Além disso, o asilado José praticava atos de sedução contra a empregada do diretor. O jovem desrespeitava as ordens, não comparecendo para as refeições e nem para dormir e insubordinava contra o regulamento do Asilo que prezava tanto pela disciplina.

O asilado que não seguisse o regulamento e que corrompesse com os costumes do Asilo de São Francisco de Assis era expulso da instituição para não aguçar nos outros asilados comportamentos parecidos. Como a má conduta era vista como prejudicial ao funcionamento do Asilo, os meninos que infringissem as normas do estabelecimento eram banidos da instituição.

Como pode ser observado nos diversos documentos do Asilo, entre eles cartas, cláusulas de contratos, regulamentos e relatórios, os administradores do Asilo honravam o bom comportamento e se preocupavam em manter a ordem dentro do estabelecimento. O fato de os asilados desenvolverem funções dentro da instituição, como servir a mesa, pode ser considerada uma maneira de manter a disciplina e o bom comportamento dentro da instituição.

Outro método utilizado pelo Asilo para disciplinar os asilados era a reprodução manuscrita de frases que versam sobre o comportamento aceito dentro da instituição.

Figura 13 - Cópia realizada por asilado, 1920.



Fonte: Arquivo da Igreja de São Francisco de Assis.

Conforme pode ser verificado na Figura 13, a cópia realizada por um asilado, em março de 1920, é uma demonstração de prática de disciplinamento utilizada pelo Asilo de São Francisco de Assis. O asilado que fugisse das regras, brigasse ou discutisse com outro asilado dentro ou fora da instituição seria punido com 200 cópias da frase: “É infrator do regulamento todo o asilado que discutir ou brigar com outro, nas dependências e fora do Asilo”. É importante destacar que essa cópia foi encontrada dentro de um livro de atas do Asilo. Esse detalhe de armazenamento da cópia evidencia que era uma prática utilizada pela instituição, porém ela teria que ser realizada com cautela, em materiais de difícil acesso para os sujeitos que não pertenciam à administração da instituição.

O diretor do Gymnásio de São Francisco de Assis, que administrou o Asilo de 1909 a 1919, destacava a sua obrigação de manter no período de férias oficinas para os asilados aprenderem ofícios e não ficarem na ociosidade. Essa também pode ser uma forma de manter a disciplina dentro da instituição, uma vez que manter os meninos ocupados não permitiria que eles ficassem indisciplinados. Essa obrigação de manter os asilados ocupados durante o período de férias foi reforçada no contrato de renovação entre a VOT e diretor do Instituto Padre Machado, Antônio de Lara Resende, no ano de 1925. Conforme foi mencionado e acordado entre as partes, os asilados durante as férias,

receberiam ensinamento através de um curso especial ou aprenderiam algum ofício através de oficinas. A VOT ressaltava ainda que, a aprendizagem de algum ofício era preferível, uma vez que eles queriam que os meninos sássem da instituição sabendo sobreviver através de seu trabalho. Além disso, vale ressaltar que o disciplinamento dos meninos era executado também através da vigilância, uma vez que os asilados eram observados dentro de todas as repartições do Asilo. Essa sentinela acontecia, inclusive, sob supervisão dos administradores do Ginásio de S. Francisco e do Instituto Padre Machado.

A preocupação com a disciplina no estabelecimento durante as diferentes administrações que o Asilo teve, aponta para um contexto em que o comportamento dos asilados era algo que estava como um dos objetivos principais da instituição.

Conforme já mencionado, a disciplina, segundo Foucault (2020), pode ser imposta de diversas formas, como é o caso do disciplinamento dos aparelhos administrativos. Diante disso, considera-se importante trazer para análise a organização disciplinar da administração do Asilo. Visto que os irmãos administradores eram responsáveis pela administração, fiscalização, recebimentos e conservação da boa ordem, da moralidade do estabelecimento e da disciplina dos asilados. Conforme salienta Vieira (2011), no Asilo de Órfãos de Santos, objeto de pesquisa de doutorado da autora, a disciplina desse estabelecimento também se iniciava na sua administração para então chegar aos asilados. A instituição pregava o discurso de que para ensinar e exigir disciplina é preciso, antes de tudo, ser disciplinado e essa disciplina se iniciava no planejamento das ações dos responsáveis pelo funcionamento do estabelecimento.

Outro enunciado pregado pelo Asilo de São Francisco de Assis estava ligado à anormalidade dos asilados. Essa condição era ressaltada nas cartas trocadas entre o diretor do Asilo, Antônio de Lara Resende e os administradores da VOT, e nas cláusulas de renovação do contrato entre os dois administradores.

[...] não poderão admitir-se no Asilo meninos tolos ou cretinos, como temos atualmente. É preciso notar que o Asilo não é uma instituição própria para tais meninos anormais, que dificultam a disciplina e nada aproveitam...
(CLÁUSULAS PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO ENTRE A VOT E O INSTITUTO PADRE MACHADO, 1925).

Após dirigir o Asilo por cinco anos, Antônio de Lara, frisou para os mesários da VOT que o Asilo não poderia receber aqueles que destoassem dos pressupostos erigidos pela direção.

De acordo com Foucault (2010), o sujeito anormal era considerado como um estagnador das condutas ao seu redor. Para o autor, que pesquisou o contexto do século XIX, o indivíduo anormal era marcado na prática médica, na prática judicial, nas instituições e no saber como um monstro, um incorrigível e um onanista, rodeado por dispositivos de retificação. Em suma, o sujeito anormal que as instituições, os saberes e os discursos se encarregavam de criar, advinham tanto da exclusão jurídico-natural do monstro, do

agrupamento de pessoas indóceis corrigidos pelos institutos de correção, quanto do universo da sexualidade infantil. Esses seres se viam marcados pelas piores singularidades. Vale a pena destacar que, o ser incorrigível, para Foucault, fazia parte de um sistema ligado à psicopatologia das sensações, da motricidade e das aptidões. Esse sistema se conectava a uma teoria geral da degeneração, que serviria como justificativa social e moral para as técnicas de localização, classificação e de intervenção sobre os anormais. Para isso, instituições específicas se organizavam para recepcionar esses sujeitos e defender a sociedade.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a anormalidade passou a ser considerada uma especificidade da infância. Diante dessa situação, os saberes médicos-pedagógicos do início do século XX, disseminavam categorias, recomendações higiênicas e pedagógicas, além de serviços especializados em relação à norma médica à infância pobre e desvalida. Os estudos médicos estrangeiros da época, classificavam as anormalidades das crianças como seres instáveis, indisciplinadas, atrasadas, débeis e surdas. Porém, insatisfeitos com essa classificação, autores brasileiros, como Basílio de Magalhães, Fernandes Figueira, Clemente Quaglio, entre outros, incluíram na listagem das anormalidades conceitos variados: imbecil, idiota, preguiçosos, imbecis morais, incorrigíveis, indisciplinados, desequilibrados, crianças maltratadas, abandonadas, viciadas (LOBO, 2019). Exemplo de aplicação dos ideais médico-pedagógicos foi a atuação de Moncorvo Filho⁷ e de seu grupo de trabalho através do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI).

Um dos motivos do diretor do Asilo de São Francisco de Assis não querer receber e formar os meninos considerados anormais, tolos e cretinos, partia do pressuposto de que estes sujeitos ocasionariam problemas dentro da instituição. O diretor, assim como a sociedade do século XX, coadunavam com o discurso da época, de se ter uma instituição própria para esses indivíduos problemas. De maneira clara nos contratos, o Asilo não seria o local que receberia os meninos considerados anormais.

A preocupação com a disciplina do Asilo era reforçada o tempo todo, seja nas cláusulas dos contratos, seja em cartas ou nas punições caligrafadas. De acordo com as cláusulas 20 e 21 do contrato de renovação entre a VOT e o diretor do Instituto Padre Machado, Antônio Lara de Resende, a permanência de asilados dentro do Asilo após completarem dezesseis anos e após estarem preparados em primeiras letras e aptos a empregar-se não seria mais admitida. Essa proposta mostra que, a experiência que o diretor teve com os asilados maiores de dezesseis anos instruídos e formados em um ofício não foi tão atrativa para sua administração. Ele defendia a não permanência desses

7 Arthur Moncorvo Filho foi um médico-filantropo que formulou modelos ideológicos e institucionais de assistência à criança. Ficou reconhecido como precursor das políticas de proteção à infância brasileira ao lado de Fernandes Filgueiras, gestor público que tinha vinculação a Oswaldo Cruz e à escola de Manguinhos. Moncorvo Filho foi fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), em março de 1899 (FREIRE e LEONY, 2011; KUHLMANN JR., 2015).

asilados em favor do atendimento de outros meninos necessitados e principalmente pela disciplina moral do estabelecimento.

Diante das análises apresentadas sobre a disciplina e o comportamento prezados pelo Asilo São Francisco de Assis, percebeu-se que os administradores da VOT, juntamente com os diretores do Asilo se preocupavam em impor e cobrar atitudes disciplinadas.

3.4 FORMAÇÃO PARA UM OFÍCIO: O TRABALHO COMO PARTE DA EDUCAÇÃO DOS ASILADOS

"O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana!" (PEIXOTO, 2000).

O trabalho era visto como uma condição para ascensão da integridade humana, isto é, a partir de novas representações do trabalho este foi apresentado como capaz de promover a ascendência social e a regeneração do homem. Mediante o trabalho, o sujeito trabalhador era valorizado a partir dos ideais de progresso e civilização, desta forma, através do trabalho, a família era sustentada e o país se desenvolvia (MACHADO e SEFFNER, 2013).

Segundo Reis (2002), nas sociedades modernas, o trabalho tem uma organização própria, definida historicamente. Com a chegada da industrialização, profundas transformações aconteceram na função e nas características do trabalho. Assim, o trabalho se definiu como uma atividade essencial e necessária para a preservação, a subsistência e a reprodução da vida humana. Além disso, o trabalho se vinculou ao processo de moralização para formar trabalhadores que atendiam aos preceitos do mundo capitalista industrial em crescimento (SOUZA, 2004). Portanto, desde o início do processo de industrialização, as relações de trabalho na sociedade capitalista, especialmente quando implantada no Brasil, condicionou a miséria que grande parte da população se encontrava.

Diante da situação vivida pelos trabalhadores pobres, durante o processo de industrialização, diferentes estratégias tiveram que ser mobilizadas, entre elas a utilização da força de trabalho das mulheres e das crianças. Embora a Revolução Industrial não tenha sido o momento histórico pioneiro no uso do trabalho infantil, as alterações das bases técnicas de produção criaram condições para o uso da força de trabalho infantil. Merece destaque a fácil adaptação das crianças aos instrumentos de trabalho e o baixo custo da mão de obra infantil. No entanto, o trabalho infantil, utilizado no início da industrialização, foi sendo abandonado aos poucos e direcionado para outros setores. Como as famílias viam no trabalho das crianças uma estratégia de sobrevivência, esses pequenos trabalhadores acabavam sendo incorporados em outros setores informais da economia (REIS, 2002).

No Brasil a visão do trabalho não foi diferente, principalmente no que se refere à exploração de mão de obra infantil. De acordo com Rizzini (2021), a sociedade brasileira

tem uma longa história sobre o trabalho infantil, sobretudo quando direcionado às crianças pobres. Esses pequenos trabalhadores prestavam serviços para seus donos, no caso de crianças escravas da Colônia e do Império, e para a elite no início da industrialização⁸, como aconteceu com as crianças órfãs, abandonadas e desvalidas a partir do final do século XIX. Inclusive, o trabalho de menores chegou a ser debatido como solução para o problema do menor delinquente e abandonado.

No século XVIII, a educação fornecida aos menos favorecidos se baseava na aprendizagem de ofícios mecânicos⁹, como os de alfaiate, sapateiro, marceneiro, funileiro entre outros, a fim de garantirem um sustento. A aprendizagem do ofício mecânico era utilizada como instrumento de educação não escolar, que norteava o aprendiz para o trabalho e a ordem, ou seja, os mestres tinham a responsabilidade de formar o jovem para a atividade mecânica e para os comportamentos cotidianos. A educação de alguns escravos se englobava nesses mesmos preceitos, a fim de fazê-los aumentar os rendimentos de seus senhores (ROMEIRO; BOTELHO, 2003; GORGULHO, 2014). O ensino de ofícios, assim como a escrita e a leitura, tinha finalidades morais. Para as camadas mais baixas da sociedade, o aprendizado de ofícios era propenso para garantir a sobrevivência. Dessa forma, o mundo do trabalho apresentava para os meninos a hierarquia da sociedade e o trabalhador tinha seu lugar social marcado e oficializado.

Vale ressaltar que, a Reforma Educacional promovida pelo ministro Luís Pedreira Couto Ferraz, em 17 de fevereiro de 1854, a partir do Decreto nº 1.331-A, relacionava a formação profissional ou a aprendizagem de ofícios apenas à condição de mendicidade de menores que seriam recolhidos em casas de asilo (NASCIMENTO, 2020). Destaca-se que, até meados do século XIX, a palavra menor, aludia originalmente a uma pessoa de menoridade. Porém, a partir do Código Penal de 1890, o termo menor, passou a ser usado com mais frequência como um caráter pejorativo, que buscava identificar a condição social de crianças órfãs pobres, negras, mestiças, assim como dos sujeitos desvalidos, ou seja, carentes de valor social e econômico. De acordo com Veiga (2019), a expressão menor aparecia nos registros, nos relatórios do governo, nos documentos escolares, na legislação e nos jornais da época, de modo muito discriminante, na definição de jovens abandonados, infratores e trabalhadores.

8 A legislação da época da industrialização permitia o trabalho infantil a partir de 12 anos, e foi somente em 1934 que aconteceu a proibição do trabalho infantil (PEIXOTO, 2000; RIZZINI, 2021).

9 No período colonial, ofícios mecânicos constituíam atividades manuais, com o exercício laboral de homens e mulheres para a elaboração de produtos e prestação de serviços fundamentais para a sobrevivência das populações. Em 1569, a Câmara de Lisboa designou Duarte Nunes de Leão para estruturar os regimentos dos ofícios nascendo assim as *Posturas gerais para os oficiais mecânicos* e um modelo a ser seguido por todos os ofícios, e essa legislação perdurou até 1834. Nas Minas Gerais, no século XVIII, os *regimentos* de ofícios limitavam-se em relatar a atividade inerente a cada ofício e a relação de preços a serem cobrados pelos produtos colocados no mercado. A *aprendizagem* era regulada pelo costume e pela tradição, não possuía instrumento legal que orientasse os princípios a serem seguidos pelas oficinas e pelos mestres. Portanto, os oficiais mecânicos nas Minas Gerais do século XVIII e início do século XIX, induzia a personalidade social embasada na ação individual e associada ao exercício cotidiano do trabalho. Os mais destacados ofícios mecânicos eram: carpinteiros e demais ofícios da madeira; ferreiros confeccionando instrumentos de trabalho; pedreiros, oleiros, cantareiros e os vários ofícios da construção civil; cirurgiões e alveitares, sapateiros e alfaiates (ROMEIRO; BOTELHO, 2003).

Com a abolição da escravidão, diversas foram as iniciativas, privadas e públicas, a respeito do trabalho infantil, de preparar a criança para o trabalho, na indústria e na agricultura. A história da escravidão revelava que a criança trabalhadora se demonstrava uma mão de obra mais dócil, mais barata e mais fácil de adaptação. Porém, as condições de trabalho às quais as crianças estavam submetidas eram péssimas. Elas recebiam uma má alimentação, trabalhavam em ambientes insalubres sob longas jornadas de trabalho, além de serem tratadas com autoritarismo e de serem vítimas de uma alta incidência de doenças, como a tuberculose.

Nos debates republicanos sobre a infância desvalida¹⁰, para além da preocupação em zelar pela ordem social e instituir mecanismos de controle moral que introduzisse princípios do trabalho aos menores das classes populares, estiveram presentes a associação entre raça e trabalho. De acordo com Veiga (2019), a elite brasileira naturalizou de modo radical o trabalho infantil e o aprendizado de um ofício como solução para os problemas sociais brasileiros. Essa ação aconteceu porque a alta sociedade estava instigada pela herança da escravidão de crianças negras e pelas práticas de tratamento das crianças pobres.

A ligação entre raça e trabalho obteve ênfase desde a publicação da Lei do Ventre Livre em setembro de 1871¹¹, quando o governo e a elite começaram a pensar o que fazer com as crianças libertas no ventre. Assim, a partir de 1870, começaram a surgir propostas educacionais voltadas à aprendizagem de ofício e do trabalho agrícola para os filhos de ex-escravos e crianças pobres. Esses trabalhadores infantis eram ligados às câmaras examinadoras, irmandades, confrarias e corporações, logo, as instituições pensadas para atender as crianças pobres e negras, tinham como propósito conduzi-las ao trabalho, tais como Escolas de Reforma, Patronatos Agrícolas, Asilos de crianças abandonadas, Escolas de Aprendizizes e Colônias Orfanológicas¹² (FONSECA, 2002; VEIGA, 2019; NASCIMENTO, 2020).

Para Rizzini (2021), muitas crianças e jovens eram recrutados nos asilos de caridade, sob o discurso de oportunizar lhes uma formação útil, tirando-os da criminalidade e da vagabundagem. Inclusive, esse discurso também era defendido nos Estados Unidos¹³.

10 O termo “infância desvalida” passou a ganhar mais ênfase após 1870, quando incluíram nessa categoria os filhos das classes populares, mulatos, pardos e indígenas (LOBO, 2020).

11 A lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, determinou que todos os descendentes nascidos da mulher escrava teriam sua liberdade. Até os oito anos ficariam sob o poder e a criação dos senhores de suas mães, e após completarem oito anos seriam alforriados (NASCIMENTO, 2020).

12 Conforme mencionado por Maria Luiza Marcílio (2019), disseminaram em vários estados instituições agrícolas, como as Colônias e os Patronatos Agrícolas. No início da República, criaram em Minas Gerais o Instituto João Pinheiro, em 1909; o Aprendizado Agrícola de Barbacena em 1910 e o Patronato Agrícola na cidade de Caxambu em 1918. Após a aprovação das Leis de assistência e proteção a menores abandonados de Minas Gerais, em 1927, foi criado em São João del-Rei, em 1929, a Escola Padre Sacramento, uma instituição de preservação com princípios do trabalho agrícola (BASSI, 2017).

13 Nos Estados Unidos, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, com exceção dos trabalhos domésticos, jornaleros, agrícola, no cinema e teatro, foi regulamentado pelo Ato de 1938. Após esse período o valor econômico do trabalho foi substituído pela fundamentação moral e educativa. No Brasil, a primeira intenção de regulamentar de modo mais sistemático a jornada de trabalho e o limite de idade foi sancionado no Decreto nº 1.313 de 17/01/1981 (VEIGA, 2016). Foi somente em 12/10/1927, com a aprovação do Decreto nº 17.943 conhecido como “Código de Menores”, que aconteceu a regulamentação do trabalho infantil em nível nacional. No capítulo IX, aparecem as novas regras a serem

No final do século XIX, os favoráveis à regulamentação do trabalho infantil defendiam a autenticidade moral, pois seria melhor trabalhar do que ficar vadiando ou roubando. Destacavam ainda que, manter a criança útil, ou seja, trabalhando, já era um costume das classes pobres (VEIGA, 2016).

Inserido nesse contexto está a proposta de formação para o trabalho do Asilo de São Francisco de Assis, que com o intuito de recolher os meninos órfãos e pobres, a fim de educar, cuidar e formar as crianças e os jovens, além de fornecer alimentação, moradia, asseio e agasalho. Além disso, proporcionava a formação em ofícios mecânicos e aprendizagem de primeiras letras para prepará-los para sobreviverem dignamente de seu trabalho.

Conforme já foi mencionado, com o início da República, novas preocupações surgiram. O país precisava de uma população que impulsionasse a economia nacional, com isso pensaram em formar e disciplinar os sujeitos a partir do trabalho na indústria e na agricultura. A partir de então, diversas mobilizações começaram a ser implementadas. Institutos, escolas profissionais, patronatos e colônias agrícolas¹⁴, para formar a futura mão de obra nacional. Na década de 1920, garotos recolhidos da rua eram enviados pelo juizado para colônias, onde eram preparados para o trabalho agrícola. Para as crianças internadas em instituições para menores abandonados, o trabalho em oficinas ou no meio rural apresentava como uma função econômica e moral.

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho (p. 380).

No Asilo de São Francisco de Assis, no início do século XX, que foi criado e administrado por uma congregação religiosa e que recebia auxílio do governo federal, a formação dos meninos asilados percorria o mesmo rumo que no restante do país, a formação para o trabalho. Além disso, as notícias que circulavam na cidade mostravam que os “pobres” asilados eram forçados a trabalhar na enxada e no ancinho. Os meninos eram entregues à labuta e as marcas do árduo trabalho eram deixadas em suas mãos, pois elas eram calejadas. Conforme era apontado pelo colunista Sylvio Célio, do jornal do Repórter, em 1907, o resultado dessas atividades demonstrava o quão era desumano o diretor do Asilo, a partir do momento que fazia aquelas crianças trabalharem. Esse apontamento do crítico Sylvio mostra que, por mais que o trabalho infantil fosse comum no início do século

seguidas, ou seja, o trabalho de menores de 12 anos e a jornada noturna estavam proibidas; jornada de seis horas e exigência de certificado de estudos da educação primária (Brasil, 1927).

¹⁴ As colônias ou escolas agrícolas eram estabelecimentos rurais que forneciam formação técnica em agricultura, no regime de internato que recebiam crianças órfãs libertas e ingênuas (NASCIMENTO, 2020).

XX, a ação do diretor do Asilo era considerada cruel. Além disso, a nota emitida no jornal, assim como, os dados encontrados na carta enviada ao Arcebispo de Mariana no ano de 1920, sobre a horta do Asilo, que contava com um vasto pomar, apontam uma formação dos asilados para além dos ofícios mecânicos, mas também de formação para o trabalho agrícola. Como afirma Rizzini (2021), o ensino da prática agrícola entre os menores era uma prática muito comum no século XX.

Para além da agricultura, o Asilo também ministrava instrução profissional. De acordo com Nascimento (2020), desde o período colonial, a Coroa Portuguesa passou a importar e a praticar a aprendizagem de ofícios de forma obrigatória aos mais pobres e excluídos da sociedade, como os órfãos, os desvalidos e os abandonados. Nos anos oitocentos, essa prática se amplia e se torna oficializada pelo Estado Imperial. As práticas de aprendizagens de ofícios continuavam seguindo os moldes coloniais, na qual existia a presença de uma cultura de ensino profissional a partir das ações de instituições religiosas, filantrópicas e de iniciativa civil.

Na carta enviada a Diretoria Geral de Estatística, em 1917, o Asilo de São Francisco de Assis estava entre os estabelecimentos que ministravam formação para o trabalho. Desde 1900, aparecia nas colunas jornalísticas menção sobre a grande fábrica de Sabão e Sabonetes da instituição. Conforme declarado pelo redator do jornal O Combate (1900), o “gênero de higiene pessoal” era de primeira qualidade, com produtos vindos do exterior. Além disso, a fábrica era decente para se ter o apoio de todos os sanjoanenses, pois essa indústria além de gerar rendas para a manutenção da instituição formava os asilados para o trabalho, pois ao que tudo indica, eram os meninos que trabalhavam nessa oficina.

Asilo São Francisco de Assis

Neste importantíssimo estabelecimento, dirigido pelo virtuoso e desinteressado sacerdote padre João Baptista do Sacramento, acha-se estabelecida e funcionando uma grande fábrica de sabão e sabonetes, que pode abastecer a toda esta zona.

O gênero é de primeira qualidade, podendo rivalizar com os melhores vindo do estrangeiro.

Em nosso próximo número publicaremos um anúncio completo das qualidades e dos preços.

Esta indústria é, por sem dúvida, digna do apoio público, porque além de ser de primeira qualidade, o seu produto será aplicado para a manutenção do Asilo, que tem prestado serviços inestimáveis a infância desvalida.

É preciso que todos, que tem coração, concorram com o seu esforço para o engrandecimento de tão útil instituição.

Chamamos a atenção do comércio e dos particulares para esse produto da indústria mineira, esperando que todos o auxiliem (1900, p. 4).

Como estratégia de formação dos asilados e de arrecadação de renda para a sustentação e o desenvolvimento do Asilo de São Francisco de Assis, esse estabelecimento tinha como função habilitar os meninos para o trabalho com os ofícios de sapateiro, funileiro,

bombeiro, marceneiro e encadernador. A ação de angariar renda através do funcionamento das oficinas era uma medida de economia para o Asilo, pois o trabalho realizado pelos asilados se convertia em faturamento para a instituição, a receita arrecadada com as prestações de serviços era aproveitada pelo diretor da instituição sem interferência da VOT. Além disso, vale a pena ressaltar, o investimento grande na preparação dos futuros trabalhadores, na qual a instituição contava com uma estrutura para isso. O estabelecimento tinha acomodações para trinta ou mais asilados, salas para aulas técnicas, com aparelhos adequados para o ensino dos ofícios aos menores, além de dispor de mestres formados e experientes, conforme pode ser observado na reportagem do periódico *O Repórter*, de 1909:

Oficinas do Asilo de S. Francisco

De sapateiro, funileiro, bombeiro, marceneiro e de encadernação. Essas oficinas montadas com todo o capricho, incubem-se de qualquer serviço, para o que estão devidamente aparelhados. A renda proveniente das oficinas é aplicada na sustentação e desenvolvimento do Asilo, de modo que a preferência a elas dada continue uma esmola em benefício desse estabelecimento de caridade. *Todo o serviço é feito a preços módicos. Todos os dias [...] vende-se leite quente á um tostão o copo* (O REPÓRTER, 10/03/1909, grifos originais).

De acordo com Braga (2014), em seu estudo sobre *Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1889)*, atividade semelhante acontecia no Asilo de Meninos Desvalidos. Inaugurado em 1875, esse estabelecimento, que recebia meninos brancos e negros libertos, com idade entre seis e doze anos, tinha essa mesma função de formar os meninos internos nas oficinas de alfaiate, sapataria, marcenaria e tipografia. As oficinas ofertadas também eram dirigidas por um mestre profissional renomado da cidade.

A sociedade sanjoanense, no início do século XX, via no Asilo de São Francisco de Assis, uma instituição importante para o melhoramento da cidade e para a sobrevivência de meninos órfãos e desvalidos. Os periódicos sanjoanenses declaravam que as pobres crianças saíam do Asilo com um ofício, como artistas perfeitos e dispunham de noções indispensáveis para a vida social, conseguindo sobreviver honestamente através do seu trabalho (O REPÓRTER, 01/12/1907).

Conforme aponta Lobo (2020), esse também era um discurso sobre a infância desvalida na província paraense. Como forma de zelar pela ordem social, as autoridades buscavam instituir mecanismos de controle moral que possibilitassem incutir valores atrelados ao trabalho dos menores das classes populares.

Diversos foram os debates internacionais e nacionais sobre a regulamentação do trabalho infantil, em que os defensores da infância queriam proteger a criança da exploração, porém sem retirá-las do mundo do trabalho. Segundo Veiga (2016), o processo histórico do trabalho infantil esteve associado ao movimento de mudanças estruturais na sociedade, ou seja, novas indagações surgiram com a imersão de novos valores e sensibilidades referentes à compreensão da função da criança na sociedade. A partir da Revolução

Industrial, o trabalho infantil passou a ser questionado quanto à sua essencialidade para a economia familiar e ao seu uso imediato, perante o investimento da escolarização para o futuro do país.

A educação foi considerada um plano político amplo de construção, organização e afirmação de uma nação e de estruturação das relações de trabalho e definição social dos sujeitos. A educação era correspondente à classificação social de cada indivíduo, ou seja, os homens pobres eram enquadrados à ordem social de trabalhadores, e em algumas ocasiões esses sujeitos recebiam educação pautada nas primeiras letras (LOBO, 2020).

As primeiras letras eram a formação que o menino pobre, órfão e desvalido recebia no Asilo de São Francisco de Assis, após aprender a ler, escrever e as operações fundamentais, o asilado era colocado em oficinas para aprender algum ofício. A educação recebida dentro da instituição era a básica, visto que o que mais preocupava a VOT e ao diretor do Asilo era que os meninos aprendessem a trabalhar. Essa vivência, acordada em contrato, sustentava os discursos políticos e econômicos da época, que não achava necessário a formação intelectual da criança pobre, mas sim mão de obra trabalhadora que fizesse a nação emergir.

De acordo com Veiga (2016), no decorrer dos séculos XIX e XX, diversos debates aconteciam sobre a regulamentação do trabalho infantil e a obrigatoriedade escolar, embora essas discussões aconteceram em momentos distintos. A pauta sobre crianças trabalhando, seja no âmbito doméstico, seja como pessoas escravizadas ou remuneradas, já vinha de um longo conhecimento histórico; já a obrigatoriedade escolar, entrou em vigência no século XIX. Nesse cenário, o trabalho das crianças e a obrigatoriedade escolar desencadearam muitos conflitos, uma vez que essa situação interferia diretamente na economia familiar dos pobres.

O entendimento da prioridade moral e social da vida de uma criança intensificou com a criação de instituições de assistência e proteção à infância do Estado, em que as ideias higienistas com campanhas de alimentação e o combate à mortalidade infantil surgiram. Nesse cenário, a conservação da vida da criança passou a ser um problema nacional. A partir de então, opositores ao trabalho infantil argumentaram que tal ação violava o valor sentimental como ser humano. Já os defensores do uso econômico das crianças, se sustentavam no lema “ser útil a si e a pátria”, com isso, as famílias das camadas pobres não puderam privar seus filhos de trabalhar e de se tornarem filhos úteis. Inclusive, essa era a justificativa de criação do Asilo de São Francisco de Assis, uma de suas funções seria a formação dos meninos para serem úteis a si e a pátria, a partir do seu trabalho. Conforme ressalta Veiga (2016), a sociedade possui a tendência histórica de dar prioridade para a defesa moral e educativa do trabalho infantil do que a necessidade de escolarização das crianças. A educação das crianças pobres ficou prejudicada pelo fato de o Estado e a Elite argumentarem a necessidade de o sujeito desprovido de fortuna necessitar do trabalho honrado. Para a autora, a situação vivida pelas crianças marginalizadas as colocavam em

situações difíceis para conciliar estudo e trabalho, o que evidenciou as diferentes maneiras que as crianças viviam suas infâncias.

A oferta de oficinas aos asilados dentro do Asilo de São Francisco de Assis, para que aprendessem algum ofício ou a presença de um professor para lecionar algumas horas por dia, em período de férias, destacam estratégias de contensão dos menores órfãos e desvalidos a fim de evitar que os meninos ficassem em ociosidade, ou seja, para evitar que os meninos se envolvessem com a delinquência. Durante o funcionamento do Asilo, os diretores que passaram pela instituição eram responsáveis pelos custos com as oficinas e com o professor nesse período de recesso. A proposta de aprendizagem de algum ofício era mais atrativa para os administradores da VOT, demonstrando o que Veiga (2016), afirma sobre a preferência da classe dominante em propiciar às crianças pobres a formação para um trabalho justo e honesto, deixando de lado o ensino escolar.

Com a finalidade de produzir corpos úteis e dóceis através do trabalho, o Asilo de São Francisco de Assis fazia uso de um sistema disciplinar. De acordo com Foucault, o sistema disciplinar envolve um regime de poder que, envolvido com diferentes saberes, discursos científicos e técnicas, produz saberes que vão servir de mecanismos para moldar o comportamento dos sujeitos e criar modelos que possibilitam controlá-los e vigiá-los com uma norma ou com um padrão de normalidade estabelecido (FOUCAULT, 2020). Conforme o autor, nesse sistema a norma, a partir da valorização das condutas, impõe uma conformidade que se deve alcançar, buscando a homogeneização. Dessa maneira, no sistema disciplinar, não só o cárcere resulta na aplicação das técnicas da disciplina, mas também o asilo e a fábrica, que utiliza o trabalho dos sujeitos para controlá-los.

Nesse caso, mais do que proporcionar abrigo para os meninos pobres, órfãos e desvalidos sanjoanenses, as práticas de assistência prestada pelo Asilo de São Francisco de Assis permitiam o exercício de um poder direto sobre elas, ao promover a formação dos meninos em ofícios, para que pudessem viver honestamente de seus trabalhos. A partir da disciplina, entendida como um conjunto de minúsculas invenções técnicas que permitem o exercício do poder, diversas formas de tornar o sujeito útil foram mobilizadas.

No regulamento do Asilo, o art. 7 consta que “...nenhum órfão poderá conservar-se no estabelecimento depois de vinte anos, salvo se ainda não estiver em condições de viver sobre si, por não ser um artista perfeito, ou se for candidato pela Administração para dirigir algumas das oficinas...” (ESTATUTO DO ASILO, 1981). A partir desse artigo do estatuto é possível perceber a função primordial da formação de um ofício na vida dos asilados, tanto que a idade máxima para continuar no estabelecimento era de vinte anos, pois acreditavam que até chegarem nessa idade teriam formação suficiente para viver honestamente e sozinhos. Além disso, o asilado saía da instituição como um artista perfeito, ou seja, a perfeição era um dos quesitos para ser considerado um bom trabalhador. O artigo assegurava somente a permanência de asilados dentro da instituição que não tinham condições de viver por si ou os que fossem candidatos pela administração da Ordem

para dirigir oficinas. Essa indicação para ministrar uma oficina mostra o quão a formação para o trabalho era levada a sério pela instituição e por seus administradores. Ficar desempregado, após completar dezesseis anos dentro do Asilo era inadmissível, cabia ao diretor do estabelecimento aproveitar o asilado da forma que achasse melhor. O asilado poderia ser encaminhado para os estudos superiores, desde que as suas despesas fossem de inteira responsabilidade do diretor, não respondendo em nada a VOT, porém esse fato era raro de acontecer. Essa situação reafirma que o estereótipo da nação brasileira, de infância pobre, órfã e desvalida, só serviria para ser trabalhador e sobreviver sozinho sem ajuda do governo.

A inserção da infância pobre, órfã e desvalida no mundo do trabalho, no final do século XIX e início do século XX, foi uma estratégia utilizada pelas elites mineiras e pelo Estado para encararem os incômodos provocados pelas crianças pobres, principalmente as que frequentavam a rua. Era essencial o controle do futuro trabalhador e preparar sua força de trabalho. Segundo Oliveira (1998), o processo de trabalho foi visto como uma tensão e uma maneira de reduzir a visão crítica dos outros e de si mesmo, o que ocasionava a produção de verdade, a reprodução de valores patriarcais, as disputas e os jogos de poder.

Para Foucault (1984), cada sociedade possui seu regime de verdade e sua política de verdade, ou seja, cada comunidade acolhe os tipos de discursos e os fazem funcionar como verdadeiros. A verdade é centrada de acordo com as instituições que a produzem, ficando submetida a constante estímulo político e econômico e sendo transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de algumas grandes ferramentas econômicas e políticas, como meios de comunicação, exército e escolas. Logo, a aprendizagem de um ofício e a necessidade de a classe pobre conseguir sobreviver sozinha eram um dos discursos de verdade proferidos pelo Estado e pelas elites e acolhidos pela administração do Asilo e por seus diretores.

Portanto, a criação do Asilo de São Francisco de Assis por uma instituição religiosa foi um meio de conseguir controlar os meninos órfãos, desvalidos e pobres em todos os momentos e espaços. As oficinas e o ensino de primeiras letras ministradas pelos mestres e por um professor criavam um ambiente voltado para a preparação da vida, ou seja, para sobreviverem através do trabalho.

3.5 ESTRATÉGIAS MORALIZADORAS

A necessidade em adaptar o homem da melhor maneira possível à sociedade viu na formação educacional uma das formas para moldar o indivíduo ao meio social. A educação moral foi uma das tentativas de domar os vícios e os instintos negativos, ensinando à infância pobre, órfã e desvalida bons hábitos. Segundo Margotto (2002), a educação moral era um meio de fornecer aos sujeitos algo bom. A moralidade, dessa forma, seria a incorporação de boas condutas aos indivíduos. Na década de 1920, os autores internacionais de obras

de referência, como por exemplo Herbert Spencer e Gabriel Compayré¹⁵, compartilhavam de um ponto de vista semelhante sobre a criança e sobre os propósitos da educação moral. Para esses autores, seria necessário a repressão dos instintos negativos e selvagens – vícios, má índoles e perversão – desde o seu nascimento e inseri-los em ambientes proporcionadores de boas condutas. O fundamento da educação moral se pautaria na aquisição de uma série de princípios que permitiria ao sujeito um autodomínio. A partir da adaptação do sujeito ao meio que ele vivia, submetido a processos e a princípios de formação, ele teria uma qualidade de caráter, que partia da perseverança, da iniciativa e da vontade, tendo no processo educativo uma importante contribuição para a internalização de hábitos e a formação de um conjunto de comportamentos.

No final do século XIX e início do século XX, haviam variados discursos que pregavam que a sociedade brasileira se via com um grau elevado de imoralidade, imoralidade esta, muitas vezes ligada ao ócio. O que definia a viciosidade e a virtuosidade de um sujeito, era o cultivo ou não do hábito de trabalho, por isso essa prática era considerada uma das nobres virtudes da moralidade. O que identificava a ociosidade era a presença de vícios que conduzia os indivíduos e a sociedade para a degeneração e um dos princípios agravantes do ócio, era a criminalidade. O instrumento utilizado para classificar os indivíduos se pautava na “escala de moralidade”, em que o sujeito era categorizado de acordo com a sua ascendência, isto é, os filhos nascidos em uma boa família seriam virtuosos e bons, já os descendentes de famílias pobres e de escravos eram portadores de má herança e consequentemente, eram portadores da degeneração e, consequentemente, da imoralidade (RIZZINI, 2011).

Conforme Rizzini (2011), “o que caracterizava uma nação civilizada era o senso de liberdade e de responsabilidade perante a pátria” (p. 54), logo, a escravatura impedia a civilidade, e como já se sabe, o Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a pôr um fim na escravidão. Isso significa que o Brasil estava muito longe de ser um país civilizado.

Para Foucault (2020), os procedimentos disciplinares são carregados de sistemas de poder que se difundem a partir de focos de controle disseminados na sociedade. Os grupos religiosos e as associações de beneficência desempenharam papel importante de disciplinamento da população, através de iniciativas de cunho religioso, a partir da conversão e da moralização, de objetivos econômicos, com o socorro e a incitação ao trabalho, e de objetivos políticos, através da luta contra o descontentamento ou a agitação. Os mecanismos utilizados pelos estabelecimentos de disciplinas tenderam a ofertar para a sociedade a formação de um ofício e o acesso à moralidade (FOUCAULT, 2020).

A educação moral utilizada dentro de instituições, como os asilos, foi vista como importante instrumento de moralização da infância pobre, buscando transformar o vício

15 Herbert Spencer foi um filósofo, biólogo e antropólogo inglês, admirador das obras Darwin, que se importava com os discursos políticos reformistas. Já Gabriel Compayré (1843-1913) era autor de compêndios de psicologia e de teoria educacional muito citado no início do século XX pelos escritores dos periódicos paulistas, esse autor foi considerado no final do século XIX, como um dos autores mais importantes para a consolidação intelectual e institucional das ciências da educação (MARGOTTO, 2002).

em virtude. Para a educadora Maria Lacerda de Moura, que atuou como professora e escritora no início do século XX, as crianças pobres seriam as mais propensas ao vício e às mazelas de todas as ordens, já que eram expostas às agruras das ruas a maior parte do tempo de suas vidas (GUIMARÃES, 2021). A regeneração – um termo utilizado pelos criminólogos¹⁶ que indicava as possibilidades possíveis de restauração das crianças dadas como perdidas – ou correção e reeducação eram utilizadas pelos discursos médicos e jurídicos para agirem sobre as crianças que necessitavam de intervenção. Como a criança pobre era considerada portadora de instintos antissociais e inferiores, ela necessitava da formação e dos controles de seus instintos, sendo que a melhor solução seria retirá-la do meio influenciador e colocá-la em um local propício para educá-la (RIZZINI, 2011; NARITA, 2019).

3.5.1 Formação moral católica

Como a infância pobre era considerada a mais carente em todos os pontos da formação humana, diversos foram os discursos em prol dessa parcela da sociedade. De acordo com Abreu Jr. e Guimarães (2011), na década de 1920, o discurso moral se destacou como um dos mais capazes para modelar o caráter humano. Para os autores, o discurso moral pode ser classificado de duas maneiras: o discurso moral religioso e o discurso moral leigo. O discurso moral religioso advinha da Igreja, sobretudo a Católica, e se associava a ações de assistencialismo e caridade. Conforme aponta os autores, as palavras de cunho religiosos eram utilizadas para incentivar a população a praticar a caridade com a educação das crianças pobres. Já o discurso moral leigo estava vinculado ao avanço das ciências, desassociada de qualquer religião.

As associações leigas religiosas, no caso, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis que administrava o Asilo de São Francisco de Assis, eram responsáveis por disseminar a educação moral e religiosa, mantendo a ordem e os bons costumes nas diferentes camadas sociais e nos grupos étnicos. Portanto, entraria na responsabilidade da VOT a criança pobre, órfã, desvalida e negra, através das práticas de caráter educativo, como as ações assistencialistas e caritativas do Asilo de São Francisco de Assis.

A dimensão pedagógica, presente nas manifestações da religiosidade das associações leigas religiosas, era propícia para o desenvolvimento da educação moral almejada pelo Estado e por toda sociedade mineira. Os livros de compromisso, assinados pelos irmãos, formavam o caráter de bom cidadão. Nesse momento, os indivíduos pertencentes às irmandades se tornaram instrumentos mediadores das práticas sociais e educativas. Os valores ético-cristãos eram internalizados e manifestados através de ações relacionadas à vida social para com a bondade ao próximo (CUNHA, 2008). As intenções educativas de caráter moral e religioso se apresentavam nas ações promovidas pelos irmãos da VOT para com o Asilo de São Francisco de Assis.

¹⁶ O termo “criminólogo” era usado na época pelos sujeitos interessados no fenômeno do crime. A criminologia tinha tratamento de ciência e grandes nomes atrelados a ela, como Lombroso e Ferri (RIZZINI, 2011).

Conforme pode ser percebido no livro de Atas da VOT, em uma das reuniões da Definitória da ordem, apresentou-se sugestões de como poderiam solicitar ajuda para a fundação do Asilo de São Francisco de Assis. A sugestão dada pela comissão responsável pela construção do Asilo foi de enviar cartas aos sanjoanenses distintos pela sua posição pedindo-lhes auxílio, na esperança que não deixassem de atender para que sua cidade natal fosse dotada com este melhoramento. Segundo Cunha (2008), dar esmolas e praticar a caridade eram preceitos da doutrina católica. A comoção surgia a partir do discurso, em que a instituição era vista como um importante estabelecimento com fins de “limpar” e melhorar a cidade. Essa sugestão apresentada pelos mesários reforça a hipótese desse trabalho, de que os meninos asilados eram vistos como um “problema”, ao ocuparem as ruas da cidade.

Em 1907 saiu nas páginas do periódico *O Repórter*, o apelo pela manutenção do Asilo. Na reportagem, a instituição se encontrava desmantelada, condenada fatalmente a desaparecer se não houvesse um sacrifício total de orgulho injustificável e de amor-próprio para auxiliar aquela estimada instituição. Além disso, realizavam-se apresentações de concertos em prol do Asilo São Francisco de Assis, esses eram realizados pela banda do 28º batalhão e a do próprio Asilo, vendo a sociedade uma bela festa de caridade. Conforme pode ser observado, os periódicos que circulavam em São João del-Rei no início do século XX, buscavam promover apelo e persuasão da elite sanjoanense. Ao relatar a situação que se encontravam os meninos asilados após a morte do seu diretor, Padre João Sacramento, que se deu no ano de 1907, depois de dezesseis anos de administração do Asilo, apelava-se para a caridade dos cidadãos sanjoanenses.

Que será atualmente daquelas infelizes crianças, sem seu auxílio, sem o seu carinho?! Cortam-nos ainda o coração as lágrimas que orvalham as faces daqueles desventurados órfãos, que não conheceram as doces carícias de uma caridosa mãe e para os quais o padre João Sacramento, de pai desvelado, amoroso, tudo por eles fazendo, gastando todas as suas economias na manutenção do Asilo, instituição pia, para cujo sustento não poupava os maiores sacrifícios... (*O Repórter*, 11/07/1907).

Para Souza (2004), a pobreza e a falta de uma política assistencial acarretaram uma verdadeira cruzada beneficente na sociedade. Instituições ligadas à Igreja, leigos, políticos, entre outras pessoas, propunham-se a atender e moralizar a infância pobre (SOUZA, 2004, *apud* ABREU JR.; GUIMARÃES, 2011).

A imprensa era um meio utilizado pelos administradores da VOT e pelo diretor do Asilo de São Francisco de Assis para conseguir ajuda em favor dos meninos asilados. Diversas eram as notícias, que saíam regularmente nas páginas dos jornais. Exemplo disso, foram as manchetes no Jornal *O Repórter* (1907), que durante todo o ano de 1907, discorria sobre a situação dos asilados, fazendo apelos para se conseguir donativos. Essa movimentação era caracterizada como uma maneira de se aplicar a moralidade através das ações dos homens bons.

A formação moral também estava presente nas ações do Asilo, no que tange à formação dos asilados. Os discursos presentes em diversas reportagens da imprensa sanjoanense refletiam na moralidade defendida pelo Estado e pelas elites. O Asilo de São Francisco de Assis prestava memoráveis serviços aos sanjoanenses, dando à infância desamparada a educação. Os meninos asilados eram tratados com “desvelo e cuidado”, e lhes eram ensinados, por meio de exemplos e palavras, o caminho do bem e da justiça.

De acordo com Bassi e Morais (2017), a educação ambicionada na cidade sanjoanense e refletida na imprensa local, defendia a formação moral para a disseminação de comportamentos desejáveis, protegendo a infância das más influências de suas famílias, contribuindo com a boa educação das crianças pobres. O discurso que circulava na cidade defendia a formação moral católica através de técnicas do catolicismo. As crianças deveriam se transformar em bons católicos e boas crianças para, futuramente, serem bons trabalhadores e chefes de família, tementes a Deus e às hierarquias sociais.

Na visão de Foucault (1984), a partir da prática social dos pobres e das suas relações com as classes dominantes, procurava-se alcançar a harmonia da perfeição cristã, para isso tornava-se necessário cuidar da moral e dos costumes daqueles sujeitos pobres, abandonados e deserdados de fortuna e através dos princípios religiosos seria mais fácil alcançar o progresso.

Assim, a formação moral católica difundida na cidade sanjoanense baseava-se na bela ação dos ricos e na generosidade dos pobres. A arrecadação de ajuda e donativos para a manutenção da piedosa instituição se mostrava como uma atitude relacionada à vida social manifestada e internalizada através de princípios cristãos.

3.5.2 Formação moral leiga

A educação leiga era vista como uma manifestação útil à coletividade. A criança tinha o seu desenvolvimento físico e intelectual, através da exposição do mestre (ARAÚJO, 2002). A moral leiga era considerada pelos defensores da moral religiosa como uma moral sem Deus, por isso, desnecessária para a formação da infância pobre. O discurso leigo era visto pelos seus propagadores como uma ação desassociada de qualquer religião, estando atrelado ao avanço das ciências, em que um dos objetivos seria o ensino do fazer o bem e evitar o mal. De acordo com Abreu Jr. e Guimarães (2011), diversas eram as atividades pensadas para propagar a moralidade leiga no universo da infância pobre, sendo o cinema, o canto e os jogos os dispositivos mais utilizados.

Destaca-se a função de formação moral leiga que a banda de música do Asilo de São Francisco de Assis exercia para com a índole dos meninos asilados. O ato de tocar instrumentos e de cantar contribuiria para formação do caráter da criança e para a saúde dos pulmões desses sujeitos. Podemos destacar o exemplo da banda do Asilo São Francisco de Assis como atividade de formação moral leiga dos asilados, na medida que eles eram bem-educados e se demonstravam prósperos para a sociedade.

... A banda de música do Asilo, ainda ultimamente próspera e bem-educada, espalhou-se, e, mudos estão atirados os instrumentos dessa fanfarra, que tanto nos orgulhava e da qual tínhamos desvanecimento, por vê-la composta por pequenos artistas, crianças, na alvorada da vida, sobeando instrumentos e executando-os com maestria e garbo... (O REPÓRTER, 11/07/1907).

A formação moral leiga estava presente nas apresentações da banda musical do Asilo de São Francisco. O periódico sanjoanense de 1907 relatava como a recepção do Coronel Carlos de Mesquita, que regressava do Rio, foi realizada por meio de festas e alegres toadas da “magnífica” banda musical do Asilo. A maneira como utilizavam os cantos dos meninos asilados para recepcionarem autoridades demonstravam que os órfãos acolhidos pela instituição recebiam uma formação para além do aprender a ler e escrever.

Através dos recibos de saída do Asilo de São Francisco de Assis encontrados no arquivo da instituição e nos contratos entre a VOT e o Ginásio São Francisco em 1919, foi identificada a ação de levar os asilados ao cinema uma vez por mês. De acordo com Câmara (2007), a ação educativa do cinema reverberava na difusão de uma cultura brasileira e dos costumes nacionais, contribuindo para agilizar o processo de assimilação da cultura a ser seguida. O cinema era visto como uma importante instituição auxiliar na formação da infância, sobretudo a pobre. Os filmes didáticos, educativos, instrutivos e recreativos eram vistos como princípio de formação do espírito infantil, além de contribuírem para a elevação moral das crianças.

Conforme podemos verificar nos documentos do Asilo de São Francisco de Assis, a instituição tinha a preocupação com a formação moral do asilado, ou seja, a formação do caráter do sujeito que logo seria entregue à vida em sociedade. Após saírem do estabelecimento, os meninos tinham uma formação que os permitiam sobreviver, a partir do seu trabalho e da sua conduta na cidade sanjoanense.

3.5.3 Formação religiosa

Conforme Araújo (2002), a educação religiosa foi o primeiro ensino que propagou a ideia de educação coletiva. Porém, esta foi vista como um ensinamento inconveniente, pois impedia o desenvolvimento dos indivíduos, na qual as crianças agiam e pensavam de acordo com a vontade do seu mestre. A criança que tinha contato com a formação religiosa portava um espírito enfaixado, sem o desenvolvimento do seu pensamento e da sua vontade.

No recorte do jornal *O Pharol* de 1915¹⁷ e no trecho recortado da Carta do diretor do Instituto Padre Machado à Ordem de 1935, ambos transcritos a seguir, pode ser destacado a educação dos asilados voltada para a formação católica. No ano de 1915, aconteceu a ordenação de um ex-asilado a sacerdote, essa informação circulou nas páginas de um jornal na cidade de Juiz de Fora. Já no ano de 1935, teve um comunicado à Ordem, que um

¹⁷ O jornal *O Pharol* circulou entre os séculos XIX e XX na cidade de Juiz de Fora. Esse periódico reunia notícias da cidade, mas também circulava informes de outras cidades mineiras.

ex-asilado estaria ordenado a sacerdote dentro do tempo de três anos, e que um pequeno órfão seria enviado para o seminário. Tais informações revelam que os diretores do Asilo se preocupavam em proporcionar uma formação católica para uma parcela daqueles meninos asilados.

[...] Aproveito para cientificar a mesa de que, além de um ex-asilado, que, dentro de três anos, estará ordenado sacerdote, já consegui colocar também o pequeno órfão Valter Rodrigues num seminário, para ____ de irá em janeiro e onde poderá seguir a carreira eclesiástica a que se ____ chamado. [...] (CARTA DO DIRETOR DO INSTITUTO PADRE MACHADO E DO ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 12/11/1935).

NOVO SACERDOTE – Por telegrama transmitido ao Sr. Alfredo Carvalho, tivemos a grata notícia de haver recebido ordens sacras, naquela data, na catedral do bispado de Goiás, o nosso Patrício José de Paula Rosa, ex interno do Asilo de São Francisco desta cidade (O PHAROL, 29/04/1915).

A prática de ingresso dos meninos órfãos e abandonados na carreira eclesiástica teve início desde as ações dos jesuítas. De acordo com Venâncio (1999), o ingresso na carreira sacerdotal oferecia chances de purificação social, além de abrir possibilidades de ascensão social através da burocracia eclesiástica ou da atividade política. A Figura 14 ilustra um momento de saudação dos meninos asilados para com um sacerdote consagrado.

Figura 14 - Asilados com vestimenta de seminaristas, s/d.



Fonte: Arquivo do Asilo de São Francisco de Assis.

Conforme pode ser observado na imagem, meninos brancos com vestimenta de seminaristas fazem ação de reverência ao padre franciscano. O sujeito de gravata que assistiu à reverência dos meninos parece gostar da ação dos asilados. Uma informação importante, que pode ser retirada da imagem, se refere à relação entre a raça e a formação sacerdotal. Pelo que pode ser observado, os meninos que aparecem na foto com as vestimentas franciscanas são brancos. No arquivo do Asilo São Francisco de Assis não foi encontrada nenhuma fotografia de meninos pretos e pardos com vestimentas de sacerdotes. Esse dado poderia evidenciar uma educação e direcionamento formativos diferenciados para meninos pretos e brancos, sinalizando um possível favorecimento da formação sacerdotal para os meninos brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pertencente a uma construção histórica, a criança pode ser pensada por meio de duas etapas: a biológica e a social. Esta última diz respeito ao contexto e o lugar social nos quais a criança vive, que ditam diretamente a construção da sua infância. Assim, a infância é considerada uma condição de criança, produtora de história e pertencente a um determinado tempo e lugar. No século XIX, a vida infantil foi alvo de instituições diversas e suas vivências estiveram relacionadas aos valores e princípios da vida adulta. A junção dos poderes das diferentes esferas sociais queria formar indivíduos comportados, obedientes e úteis a si e à pátria.

Das diferentes infâncias criadas, a pobre foi a que mais sofreu com as novas imposições da sociedade vigente. A criança desvalida, pobre e órfã necessitava de controle e precisava ser conduzida até a idade adulta dentro dos padrões estipulados pela da sociedade da época. Sua educação se pautava na formação e preparação para o exercício da cidadania com objetivos na sua composição familiar futura.

Para a formação e a educação da infância pobre, instituições específicas foram criadas, como os asilos, cujo objetivo maior se vinculava à subordinação dessas crianças aos discursos, moral, higiênico, religiosos e disciplinar do período.

A Igreja católica também teve forte atuação na educação e na formação das crianças pobres, através do ensino moral e da religião. Após a fundação das misericórdias, primeira mobilização voltada para auxiliar a pobreza, foram surgindo as primeiras instituições dedicadas a assistir religiosamente os menos favorecidos. Muitas instituições de assistência à infância tinham ligação com a Igreja Católica, como é o caso do Asilo de São Francisco de Assis.

Deliberado para a sua construção no ano de 1888, o Asilo de São Francisco de Assis tinha por objetivo atender a infância órfã, pobre e desvalida. A finalização de suas funções se deu em 1972, o que evidencia o quão importante eram as ações desempenhadas pela instituição na cidade ao longo de mais de oito décadas de funcionamento. Com o propósito de acolher, assistir e educar meninos órfãos sem condições financeiras de sobrevivência, a instituição buscava garantir sustento, moradia, asseio e agasalho, além de oferecer uma formação para faculdades físicas, morais e para o aprendizado de artes e ofícios.

O Asilo de São Francisco de Assis recebia meninos órfãos de pai e de mãe ou somente de pai e que fossem reconhecidamente pobres e desvalidos com idade entre sete e quatorze anos. Para a admissão dos meninos era exigido pelos administradores do Asilo não possuir defeitos físicos, moléstias contagiosas e doenças crônicas. A instituição disponibilizava aos asilados disciplinas de instrução primária – Doutrina Cristã, Música, Desenho, Francês, Português, Aritmética, História e Geografia do Brasil – e a aprendizagem de ofícios – sapateiro, funileiro, bombeiro, marceneiro, carpinteiro e encadernador – que foram sendo implantados aos poucos, no decorrer do funcionamento da instituição. A

presença das disciplinas e dos ofícios apontados, indicava o carecimento de cidadãos disciplinados, aptos para o mundo do trabalho e para servir a pátria. A diversidade de inserção constante de novas ações demonstra uma instituição em sintonia com os discursos vigentes no período, que buscava se adaptar e acompanhar a ordem social do momento.

Até 1907, o Asilo de São Francisco de Assis era dirigido exclusivamente pelos Padres Franciscanos, isto é, eles eram responsáveis para proporcionar a instrução primária e a formação de ofícios aos asilados. Após a morte do Pe. João Batista do Sacramento, o Asilo passou a ser administrado por instituições que funcionaram anexas a ele. Em prédio separado funcionaram o Instituto de Humanidades (1904-1909), o Gymnásio São Francisco (1909-1919) e o Instituto Padre Machado (1921-1940). Durante o funcionamento dessas instituições, a educação e a formação dos ofícios ficavam a cargo dessas instituições. As despesas de alimentação, instrução e lavagem de roupas era de responsabilidade do diretor do Asilo de São Francisco de Assis, já os demais gastos, como por exemplo, consultas médicas, eram de responsabilidade da VOT. É possível pensar que, ao se vincular às demais instituições, o Asilo pudesse se fortalecer, sobretudo no que diz respeito à sua manutenção orçamentária.

O Asilo de São Francisco de Assis mantinha a dinâmica da cultura das masculinidades, “o ser homem”, a partir da posição de liderança exercida através ações dos administradores da VOT sobre as atitudes dos diretores do Asilo no cuidado, na formação e na educação dos asilados. O modelo de masculinidades, propagado no início da República, de homem sadio, ordeiro, produtivo e útil, definiu quais homens seriam aceitos na nova ordem disciplinar. Dessa maneira, esse discurso também esteve presente nas ações da direção do Asilo para com a formação dos asilados. Prova disso, foram os critérios apresentados no estatuto da instituição, o Asilo tinha o propósito de formar o modelo de masculinidades defendido pelo estado brasileiro e pela elite, isto seria, os meninos saíam da instituição com um trabalho, sendo úteis e produtivos. Além disso, as práticas realizadas no Asilo de São Francisco de Assis evidenciavam os indivíduos masculinos fabricados dentro do discurso religioso, pregado pela instituição.

O discurso aceito e imposto pelos administradores do Asilo era marcado pelo enunciado de formação de meninos úteis a si próprios e à pátria, que poderiam viver honestamente de seu trabalho e contribuir com a sociedade. Diante do contexto social apresentado, o Asilo São Francisco de Assis assumiu a função de receber a infância que divergia do ideal sonhado para a nação. O diferente – preto, pardo, pobre e órfão – deveria ser eliminado dos olhos da sociedade. E o melhor lugar para inserir essa criança seria em uma instituição fechada, católica com formação para o trabalho.

A partir das anotações referentes à cor dos asilados, foi constatado que o Asilo de São Francisco de Assis atendia meninos pretos, pardos, brancos e morenos. Mesmo em menor proporção, os meninos pretos eram sempre presentes nos registros e fotografias do Asilo. Ao que tudo indica, o Asilo São Francisco de Assis desenvolveu ações que

foram ao encontro dos ideais eugenistas da época ao asilar meninos pretos e pardos, proporcionando a eles atividades mais direcionadas aos afazeres manuais, mecânicos e técnicos, formando-os para o trabalho.

A disciplina e o comportamento dos asilados eram presentes no Asilo de São Francisco de Assis. Os objetivos relacionados ao comportamento dos asilados foram colocados no estatuto da instituição, assim como nas cláusulas de contratos e nos relatórios, como estratégia de fidelidade a manutenção da disciplina. O asilado que fosse contra o regulamento e praticasse indisciplina era expulso da instituição, a fim de não corromper o comportamento dos outros asilados. Diversas eram as estratégias utilizadas para manter a boa disciplina dentro da instituição, uma delas seria a atividade dos meninos servirem a mesa. Outra tática de disciplinamento utilizada era a reprodução manual de frases que instigassem o bom comportamento dentro da instituição, caso o asilado fugisse à regra ou brigasse com outro asilado. Outro aspecto relacionado a disciplina do Asilo de São Francisco de Assis, era o disciplinamento dos aparelhos administrativos, vendo neles a primeira etapa de se impor e manter a disciplina dentro de uma instituição. Como artifício para manter a disciplina e o comportamento dentro do Asilo, a instituição não aceitava o sujeito anormal, pelo fato dessa não ser uma instituição destinada para esses sujeitos e por atrapalharem na manutenção da disciplina da instituição.

Como o país precisava de uma população que impulsionasse a economia nacional, os discursos propagavam em favor de formar os sujeitos a partir do trabalho manual, da indústria e da agricultura. O Asilo de São Francisco de Assis foi um exemplo de instituição que proporcionava aos meninos asilados a formação em ofícios mecânicos e aprendizagem de primeiras letras para prepará-los para sobreviverem dignamente de seu trabalho. A concepção de educação destinada à infância desvalida estava relacionada à oferta de trabalho como princípio de inserção social. O trabalho no meio rural e em oficinas era visto como função moral e econômica do menor. Para além da formação em ofícios mecânicos, o Asilo desenvolvia ações para o ensino do trabalho agrícola.

Corroborando com o discurso moral reinante no século XX, o Asilo de São Francisco de Assis preocupou-se com a formação moral dos asilados, que seria oferecida por meio de atividades religiosas e leigas, sobretudo por meio de aulas de música e a formação de uma banda, como também com o acesso ao cinema. Ambas as atividades eram vistas como maneiras de formar a conduta dos asilados. Para além disso, o Asilo promovia a ação moral voltada para os cidadãos sanjoanenses, quando promoviam ações para arrecadarem donativos para a manutenção da instituição. A educação religiosa e a formação sacerdotal também foram estratégias da moralidade utilizada pelo Asilo de São Francisco de Assis.

A criação de instituições de assistência e proteção se apresentou como uma ação do Estado e da elite para gerir as desigualdades sociais entre as crianças. Dento desse cenário, o Asilo de São Francisco de Assis desenvolveu suas ações de acolhimento de crianças órfãs na cidade de São João del-Rei e região. Tais atuações repercutiram na

educação e na formação católica da infância daquela época. As mobilizações desenvolvidas para arrecadar donativos para a construção do Asilo, demonstravam uma preocupação com a situação dos menores pobres da cidade. Os discursos propagados pelo Asilo de São Francisco de Assis, demonstraram a disseminação do enunciado de formação de meninos úteis a si e à pátria e que sairiam da instituição sobrevivendo honestamente de seu trabalho. Enfim, percebe-se que, todas as práticas exercidas pelo Asilo, ou seja, ações relacionadas às masculinidades; às raças; às disciplinas e comportamentos; à formação moral, estiveram relacionadas diretamente com a formação para o trabalho. Isso porque o trabalho era visto e incorporado por todos, como importante instrumento de formação e de constituição dos sujeitos.

Esta pesquisa busca lançar luzes sobre a educação e a formação da infância mineira, sobretudo no que diz respeito à educação e formação de meninos órfãos, uma vez que desvelam as práticas destinadas à infância pobre, órfã e desvalida mineira e sanjoanense. A partir do estudo da ação assistencial do Asilo de São Francisco de Assis, a investigação colabora preenchendo parte da lacuna historiográfica sobre a formação e a educação das crianças pobres. Além disso, os resultados da pesquisa podem favorecer o entendimento sobre a constituição de asilos e de instituições destinadas à infância pobre, órfã e desvalida, especialmente as mineiras.

Entender a educação e a formação fornecida pelo Asilo de São Francisco de Assis não é algo simples, já que é grande a extensão de documentos localizados e que não existem pesquisas prévias sobre a instituição. Apesar da escolha do recorte cronológico abranger o ano de início das mobilizações para construção do Asilo (1888) e o término de contratos com administradores fora da mesa administrativa da VOT, no caso com o professor Antônio de Lara Resende (1940), sabe-se que o Asilo teve seu funcionamento até a década de 1970. Nesse sentido, é preciso destacar que muito ainda tem a ser pesquisado para a compreensão das atividades do Asilo de São Francisco de Assis, sobretudo no que diz respeito ao seu funcionamento a partir do ano de 1940, momento em que o quantitativo documental se amplia significativamente. Além disso, as pesquisas mais voltadas às demais instituições anexas ao Asilo: Instituto Padre Machado, Ginásio de São Francisco e o Instituto Padre Machado seriam de extrema importância para compor o quadro de atendimento à infância sanjoanense e regional.

FONTES

A PÁTRIA MINEIRA, São João del-Rei, 1892.

ATAS DO LIVRO 4º de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, 1888.

BRASIL. Código de menores. Decreto nº 5.083 – 01 de dezembro de 1926. In: **Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1927**. V. II, Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

Carta enviada à VOT, 1920.

Carta enviada ao Arcebispo de Mariana, 1920.

Carta enviada à diretora de estatística, 1917.

Contrato Instituto de Humanidades e Asilo de São Francisco de Assis, 1904.

Contrato Gymnásio São Francisco e Asilo de São Francisco de Assis, 1909.

Contrato Instituto Padre Machado e Asilo de São Francisco de Assis, 1921.

Cópia asilado, 1920.

Estatuto do Asilo de São Francisco de Assis, 1891.

Fotografias sem data.

MINAS GERAIS, Decreto nº 1960 – 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, v. 1.

MINAS GERAIS, Lei nº 657 – 11 de setembro de 1915. Modifica disposições referentes ao ensino primário, secundário e normal do Estado.

MINAS GERAIS, Decreto nº 7680 – 03 de junho de 1927. Aprova o Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes. In: **Coleção de Leis e Decretos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928, v. 1.

O REPÓRTER, São João del-Rei, 1906, 1907, 1909 e 1914.

O COMBATE, São João del-Rei, 1900.

O CORREIO, São João del-Rei, 1930, 1938.

O PHAROL, Juiz de Fora, 1915.

O RESISTENTE, São João del-Rei, 1898.

Relação de menores internados no Asilo de São Francisco de Assis, 1930 e 1931.

Relatórios enviados à secretaria de interior, 1911 a 1915.

Renovação do contrato Instituto Padre Machado e Asilo de São Francisco de Assis, 1925.

SILVEIRA, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Arquivo IPHAN.

REFERÊNCIAS

- ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes; GUIMARÃES, Paula Cristina David. O discurso moral sobre a educação da infância pobre presente na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, n. 33, v. 17 p. 176-179, jan./jun. 2011.
- ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes; FERNANDES, Michele Longatti; NEVES, Ellen Pereira. Na periferia da cidade, à margem dos processos educativos: memórias de experiências escolares de moradores do bairro de São Geraldo em São João del-Rei. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1894>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes; TODARO, Mônica de Ávila; GUIMARÃES, Paula Cristina David. (orgs.) *Re (Leituras) de Foucault nas pesquisas em educação*. São Paulo: BT Acadêmica, 2017, 252p.
- AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.
- ARAÚJO, Claudiane Santos. **Infância negada**: um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo Santa Teresa (1855-1870). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista *A Escola* (1920-1921). In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (org.). **Novos tempos em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 91-132.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades**: o Projeto Educacional das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ASSUNÇÃO, Fabiana Inácia da Silva. Um lugar de produção de saber: a infância e os periódicos brasileiros de história da educação (1997-2017). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12, 2021, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2021.
- BASSI, Adélia Carolina. “**À terra, ao trabalho e à vida rural**”: políticas de assistência à infância desvalida em Minas Gerais e a Escola Padre Sacramento, São João del-Rei, 1929-1972. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2017.
- BASSI, Adélia Carolina; MORAIS, Christianni Cardoso. “Vestir de anjo”: moralidade e práticas educativas em São João del-Rei (1930-1946). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-29, 2017.
- BOSCH, Caio C. O assistencialismo na capitania do ouro. **Revista de História**, João Pessoa, n. 116, p. 25-41, 1984.
- BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **Higiene, educação e assistência na experiência do asilo de meninos desvalidos (1875-1889)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.

BRITO, Leandro Teófilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 1-14, 2021.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática de enjeitamento em São João del-Rei, séculos XVIII e XIX. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del Rey – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX)**: trajetória educativa-institucional. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CÂMARA, Sônia. Por uma ação preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. In: LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes, FERNANDES, Rogério. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 263-281.

CARVALHO, Eliane Vianey de. **A escola só recebe alunos limpos**: discursos biopolíticos para a educação na legislação mineira de 1927. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

CASTRO, Marcele Moreira de. **A escolarização do aluno negro**: a história dos Meninos da Casa de São José (1888-1916). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Alan Costa. **De órfãos a trabalhadores**: trajetórias das crianças expostas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del-Rei**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982.

CONNELL, Raewyn. Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 40, p. 323-344, jan./jun. 2013.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHIMDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-280, 2013.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Lamparina, 2007, p. 105-131.

COSTA, Lara Alexandra Tavares da. **Pela moral e os bons costumes**: um asylo para órfãos desvalidas (Cidade de Goiás). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CUNHA, Paola Andrezza Bessa. Educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas: Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (org.). **História de práticas educativas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 41-57.

- DOMINGUES, Petrônio José. A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 19-48. 2011.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; CRUZ E ZICA, Matheus da. Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 179-208, jan./jun. 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Antônio Gomes Alves; GONDRA, José Gonçalves. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: Fernandes, Rogério; Lopes, Alberto; Faria Filho, Luciano Mendes de (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 127-146.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros**: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRANCO, Renato Júnior. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 5-25, jan./jun. 2014.
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 18, p. 199-225, dez. 2011.
- GAIO SOBRINHO, Antônio. **História da educação em São João del-Rei**. São João del-Rei: FUNREI, 2000.
- GALVÃO, Ana Maria *et al.* Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, [s.l.], n. 16, p. 171-243, jan./abr. 2008.

GAVAZZONI, Magali. **Fundação e primeiros anos da prática educativa do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe de Piracicaba/SP, 1896-1912**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Sócio comunitária) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GORGULHO, Talitha Maria Brandão. Estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea (org.). **Sujeitos da educação**: intelectuais, professores, crianças e família. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 245-274.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 114-132, jan./abr. 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de, FERNANDES, Rogério (org.). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19-37.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **Tudo presta a quem tudo precisa**: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela revista do ensino de Minas Gerais (1925-1930). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **Uma educadora republicana**: a face desconhecida de Maria Lacerda de Moura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. A atuação das instituições escolares da escola sobre a educação da infância mineira na década de 1920. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 149-166, dez. 2013.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **Maria Lacerda de Moura e o estudo científico da criança patriciã em Minas Gerais (1908-1925)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. A escrita educacional feminina de Maria Lacerda de Moura (1918-1919). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, p. 1639-1663, 2020.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher**: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

JOHANSEN, Carla Cristina. **A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2017.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 192 p.

- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés, FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil Colonial. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 30, p. 47-62, jan./jun. 2014.
- LOBO, Lília Ferreira. O nascimento da criança anormal e a expansão da psiquiatria no Brasil. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 199-215.
- LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: infância desvalida e educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890). **História, Histórias**, Brasília, v. 8, n. 16, p. 92-121, jul./dez. 2020.
- LOPES, Maria Antônia. **Pobreza, assistência e controle social em Coimbra**. Viseu: Palimage, 2000.
- MACHADO, Vanderlei; SEFFNER, Fernando. Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 354-376, jan./jun. 2013.
- MARGOTTO, Lilian Rose. Criança e educação moral: evolução e psicologia na imprensa pedagógica paulista. *In*: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Dos arquivos à escrita da história**: a educação brasileira entre o império e a república. 2. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 165-189.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950). *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-79.
- MARTÍNEZ, Larisa González. Masculinidad en los libros de civismo de los Hermanos de la Salle en México (1953-1989). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2022.
- MORAIS, Christianni Cardoso. **Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola**: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850). 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- MUSEU REGIONAL (São João del-Rei). **Museu Regional de São João del-Rei**. São João del-Rei, 2021.
- NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial**: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista. Curitiba: Appris, 2019.
- NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino profissional brasileiro no século XIX: ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76-98, maio/ago. 2020.
- NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 115-133, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção negra**: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet /FAPERJ, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.; GATTI JÚNIOR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.1, p. 73-76, jan./dez. 2002.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. **Revistas Estudos Feministas**, v.6, n. 1, p. 1-23, 1998.

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. **De corpos “desvalidos” a corpos “úteis”**: higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos – Rio de Janeiro (1875-1894). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org.). **Lições de Minas**: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2000.

RAFANTE, H. C.; LOPES, R. E. Helena Antipoff e a Fazenda do Rosário: a educação pelo trabalho de meninos “excepcionais” na década de 1940. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 144-152, set./dez. 2008.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **Infância, escola e pobreza**: ficção e realidade. Campina: Autores Associados, 2002.

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. **A organização social dos trabalhadores fabris em São João del-Rei**: o caso da Companhia Industrial São-joanenses, 1891/1935. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2003.

RESENDE, Diana Campos. **Roda dos expostos**: um caminho para a infância abandonada (Um estudo sobre a assistência aos expostos em São João del-Rei entre os anos de 1827 a 1888). Monografia (Especialização em História de Minas no séc. XIX) – Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, Minas Gerais, 1996.

REZENDE, Tatiane Fátima de. **A cultura escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2018.

RIBEIRO, Rúbia Soraya Lelis. **As fotografias de André Bello (1879-1941)**: imagens da modernidade em São João del-Rei. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

RIZZINI, Irma. **A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional**: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ROCHA, Célia Aparecida; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Discurso eugênico no período pós-guerra: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente (1946-1970). In: JINZENJI, Mônica Yumi; MORENO, Andrea. (org.). **Histórias da educação - instâncias educativas: políticas, instituições e cultura material**. Jundiaí: Paco, 2015.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Revista Estudos Históricos**, v. 27, nº 53, p. 71-91, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 1-35, jul./dez. 1995.

SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes da. **De órfãos da gripe a trabalhadores: o Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOUZA, Ana Paula de. **Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História da África, das Dísporas e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

SOUZA, Daniela dos Santos. **Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João del-Rei: séculos XVIII e XIX**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2010a.

SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

SOUZA, Raquel. Rapazes negros e a socialização de gênero: sentidos e significados de “ser homem”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.34, p. 108-142, jan./jun. 2010b.

SOUZA, Sidnara Anunciação Santana. **As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891–1905)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 272-303, out./dez. 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, set./dez. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância: Brasil, século XIX. In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M. de.; FERNANDES, Rogério (org.). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 39-66.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação em Revista, Belo Horizonte**, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 767-790, jul./set. 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2000. p. 48-65.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA ÓRFÃ E DESVALIDA (CAPES)

Nº	Ano de Publicação	Tese/ Dissertação	Título	Autor	Programa/área e instituição
01	2009	Dissertação	<i>Pobre Coração de Maria: Assistência e educação De meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX</i>	João Valério Scremin	Pós-Graduação em Educação. UNICAMP
02	2010	Tese	<i>Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX</i>	Celita Maria P. de Sousa	Pós-Graduação em Educação (Currículo). PUC
03	2017	Tese	<i>Uma educação para a vida: as práticas educativas dos salesianos para formação de meninos em Sergipe (1911-1945)</i>	Nadja Santos Bonifácio	Pós-Graduação em Educação. UNICAMP
04	2017	Tese	<i>O ensino de ofícios na cidade do Rio Grande (1889-1930): uma análise sobre a infância desvalida</i>	Hardalla Santos do Valle	Pós-Graduação em Educação. UFPel
05	2019	Tese	<i>Infância e recolhimento: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX</i>	Ana Cristina P. Lima	Pós-Graduação em História. UFC

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE 2 - LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES DESTINADAS PARA CRIANÇAS ÓRFÃS, DESVALIDAS E ABANDONADAS (CAPES)

Nº	Ano de Publicação	Tese/ Dissertação	Título	Autor	Programa/ área e instituição
01	2011	Dissertação	<i>“Acolher, evangelizar e educar”: contribuições do Oratório Festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952)</i>	Nadja Santos Bonifácio	Pós-Graduação em Educação. UFS
02	2012	Dissertação	<i>Ensino agrícola: um estudo da gênese e das práticas pedagógicas no antigo Patronato Agrícola Manoel Barata – PA</i>	Inácia Maria C. Thury	Pós-Graduação em Educação. UFC
03	2012	Dissertação	<i>A assistência e a Educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)</i>	Elianne Barreto Sabino	Pós-Graduação em Educação. UFPA
04	2014	Dissertação	<i>Formação militar e “amparo aos desvalidos” na Companhia de Aprendizes Militares em Minas Gerais (1876-1891)</i>	Felipe Osvaldo Guimarães	Pós-Graduação em Educação. UFMG
05	2016	Dissertação	<i>Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e educação de crianças pobres, órfãs e abandonadas em Belém (1943-1975)</i>	Maria Lucirene S. Callou	Pós-Graduação em Educação. UFPA
06	2016	Dissertação	<i>A educação e as experiências escolares de alunos da Casa de São José (1888-1916)</i>	Jaqueline da Conceição Martins	Pós-Graduação em Educação. UFRJ
07	2017	Tese	<i>O Instituto Orfanológico do Outeiro: Assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)</i>	Wellington da Costa Pinheiro	Pós-Graduação em Educação. UFPA
08	2017	Dissertação	<i>Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)</i>	Camilla Vanessa C. P. de Oliveira	Pós-Graduação em Educação. UFPA
09	2017	Tese	<i>“Á terra, ao trabalho e à vida rural”: políticas de assistência à infância desvalida em Minas Gerais e a escola Padre Sacramento, em São João del-Rei, 1929-1972</i>	Adélia Carolina Bassi	Pós-Graduação em Educação. UFMG
10	2017	Tese	<i>O Instituto feminino de menores de Mogi Mirim: “resistência, disciplina, submissão, violência e repressão (1937-1950)</i>	Izalto Júnior C. Matos	Pós-Graduação em Educação. UNICAMP
11	2017	Dissertação	<i>Política de atendimento às crianças órfãs: um estudo do Lar Santa Catarina de Sena em Vitória da Conquista – BA (1962-2002)</i>	Eleni Carvalho dos Santos	Pós-Graduação em Educação. UESB
12	2019	Dissertação	<i>Assistência à infância na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1912)</i>	Letícia Conde M. Cosati	Pós-Graduação em História Sociais. FIOCRUZ
13	2019	Dissertação	<i>A escolarização do aluno negro: a história dos meninos da Casa de São José</i>	Marcele Moreira de Castro	Pós-Graduação em Educação. UFF

Fonte: Elaborado pelas autoras.

APÊNDICE 3 - LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ORFANATOS DESTINADAS PARA CRIANÇAS POBRES E ÓRFÃS (CAPES)

Nº	Ano de Publicação	Tese/ Dissertação	Título	Autor	Programa/ área e instituição
01	2012	Dissertação	<i>Educação de meninas no Orphanato Paraense (1893-1910)</i>	Adriene Suellen F. Pimenta	Pós-Graduação em Educação. UFPA
02	2013	Tese	<i>Órfãs e desvalidas a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931)</i>	Antônio Valdir M. Duarte	Pós-Graduação em Educação. UFU
03	2014	Dissertação	<i>Memórias de egressas do Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lages (1955 a 1990): um olhar genealógico Lages (SC)</i>	Vera Lúcia M. V. Furtado	Pós-Graduação em Educação. UNIPLAC
04	2016	Dissertação	<i>Assistência Social no Brasil: A história do Orfanato São José</i>	Suzana Rodrigues Floresta	Pós-Graduação em História. PUC
05	2016	Dissertação	<i>A memória histórica educativa do Orfanato Jesus Maria José na cidade de Juazeiro do Norte: 100 anos de permanências e rupturas (1916 a 2016)</i>	Ivaneide Severo Gioana	Pós-Graduação em Educação. UFC
06	2018	Tese	<i>O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920-1964)</i>	Marilsa Aparecida A. A. Souza	Pós-Graduação em Educação. UFU

Fonte: Elaborado pelas autoras.

APÊNDICE 4 - TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ASILOS PARA CRIANÇAS

Nº	Ano de Publicação	Tese/ Dissertação	Título	Autor	Programa/área e instituição
01	2009	Dissertação	<i>Fundação e primeiros anos da prática educativa do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe de Piracicaba/SP, 1896-1912</i>	Magali Gavazzoni	Pós-Graduação em Educação sociocomunitária. Unisal
02	2009	Dissertação	<i>As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: Regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891-1905)</i>	Sidnara Anunciação S. Souza	Pós-Graduação em História. UEFS
03	2010	Dissertação	<i>De órfãos da gripe a trabalhadores: o Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937</i>	Silvana Cristina U. P. da Silva	Pós-Graduação em Educação. UFPR
04	2012	Tese	<i>O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)</i>	Marina T. B. P. Vieira	Pós-Graduação em Educação. USP
05	2013	Dissertação	<i>Infância negada: um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo Santa Teresa (1855-1870)</i>	Claudiane Santos Araújo	Pós-Graduação em Educação. UFMA
06	2014	Dissertação	<i>Higiene, educação e assistência na experiência do Asilo de meninos desvalidos (1875-1889)</i>	Douglas de Araújo R. Braga	Pós-Graduação em História. FIOCRUZ
07	2014	Dissertação	<i>O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional</i>	Jeane dos Santos Caldeira	Pós-Graduação em Educação. UFPel
08	2016	Tese	<i>De corpos “desvalidos” a corpos “úteis”: Higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos – Rio de Janeiro (1875-1894)</i>	Eduardo Nunes A. Pavão	Pós-Graduação em História. UERJ
09	2016	Dissertação	<i>De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889)</i>	Alan Costa Cerqueira	Pós-Graduação em História. UFBA
10	2017	Dissertação	<i>Educação e trabalho no Asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)</i>	Ana Paula de Souza	Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. UFRB
11	2017	Dissertação	<i>A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Órphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)</i>	Carla Cristina Johansen	Pós-Graduação em Educação. USP
12	2017	Dissertação	<i>Pela moral e aos bons costumes: um asylo para órfãs desvalidas (Cidade de Goiás)</i>	Lara Alexandra T. da Costa	Pós-Graduação em História. UFG
13	2018	Dissertação	<i>Asilo de órfãs São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930)</i>	Chirley Beatriz V. da Silveira	Pós-Graduação em Educação. UDESC

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

APÊNDICE 5 - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE “MASCULINIDADES” (SCIELO)

Nº	Ano de Publicação	Título	Autor	Programa/área e instituição	Periódico
01	2009	<i>En el nombre del Padre, del Hijo y del Espíritu Gimnástico: Prácticas corporales, masculinidades y religiosidad en los Exploradores de Don Bosco en la Argentina de principios de siglo XX</i>	Pablo Ariel Scharagrodsky	Universidad Nacional de Quilmes y de la Universidad Nacional de La Plata.	Educar-UFPR
02	2012	<i>Os homens do imaginário nacionalista: representações da masculinidade em publicações periódicas nacionalistas de direita argentinas durante a longa década de sessenta (1956- 1969)</i>	María Valeria Galván	Instituto del Desarrollo Humano, Universidad Nacional de General Sarmiento,	História – São Paulo
03	2013	<i>Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas</i>	Vanderlei Machado e Fernando Seffner	Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	História – São Paulo
04	2017	<i>Produção e conservação escolar da masculinidade no romance O Ateneu</i>	Rita de cássia Marchi e Tiago Ribeiro Santos	Fundação Universidade Regional de Blumenau e Universidade Federal de Santa Catarina	Revista Brasileira de Educação
05	2019	<i>Cómplices y verdugos: masculinidades, género y clase en los delitos de infanticidio (provincia de Buenos Aires, 1886-1921)</i>	Sol Calandria	Universidad Nacional de La Plata	História – São Paulo
06	2020	<i>De Chongos y mayates: masculinidades y sexo heterosexual entre hombres en Argentina y México (1950-1990)</i>	Santiago Joaquin Insausti e Máximo Javier Fernández	Universidad Nacional Autónoma do México e Universidade de Buenos Aires	História Crítica
07	2021	<i>Elementos para comprender la construcción de la masculinidad militar paraguaya en el siglo XX</i>	Jasmin Duarte Sckell	Universitât zu Köln	Historia y Sociedad
08	2021	<i>Padronização de uma masculinidade e virilidade por meio da revista Playboy Brasil na década de 1980</i>	Douglas Josiel Voks	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Historia y Sociedad
09	2021	<i>Virilidade e os discursos masculinistas: um “novo homem” para a sociedade brasileira</i>	Douglas Josiel Voks	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino americana
10	2022	<i>Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889)</i>	Jumara Seraphim-Pedruzzi e Mônica Yumi Jinzenji	Universidade Federal de Minas Gerais	Historia y Sociedad

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

FABIANA INÁCIA DA SILVA ASSUNÇÃO - é pedagoga pela Universidade Federal de São João del-Rei, mestre em Educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação PPEDU/UFSJ e doutoranda em Educação no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de História da Educação. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Históricas em Educação (NEPSHE/UFSJ).

PAULA CRISTINA DAVID GUIMARÃES - é pedagoga, mestre e doutora em Educação e professora do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Históricas em Educação (NEPSHE/UFSJ) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG)

Fabiana Inácia da Silva Assunção
Paula Cristina David Guimarães

Educar para servir:

Masculinidades no Asilo de
São Francisco de Assis
(1888-1940)

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Fabiana Inácia da Silva Assunção
Paula Cristina David Guimarães

Educar para servir:

Masculinidades no Asilo de
São Francisco de Assis
(1888-1940)

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

